



**FACULDADE DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO E SAÚDE - FACES**  
**CURSO: PSICOLOGIA**

# **INCLUSÃO ESCOLAR: UMA ANÁLISE DA REALIDADE ATUAL NAS ESCOLAS**

**MARIANA VICÊNCIA FERNANDES DE SIQUEIRA**

**BRASÍLIA**  
**JUNHO/2008**

**MARIANA VICÊNCIA FERNANDES DE SIQUEIRA**

**INCLUSÃO ESCOLAR: UMA ANÁLISE DA  
REALIDADE ATUAL NAS ESCOLAS**

Monografia apresentada ao Centro  
Universitário de Brasília como requisito  
básico para obtenção do grau de  
psicólogo da Faculdade de Ciências da  
Educação e Saúde. Professoras:  
orientadora Dra. Eileen Pfeiffer Flores e  
co-orientadora Dra. Maria Eleusa  
Montenegro.

**BRASÍLIA, JUNHO/2008**



Esta monografia foi aprovada pela comissão examinadora composta por:

---

---

---

A Menção Final obtida foi:

---

**BRASÍLIA, JUNHO/2008**

*Dedico esta monografia a todos os profissionais da área de educação.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha mãe pela força, pelo cuidado, pela paciência e pela dedicação para comigo.

Agradeço ao meu pai, pelo apoio financeiro.

Agradeço à professora Eileen Flores, pelo seu profissionalismo e dedicação aos seus compromissos.

## SUMÁRIO

Dedicatória.....	iv
Agradecimentos.....	v
Sumário.....	vi
Resumo.....	vii
Introdução.....	01
Capítulo I – A história do processo de inclusão, até os dias atuais.....	04
Capítulo II – Desafios da inclusão: Análise de estudos e relatos sobre o tema.....	16
Capítulo III – A inclusão do ponto de vista de pais e professores: um estudo exploratório .....	30
Considerações finais.....	52
Referências.....	54
Apêndice A: Roteiro de entrevista para professores.....	57
Apêndice B: Roteiro de entrevista para mães.....	58
Apêndice C: Transcrição das entrevistas.....	59

## RESUMO

O presente trabalho tem por finalidade verificar as opiniões que pais e professores têm do processo de inclusão. O objetivo maior é confrontar os argumentos teóricos a respeito do assunto, com o discurso dos envolvidos no cotidiano escolar, especificamente pais e professores de uma sala inclusiva. Como ponto de partida, faz-se uma revisão por toda história acerca dos portadores de necessidades especiais, descreve-se também as principais dificuldades encontradas no Brasil atualmente para realizar de fato a prática da inclusão escolar, seguido de uma apreciação de algumas pesquisas sobre o tema. E por fim, faz-se uma análise dos resultados obtidos com as concepções dos pais acerca da inclusão, podendo verificar como anda o processo da inclusão escolar em duas escolas do Distrito Federal.

Palavras-chave: inclusão escolar, educação inclusiva, ensino especial.

A inclusão social e escolar percorreu um caminho muito longo para chegar até o contexto atual que enxergamos hoje. De acordo com Cardoso (2003), durante a Idade Média em países europeus, os indivíduos com necessidades educacionais especiais, estavam relacionados a obras demoníacas, ou feitiçarias, logo eram perseguidos e conseqüentemente mortos.

Com o surgimento do cristianismo a condução dessas pessoas íam da caridade ao extermínio. A Revolução Francesa, no século XVI com a mudança de ótica da sociedade passou a encarar as pessoas com necessidades especiais de uma forma tratável.

Os séculos XVII e XVIII trouxeram avanços no campo do conhecimento filosófico, médico e educacional, ocupando-se do preparo para a produção da mão de obra; surgiram as primeiras iniciativas de ensino de comunicação para pessoas surdas e instituições para cuidar e tratar de pessoas com deficiência mental. Louis Braille criou o código Braile para pessoas cegas; desenvolveram-se os inventos de apoio, tais como, cadeiras de rodas, bengalas, muletas entre outros. Ao longo do tempo, termos como aleijado, inválido, incapacitado, defeituoso, desvalido (Constituição de 1934), excepcional (Constituição de 1937) e pessoa deficiente (Emenda Constitucional 12/78) foram usados e ainda são, para designar pessoa com necessidade especial. Continham em sua essência, o preconceito de que tratavam de pessoas sem qualquer valor, socialmente inúteis e dispensáveis do cotidiano social e produtivo (Gugel, 2006).

No Brasil Bueno (1993) relata que foi a partir de 1950 que o governo passou a dar mais atenção à questão do ensino especial, surgindo as primeiras escolas de educação especial. Mesmo assim, percebia-se que, apesar da atenção, as crianças com necessidades educacionais especiais continuavam excluídas da sociedade. Ao longo dos anos foram desenvolvidas diversas formas para amenizar essa exclusão, mas há muito a ser feito para que haja realmente a inclusão.



Amiralian (2000) em seus estudos, relata que as pessoas com necessidade especial hoje, segundo dados do IBGE somam 14,48%, ou seja, existem cerca de 24,5 milhões de brasileiros com algum tipo de necessidade. Essas pessoas devem ter acesso a serviços sociais, de saúde, profissionais e principalmente, escolares, ou seja, devem ser incluídas em todas as áreas, pois devem ser tratadas como uma questão de direitos humanos com oportunidades iguais a todos.

Tornou-se imperativo falar de inclusão, apesar de nem sempre ser discutida suficientemente sua contrapartida, que envolveria os mecanismos de exclusão social. Entretanto, o que se constata é uma imensa dificuldade da sociedade para perceber o atual sentido da inclusão, cujos pensamentos e atitudes são por vezes excludentes e discriminatórios.

Não basta só o aluno estar dentro da escola para que haja a inclusão; os princípios da exclusão encontram-se nas relações, pois entende-se que “os processos de exclusão são culturais, são acumulados, nunca vêm sozinhos; desenvolvem-se e se reproduzem através do tempo, por meio de um sem número de forma que se entrelaçam no tecido social e se movimentam através das instituições, dos regulamentos, dos saberes, das técnicas, dos dispositivos que se instalam na cultura” (Eizirik, 2002. p.45).

A relação entre crianças com necessidades educacionais especiais e crianças sem necessidades educacionais especiais até existe dentro de uma escola inclusiva, porém o preconceito ainda existe.

A inclusão escolar é uma área da educação que atualmente tem sido bastante discutida e estudada, devido às grandes proporções que ela vem tomando dentro do espaço educacional brasileiro, sobretudo por se verificar a ineficiência do modelo tradicional. A grande questão é: o que de fato essa inclusão tem contribuído para o desenvolvimento e a aprendizagem das crianças com necessidades educacionais especiais? Será que na prática ela

está funcionando adequadamente? Será que ela está acolhendo o diferente e respeitando as diferenças?

O presente estudo visou, em um primeiro momento, mostrar a situação dos indivíduos com necessidades especiais desde os tempos remotos até os dias atuais, no cenário brasileiro, em seguida, analisou algumas pesquisas na área da inclusão escolar e algumas opiniões de especialistas sobre o assunto, para, posteriormente, analisar os dados da pesquisa realizada com pais e professores envolvidos com a inclusão escolar.

Logo, essa pesquisa visou coletar dados dos que trabalham diretamente com a inclusão, como professores, coordenadores e ainda abrangeu a opinião de pais de alunos com necessidades educacionais especiais. Com isso, pretendeu-se verificar, por meio do discurso dos envolvidos, as opiniões que circulam na escola acerca da inclusão. Essa análise permitiu uma maior compreensão dos entraves a um real processo de inclusão e, portanto, podendo auxiliar para um melhor planejamento de estratégias para a implantação da inclusão e diminuição de preconceitos, levando a mudanças que levem a uma escola mais inclusiva.

## Capítulo I: A história do processo de inclusão, até os dias atuais

É fundamental contextualizar o processo de inclusão social desde o seu surgimento para que seja possível um melhor entendimento do longo e sofrido caminho percorrido das pessoas com necessidades educacionais especiais e das dificuldades encontradas até a criação do paradigma atual da inclusão escolar.

Segundo Gugel (2006), historicamente, as informações sobre pessoas com necessidades especiais são relatadas de forma esparsa na literatura Grega, Romana, na Bíblia, no Talmud e no Corão. Sabe-se que em Esparta eles eram eliminados; os romanos abandonavam suas crianças deformadas e seus filhos excedentes; na Grécia, Platão e Aristóteles, ao tratarem da composição de planejamento de cidades, indicavam os disformes como objetos de exposição.

Carvalho (2004) descreve a educação na antiguidade primitiva, a qual era uma prática espontânea, baseada na imitação e na verbalização. Não havia professores e nem alunos específicos, todos podiam ensinar como aprender. Partia-se do princípio de que a educação era igual para todos. Carvalho (2004) segue enfatizando que na cultura grega a educação era privilégio de homens livres, sendo que os guerreiros e escravos não tinham acesso a ela, sendo esse o mesmo princípio serve para os romanos, que desenvolveram a educação integral, porém excluía os menos favorecidos. Percebeu-se desde então que a prática de exclusão social dos diferentes é mais antiga do que se imagina.

Com o surgimento do cristianismo, relata Gugel (2006), embora as pessoas com deficiência fossem consideradas filhos de Deus, o tratamento concedido a elas ia da caridade ao extermínio, para expurgar-lhes dos pecados. Carvalho (2004), relata também que o cristianismo que prega mensagens de amor e fé, contudo admitia homens escravos com naturalidade. A educação nesse período também era integral, herdada do modelo greco-

romano que herdou também o modelo de exclusão social e beneficiou com a educação somente o clero e a nobreza.

De acordo com Cardoso (2003), durante a Idade Média, em países europeus, os indivíduos com necessidades especiais, estavam relacionados a obras demoníacas ou de feitiçarias. Logo, eram perseguidos e, conseqüentemente, mortos, não havendo nenhum aparato legal que os protegesse, ou pior, a lei previa que os deficientes fossem aniquilados e excluídos da sociedade, pois representavam mau agouro ou um carma para os seus familiares. Cardoso (2003) afirma, ainda, que se acreditava que as necessidades especiais acometiam àquelas pessoas como forma de punição divina, ou ainda como algo sobrenatural, sem nenhuma explicação concreta ou científica.

A Revolução Francesa, no século XVI, trouxe uma mudança de ótica da sociedade. Passou-se encarar as pessoas com necessidades especiais do ponto de vista alquímico, portanto, tratável. Daí surgiram os hospitais psiquiátricos, asilos e conventos para deficientes. Segundo Ferreira (1994, citado em Cardoso, 2003), o atendimento à pessoa com necessidade especial no ocidente iniciou-se neste mesmo século, quando a questão do diferente passou a ser considerado objeto de estudo da medicina e saiu dos domínios da igreja e/ou do divino.

Jimenez (1993, citado em Cardoso 2003), relata que, ao final do século XVIII e início do século XIX, deu início na América do Norte e na Escandinávia a institucionalização especializada para as “pessoas deficientes”, surgindo assim a educação especial. A partir disso, aflorou uma conscientização por parte da população da necessidade de dar assistência para os “deficientes”, porém, essa assistência era regada de preconceitos. Cardoso (2003) relata que essas pessoas ditas deficientes eram atendidas em centros e segregadas da sociedade para que as pessoas “normais” fossem protegidas do contato com esses “anormais”.

Diante disso, iniciou-se o processo de exclusão institucionalizada pois, de acordo com Correia (1997, citado em Cardoso, 2003), foram criadas as escolas especiais cujo principal objetivo era separar e isolar as crianças “deficientes” do restante da sociedade, acreditando que dessa forma seria possível resolver o problema. Vygotsky (2003, citado em Souza, 2007), faz referência a esse isolamento de crianças em escolas especiais, enfatizando que esse tipo de instituição não oferece bons resultados, pois nesse modelo de educação todos se concentram na deficiência em vez de levar-lhes em outra direção. O autor continua assegurando que essas escolas especiais “fecham-se em um mundo sufocante e apertado.”

Mendes (2006) descreve que no século XIX passaram a existir as primeiras classes especiais nas escolas regulares devido à incapacidade da escola de se responsabilizar pela educação de todos os alunos. Dessa forma, foi-se assegurando o acesso à educação para todas as pessoas com necessidades especiais. Esse processo deu-se muito lentamente e, de acordo com Mendes (2006), a educação especial foi se constituindo como um sistema paralelo ao sistema educacional regular vigente.

A evolução da educação especial, no entanto, aconteceu mesmo no século XX, como relata Cardoso (2003), com uma relativa abertura das instituições, ampliação dos serviços especiais e ainda com a criação de programas escolares para pessoas com deficiência mental.

Com o movimento positivista, surgiu, como explica Carvalho (2006), a crítica ao pensamento pedagógico que exerceu grande influência com o movimento dos anos 30 denominado Escola Nova. Sua principal bandeira era de que, pela educação, seria possível uma reestruturação social. A partir deste movimento passou-se a valorizar a espontaneidade da criança e esta passou a ser centro do processo educacional, tornando-se o principal foco de interesse dos educadores, passando-se assim, a valorizar um pouco mais as diferenças

individuais de cada uma e a fazer um trabalho pedagógico voltado para as reais necessidades escolares das crianças.

Seguindo adiante na história, na segunda metade do século XX, emergiu a agitação socialista que, sob a ótica de Carvalho (2004) veio a desmistificar o otimismo da Escola Nova, passando esta a ser questionada, por uma abordagem política, ou seja, a educação passou a ser objeto do estado que deveria regulamentar leis e decretos para o real funcionamento da educação. O que passa a valer, então é o que está escrito nas leis do estado e não mais as influências filosóficas. Porém Carvalho (2004) ressalta que não se pode deixar de reconhecer as contribuições que o movimento “escolanovista” trouxe e que até hoje influenciam a prática pedagógica, especialmente nas questões metodológicas do ensino.

Com o passar do tempo, devido ao avanço científico, tecnológico, as pesquisas na área médica e na educação, ampliou-se o conhecimento à respeito da pessoa com necessidade especial, com isso, a sociedade caminhou para a evolução, impondo-se, segundo Cardoso (2003), uma nova ética social, atribuindo a todos os membros da sociedade igualdade de direitos, princípios de equidade, superação da discriminação, tanto étnicas, econômicas, como sociais, de gênero etc. Os movimentos em prol dos direitos humanos passaram a serem mais frequentes e esses, afirma Cardoso (2003), contribuíram muito para ressignificação dos processos educacionais e agregaram novos papéis às escolas atribuindo-lhes mais responsabilidades.

Toda essa proliferação de idéias, sensibilização do poder público e tomada de consciência da sociedade, sobre os prejuízos da segregação, deram origem ao início do processo de inclusão escolar que até chegar ao conceito atual caminhou por outros movimentos, descritos didaticamente a seguir.

O princípio da normalização - carregado de idéias inovadoras que continham a perspectiva da não exclusão - segundo a análise de Mendes (1996), pregava basicamente a idéia de que todos os “deficientes” teriam direito de experimentar um modo de vida “normal” de acordo com a sua cultura, além de serem oferecidas oportunidades de participação idênticas em todas as atividades compartilhadas por grupos que possuíssem a mesma idade. Essa proposta trouxe a criação de várias ações que se dirigiam para a integração dessa população com necessidade especial na comunidade, propondo meios normativos para propiciar experiências e comportamentos mais naturais possíveis para essas pessoas. Esse princípio, de acordo com Mendes (2006), foi de grande valia, pois ocasionou um grande movimento de desinstitucionalização, retirando as pessoas com necessidades especiais das instituições e reintegrando-as nas sociedades, além da elaboração e planejamento de serviços que beneficiavam as pessoas com necessidades especiais.

Contudo, Mendes (2006) fala da confusão gerada pelo princípio de normalização que desde o seu surgimento provocou controvérsias, sendo mais um princípio de valor filosófico e não uma teoria científica. Muitas pessoas entendiam que a normalização servia para tornar o mais normal possível o “deficiente” e não algo que pudesse ser feito pelos “normais” para melhorar a qualidade de vida dos ditos deficientes: “A normalização não era algo para ser feito para uma pessoa, no sentido de tentar normalizá-la, mas sim um princípio que fornecia critérios através dos quais os serviços poderiam ser planejados e avaliados” (Cord, 1982, citado em Mendes, 2006). A partir de então, surgiu a necessidade de encontrar saídas mais consistentes para a melhoria da qualidade de vida dos alunos com de necessidades especiais:

Tal contexto alicerçou uma espécie de base moral para a proposta de integração escolar, sob o argumento irrefutável de que todas as crianças com deficiências teriam o direito inalienável de participar de todos os programas e atividades cotidianas que eram acessíveis para as demais crianças (Mendes, 2006, p. 388).

Surgiram as práticas integradoras e, então, o processo de integração escolar que, conforme cita Mendes (2006), abrangeu potenciais benefícios tanto para as pessoas com necessidades especiais como para os seus colegas considerados “normais”.

O movimento da integração foi sustentado também por um conjunto de achados empíricos e, a partir de então, como cita Mendes (2006), a ciência encontrou formas de educar essas pessoas que, por muito tempo, foram desacreditadas e excluídas de qualquer prática pedagógica e, além disso, segue a autora, pais, profissionais e os indivíduos com necessidades especiais passaram a exercer forte pressão contra o governo com a intenção de garantir direitos fundamentais evitando principalmente a discriminação.

Ainda conforme Mendes (2006), as escolas regulares a partir da década de 1970 passaram a aceitar crianças com necessidades educacionais especiais em classes comuns e especiais, surgindo o processo de integração escolar, sendo difundido ao longo da década de 1980 e ganhando proporções mundiais.

Assim, a integração escolar não era concebida como uma questão de tudo ou nada, mas sim como um processo com vários níveis, através do qual o sistema educacional proveria os meios mais adequados para atender as necessidades dos alunos. O nível mais adequado seria aquele que melhor favorecesse o desenvolvimento de determinado aluno, em determinado momento e contexto. Percebe-se nessa fase o pressuposto de que as pessoas com deficiências tinham o direito de conviver socialmente, mas que deviam ser, antes de tudo, preparadas em função de suas peculiaridades para assumir papéis na sociedade (Mendes, 2006, p.390).

Logo, não foi difícil perceber que a integração escolar não surtiu o efeito esperado e que só serviu para inserir crianças com necessidades educacionais especiais nas escolas regulares, todavia, elas continuaram excluídas dentro de um ambiente integrador.



A partir de toda essa discussão a respeito das diferenças e em resposta ao fracasso da integração escolar, iniciaram-se as práticas inclusivas, visando um melhor resultado no atendimento às crianças com necessidades educacionais especiais.

O sistema educacional brasileiro atualmente, como relatam Batista e Enumo (2004), tem tentado adotar a prática da inclusão escolar e está vivenciando um processo de transição, movimentando a sociedade nesse trabalho. O principal objetivo, conforme esses autores, é incluir, sem distinção, todas as crianças, independente das suas habilidades. Werneck (1997, citado em Batista e Enumo, 2004), defende que a inclusão se dá pela inserção no ensino regular de alunos com quaisquer déficits e necessidades, exigindo das escolas uma readaptação e desligamento do modelo tradicional de ensino, portanto, a inclusão, diferentemente da integração, não estabelece parâmetros em relação aos tipos de necessidades especiais.

Martinez (2005, p. 95), salienta que existe o consenso em vários autores sobre inclusão escolar: “como uma expressão de uma concepção mais ampla de inclusão que atinge as mais variadas formas de vida social.” A autora ainda cita as Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica instituída pela resolução 02/2001, da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, que descreve de maneira clara que a inclusão não é somente um aspecto da escola, e sim da construção de uma sociedade inclusiva. Essa Resolução define a inclusão da seguinte forma:

Entende-se por inclusão a garantia, a todos, do acesso contínuo ao espaço comum da vida em sociedade, sociedade essa que deve estar orientada por relações de acolhimento à diversidade humana, de aceitação das diferenças individuais, do esforço coletivo na equiparação das oportunidades de desenvolvimento, com qualidade em todas as dimensões da vida.

Como parte integrante desse processo e contribuição essencial para a determinação de seus rumos, encontra-se a inclusão educacional. (Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação básica instituída pela resolução 02/2001, citado em Martinez, 2005).

Segundo Ramos e Santos (2006), para se cumprir a obrigação de se incluir todas as crianças na escola, não é necessário somente fazer uma reforma educacional, mas é antes de tudo, reconhecer que o outro é sempre diferente, e a valorização da diferença é que estimula o progresso educacional, fazendo aflorar a criatividade na elaboração dos planos pedagógicos a fim de inserir todos os alunos no processo de aprendizagem, garantido uma igualdade baseada nas diferenças.

A diferença pode abranger inúmeros fatores que de uma forma ou de outra podem causar algum tipo de preconceito. Logo, depara-se no questionamento de Amaral (2005, p. 15): o que é que seria realmente o diferente? Essa autora utiliza vários critérios para tentar qualificar aquilo que seria denominado de “normal”, porém, como já é sabido, essas estratégias não passam de tentativas, pois não há um conceito único do que seja normal. Diante do exposto, não se pretende negar que não exista o diferente, todavia é necessário que esse diferente seja visto sob uma nova ótica, ou ainda “pensar na anormalidade de forma inovadora: não mais e somente como patologia, mas como expressão da diversidade da natureza e da condição humana.”

Ferreira e Guimarães (2003) intensificam a discussão sobre as “diferenças” e afirmam que é cada vez mais difícil negar a reestruturação de conceitos que elas – as diferenças -vêm assumindo em âmbito mundial. Ou seja, não se pode mais deixar de desconsiderar as inúmeras diferenças que os seres humanos apresentam e a luta que se assume hoje pela sua valorização. É um tanto ambíguo quando se pede reconhecimento das diferenças sendo que o

que se busca e é exigido pela sociedade são formas de tratamentos iguais, perante a lei, “perante Deus” e perante a sociedade. Com a mudança de paradigma, as pessoas passaram a lutar pelo respeito e reconhecimento dessas diferenças para posteriormente poderem usufruir de uma melhor qualidade de vida, à qual também têm direito. Portanto, acrescentam Ferreira e Guimarães, é necessário acreditar nas possibilidades de todos, sejam eles indivíduos com necessidades especiais ou não e, é claro, respeitando-se o tempo e as peculiaridades de cada um.

A Declaração de Salamanca (1994) foi redigida dentro de um evento de proporções mundiais, devido ao desconforto gerado pela lentidão do processo de garantia de fato à educação para todos e baseado nas diferenças, delimitando medidas e formalizando aspectos, para as sociedades reconhecerem a urgência de mudanças, no âmbito da inclusão escolar. A Declaração partiu de um encontro realizado pela UNESCO para que os países assegurassem que a educação de pessoas com necessidades especiais fosse parte integrante do sistema educacional, tentando impulsionar o movimento de governos, grupos da área do direito, comunidades e pais e, em particular, de organizações de pessoas com deficiências, na busca pela melhoria do acesso à educação, buscando dessa forma a participação ativa de representantes de vários governos, de agências especializadas e de organizações inter-governamentais. A declaração prevê a igualdade de direito para todos e proclama que:

Todas as crianças, de ambos os sexos, têm direito fundamental à educação e que a elas deve ser dada a oportunidade de obter e manter um nível aceitável de conhecimentos; Cada criança tem características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem que lhes são próprios; Os sistemas educativos devem ser projetados e os programas aplicados de modo que tenha em vista toda a gama dessas diferentes características e necessidades; As pessoas com

necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas comuns que deverão integrá-las numa pedagogia centralizada na criança, capaz de atender a essas necessidades (Declaração de Salamanca, 1994, p. 10).

Diante de toda essa movimentação mundial, para se garantir uma educação de qualidade e implantar as práticas inclusivas, Souza e Stiegler (2007), afirmam que, antes de falar da inclusão escolar, deve-se em primeiro lugar refletir o sentido que a sociedade atual está atribuindo à educação de uma forma geral, além de ressignificar as concepções dos sujeitos acerca do diferente. Ressignificar é exatamente o termo que Martinez (2005) utiliza ao relatar que é impossível fazer a inclusão sem essa ressignificação em diversos planos, como no teórico que já vem acontecendo a algum tempo, no prático, no profissional e principalmente no ideológico. Os principais responsáveis por essas mudanças são, em primeiro lugar, os que trabalham nas escolas diretamente com a inclusão, pois se esses profissionais não estiverem engajados e se eles realmente não tiverem mudado as suas representações a respeito da inclusão, essa, de fato não será realizada. Conforme Martinez (2005), existe uma forma de pensar que domina atualmente os campos pedagógicos - é a de conceber como problema aquilo que é comum: o ser diferente - e isso dificulta de maneira sistemática o processo da educação inclusiva.

Quase todos os estudos na área da inclusão escolar pregam que é necessária uma mudança, uma transformação por parte de toda a sociedade e, principalmente, das escolas, que acima de tudo devem buscar saídas para cada vez mais oferecer uma educação inclusiva de qualidade.

Sassaki (1997) admite que a sociedade cria problemas para as pessoas com necessidades especiais, implicando em desvantagens no desempenho pleno dos seus papéis sociais, como por exemplo os ambientes que dificultam o livre acesso; a política de adoção de

padrões de normalidade e beleza; atitudes preconceituosas; e desinformação sobre os aspectos dos indivíduos com necessidades especiais. Existe uma cultura de só procurar conhecer as coisas quando elas acontecem mais próximas às pessoas.

É imperativo, quando se trata da inclusão, falar do preconceito que o diferente causa nas pessoas, um preconceito que, apesar de todas as mudanças, ainda é reflexo do passado histórico que excluía as pessoas com deficiência. Não se pode negar que existiu uma tomada de conscientização da sociedade e do poder público e, logo, adotaram várias medidas e surgiu o assistencialismo a essas pessoas. Entretanto, surge o questionamento: até que ponto deixou-se de lado o preconceito? Certamente não é o mesmo preconceito de décadas atrás, citado nesse estudo, porém, ainda há. É por essa razão que Martinez (2005) cita que o principal desafio da inclusão para os tempos modernos é a mudança interna, mudança de ótica. Passar a perceber essas crianças com necessidades educativas especiais como capazes e conspirar a favor dessas mudanças. Na maioria das vezes, de acordo com Souza e Stiegler (2007), as escolas principalmente os professores, se eximem da responsabilidade sobre esses alunos com necessidades educativas especiais e não enxergam a sua parcela de culpa no malogro do desenvolvimento e aprendizagem desse alunado.

O preconceito, como relata Silva (2006, p. 431), “configura-se como um mecanismo de negação social, uma vez que suas diferenças são ressaltadas como uma falta, carência ou impossibilidade.” A autora segue afirmando que

a estrutura funcional da sociedade demanda pessoas fortes, que tenham um corpo saudável, que sejam eficientes para competir no mercado de trabalho. O corpo fora de ordem, a sensibilidade dos fracos, é um obstáculo para a produção. Os considerados fortes sentem-se ameaçados pela lembrança da fragilidade, factível, conquanto se é humano (Silva, 2006, p. 431).

Infelizmente, a pessoa com necessidades especiais, por mais adaptada que ela esteja à sua condição e por mais capaz que seja de levar uma vida comum, ainda assim é estigmatizada e rotulada, sendo conhecida como uma pessoa em si, na sua essência, mas sim, pelo tipo de deficiência que ela carrega.

Na cultura e na sociedade atual, as pessoas são o que possuem, as melhores são aquelas com poder aquisitivo mais alto, são os mais produtivos, os mais populares, reforçando, dessa forma, ainda mais, o preconceito para aqueles que esteticamente ou mentalmente estão fora dos padrões.

O que se pode concluir é que muito foi mudado no processo de inclusão desde os tempos remotos, e que sua necessidade está cada vez mais sendo sentida no contexto social e no ideológico das pessoas, todavia, a inclusão escolar ainda caminha a “passos pequenos” e se depara com uma série de dificuldades que impedem que ocorra logo o tão sonhado projeto da inclusão.

Como afirma Werneck (2005, citada em Ramos e Santos, 2006), a escola brasileira precisa sim mudar, para contemplar a inclusão, mas não somente por isso, ela precisa mudar porque ela não está boa para ninguém.

## Capítulo II: Desafios da inclusão no Brasil: análise de estudos e relatos sobre o tema

Por mais esforços que houve na educação especial para ensinar os alunos com necessidades educacionais especiais, ainda assim não foi a melhor forma de educação pois, de acordo com Evans (1993), quaisquer que sejam os benefícios da educação especial, o problema está em construir um tipo de comunicação que só vai servir para aquele grupo de alunos com necessidades especiais, que é diferente daquela comunicação que recebem no ensino regular, abrindo espaço para a relação entre aqueles que necessitam de alguma forma de atendimento especial com as crianças ditas normais. Segundo esse autor, que analisa a perspectiva Vigotskiana, aquelas crianças que estão recebendo esse tipo de educação diferenciada – em escolas de educação especial – estão adquirindo uma consciência diferente, fundamentada em uma sócio-história diferente das outras crianças, que recebem a educação do ensino regular, implicando em dificuldade na interação futura entre esses “dois tipos de indivíduos.”

Um exemplo, para a afirmação anterior, que Evans (1993) cita em sua obra, é o caso das pessoas surdas, que por muitos séculos receberam um tipo de educação segregada. A partir disso, desenvolveram um tipo de comunicação por meio de sinais que é desconhecida pela maioria da população não surda. O autor segue afirmando que nos últimos anos, essa população de surdos, em alguns países, rejeitaram o processo de integração com os indivíduos ditos normais “sentindo que seus interesses estavam mais bem atendidos pela manutenção de sua própria cultura” (Evans, 1993, p.85).

Evans (1993) sob a luz da perspectiva de Vigotsky afirma:

O que parece importar em uma cultura é que as crianças recebam bases de conhecimento e métodos de ensino semelhantes, para que possam ser parte daquela sociedade, para que possam ser colaboradores aceitos e ativos. A implementação desse

ponto de vista envolveria, necessariamente, a integração dos alunos com necessidades especiais no curso regular das escolas e da vida (Evans 1993p.86).

Atualmente é necessário destacar os aspectos que contribuem para a exclusão escolar, que ainda são muito presentes no cenário brasileiro. Carvalho (2004) relaciona alguns fatores que são ímpares para a exclusão escolar da diferença no país. Ela relata que o modelo social e econômico vigente é um elemento importante, seguido das políticas públicas, dos sistemas de educação escolar e prática pedagógica além, ainda, daqueles intrínsecos aos alunos. É claro que não se pretende, de acordo com a autora, enfatizar esses fatores como responsáveis solitários pelo insucesso da educação, porém, se essas áreas iniciassem um processo sistemático de mudanças, muito melhoraria em relação à educação brasileira. A autora evidencia que é costume culpar sempre o aluno pelo seu fracasso, não admitindo, na maioria das vezes, que existem fatores extrínsecos a ele que também podem gerar a exclusão e, dentro do paradigma inclusivista o principal fator seria “negar-lhe o direito à diferença” (Carvalho, 2004, p. 70).

De acordo com Carvalho (2004), os sistemas educacionais inclusivos constituem-se de programas, concepções e atividades que favorecem o desenvolvimento da personalidade dos cidadãos e conseqüentemente estabelecem o respeito pleno aos direitos humanos. E os princípios que orientam os sistemas inclusivos são basicamente:

Igualdade de oportunidades, respeito às necessidades individuais, melhoria da qualidade do processo ensino-aprendizagem (respostas educativas das escolas), melhoria das condições de trabalho dos educadores, maior participação das famílias e da sociedade em geral, remoção de barreiras para a aprendizagem e para a participação [...] São outros princípios que devem ser seguidos para colocar-se em prática o que se concebe como sistemas educacionais inclusivos (Carvalho, 2004, p. 79).



Além disso, a autora resume o ideário dos sistemas educacionais inclusivos que, se colocado em prática, possivelmente tornar-se-ia muito efetivo para todos, sendo eles:

O direito à educação; O direito à igualdade de oportunidades, o que não significa um “modo igual” de educar a todos e sim dar a cada um, o que necessita, em função de suas características e necessidades individuais; Escolas responsivas e de boa qualidade; O direito de aprendizagem; e o direito a participação (Carvalho, 2004, p.79-80).

Mendes (2006) em seu estudo, relata que há uma estimativa de seis milhões de pessoas em idade escolar com necessidades educacionais especiais, para um contingente de matrículas em torno de 500 mil alunos, ou seja, muito mais da metade das crianças que apresentam alguma dificuldade escolar ainda permanecem fora da escola. E não é somente pela falta de acesso das crianças à escola que se configura o problema da inclusão escolar no Brasil, mas também os que estão matriculados ainda não recebem uma educação de qualidade.

De acordo com as estatísticas oficiais retiradas do estudo de Mendes (2006), de 1996 a 2003, de 504.039 matrículas na rede pública de ensino, 55,5% ainda se concentravam em escolas especializadas e 15,6% em classes especiais. Matriculados em classes regulares estimou-se 63.766 ou 12,5% dos alunos, sendo que esses recebiam apoio em salas de recursos e 81.375, 16,4%, estavam exclusivamente matriculados em classes regulares. Embora os dados oficiais contidos no estudo de Mendes (2006) mostrem um aumento no número de matrículas entre 1996 e 2003 – 242% para estudantes de altas habilidades, 77% para estudantes com condutas típicas, 108% para estudantes com deficiência intelectual, 210% para alunos com deficiência física, 200% para alunos com deficiência visual, 83,2% para alunos com deficiência auditiva e 165% para alunos com deficiências múltiplas - não existem

provas de que as diretrizes políticas para a educação inclusiva estivessem dando certo. Uma justificativa seria:

Houve um aumento muito discreto na cobertura em relação à demanda em potencial; A maioria continua à margem de qualquer tipo de escola; Os que conseguem acesso ainda estão majoritariamente em escolas especiais privadas filantrópicas, ou no máximo em classes especiais de escolas comuns; Os dados oficiais são imprecisos porque os procedimentos de identificação de alunos adotados no censo escolar não são confiáveis, na medida em que não há no país diretrizes claras para a notificação, e muito menos para a classificação categorial; O incremento percentual das matrículas de alunos com quadros de deficiências deve ser ponderado em razão do reduzido número de matrícula em 1996, e também pelo fato de a maioria se enquadrar na condição de deficiência mental, que é a condição cujo diagnóstico é bastante complicado na realidade brasileira (Mendes, 2006, p. 398).

Deve-se levar em consideração que os princípios da educação inclusiva foram elaborados dentro de uma demanda mundial e as propostas contidas nestes princípios foram baseadas em uma realidade muito diferente da que se é encontrada aqui no Brasil, portanto, percebe-se sim a importância de todos os movimentos de âmbito mundial em favor da escola inclusiva, porém, é necessário adaptar essas medidas para o contexto da educação brasileira, para que a inclusão não se torne uma utopia e sim de fato mais alcançável.

Fuller e Clarck (1994, citado em Mendes, 2006) relatam que uma falha muito freqüente vem acontecendo nas propostas da inclusão escolar, que é a tentativa de “padronizar o processo, como se fosse possível desenvolver uma perspectiva nacional única, ou prescrever padrões para contextos locais [...] desconsiderando os efeitos que suas histórias assumem sobre a prática e a política” (Mendes, 2006, p.399).

O que se sabe hoje, como indica Mendes (2006), é que a Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação (MEC), vem tentando implementar, sem a participação da sociedade, diretrizes políticas que são baseadas no princípio da “Inclusão Total”, que, conforme Gartner & Lipsky (1989, citados em Mendes, 2006) e Stainback & Staiback, (1984, citado em Mendes, 2006), têm como proposta principal a de inclusão total do estudante em classe regular, sem a ajuda de nenhum apoio especializado e sem se importar com os ganhos acadêmicos, valendo apenas o desenvolvimento social dessas crianças. Esses alunos devem permanecer em classes apropriadas à sua idade, seja qual for o seu grau de limitação. Fuchs e Fuchs (1998, citados em Mendes, 2006) citam algumas características principais da perspectiva da “Inclusão Total”, na qual descrevem que a escola é mais importante pelas oportunidades de socialização e pela manutenção das amizades. Essa prerrogativa advoga pela inclusão dos alunos apenas e somente nas classes regulares, optando-se pela extinção do contínuo apoio especializado e, ainda, acreditam na possibilidade de reinventar uma escola que seja capaz de englobar todas as possibilidades da diversidade humana.

Em contrapartida, existe o princípio da “Educação Inclusiva”, uma forma de inclusão escolar bem menos radical, na qual, segundo Fuchs e Fuchs (1998, citado em Mendes, 2006), a escola é percebida como facilitadora para o domínio de habilidades e conhecimentos necessários a serem levados para a vida futura. Dentro dessa escola inclusiva deve-se manter um serviço de apoio contínuo que englobe desde a inserção de alunos em classes comuns até os serviços hospitalares e, ainda, concordem que a classe comum possua uma infinita capacidade de mudanças, sendo possível renovar a cada dia os métodos de ensino.

O que justifica essa atitude do governo, para Mendes (2006), seria o baixo custo que o sistema de idéias da “Inclusão Total” pode trazer, pois dessa forma não serão mais necessários os serviços especializados de apoios, como salas de recursos, por exemplo, e ainda poderá diminuir o financiamento dado às escolas especiais filantrópicas. A médio e longo prazo, a

autora classifica outras atratividades que representam para o governo como: parar de custear medidas para a formação de professores especializados, reestruturações das organizações e não fornecer mais o financiamento necessário para atender cada aluno com necessidade educacional especial dentro da sua especificidade.

Dentro deste contexto, Mendes (2006) avalia ações públicas do MEC que têm lesado o trabalho de edificação da inclusão escolar no cenário brasileiro:

Transformaram o debate em embate, produzindo divisão no movimento histórico de luta pelo direito à educação de pessoas com necessidades educacionais especiais, quando deveriam promover a integração entre as ações do poder público e da sociedade civil; Têm tentado impor uma concepção única de política de inclusão, que sequer é consensual, o que tem dificultado a compreensão por parte dos atores desse movimento e, conseqüentemente, tem aumentado a resistência à política de inclusão escolar que o sistema requer; Deslocaram o debate do seu cerne, que seria como melhorar a qualidade da educação brasileira para todos os alunos indistintamente, para centralizar na questão de onde os alunos com necessidades educacionais especiais devem estudar; Priorizaram a opinião de juristas sobre qual é a melhor opção para a escolarização de crianças com necessidades educacionais especiais, desconsiderando a história e a opinião dos próprios portadores de deficiências, suas famílias, educadores, cientistas e prestadores de serviços; Tem escalado a educação especial como protagonista, ao invés de manter seu papel de coadjuvante colaboradora, numa reforma que deveria ser iniciativa da educação comum (Mendes, 2006, p.400).

O enfoque da “Inclusão Total” como sendo a política citada no contexto educacional brasileiro atual é apenas uma leitura que a autora faz da educação, porém, não existem provas documentadas de que está de fato, sendo implementada essa política aqui no Brasil.

Em contrapartida, o MEC elaborou um programa de educação inclusiva, assumindo o compromisso de promover a política de construção de sistemas educacionais inclusivos, difundindo a política de educação inclusiva nos municípios brasileiros e, apoiar a formação de educadores para concretizar a transformação dos sistemas educacionais em sistemas educacionais inclusivos, tomando como princípio a garantia do direito dos alunos com necessidades educacionais especiais de ingresso e permanência, com qualidade, nas escolas da rede regular. O projeto chama-se “Programa de Educação Inclusiva: Direito à Diversidade” e está sendo desenvolvido em vários municípios do Brasil, desde 2003. Segundo o site do MEC (2008), esse programa oferece mobiliário, material pedagógico, equipamentos para as salas de recursos, para o preparo da oferta de atendimento educacional especializado nos municípios-pólo, com vistas a apoiar o método de inclusão educacional na rede pública de ensino. A partir disso, percebe-se que o objetivo do governo não é tão somente de “Inclusão Total”, mas parece existir a preocupação em continuar mantendo os serviços especializados e não somente incluir os alunos nas salas de ensino regular, sem nenhuma atenção.

Ao analisar o documento elaborado pelo grupo de trabalho da Política Nacional de Educação Especial, entregue ao Ministro da Educação em 07 de janeiro de 2008, com o nome de “Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva”, o que se pode observar é diferente da análise de Mendes (2006), pois o documento traz como objetivo:

Assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para os atendimentos educacionais especializados e demais profissionais da educação para a inclusão;

participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas.

Percebe-se então, a partir da elaboração desse documento, um maior interesse do governo em tentar iniciar um projeto mais elaborado de atendimento efetivo dos alunos com necessidades educacionais especiais nas classes comuns de ensino. O documento relata que o atendimento especializado deve ser complementar e/ou suplementar à formação escolar dos alunos com alguma dificuldade. Ainda dentro das Diretrizes da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), fica claro que o atendimento especial é realizado para apoiar o desenvolvimento dos alunos e realizado no horário contrário ao da classe comum, na própria escola ou em centros especializados. Contudo, sabe-se que esse documento foi elaborado por vários profissionais da área de educação que há tempos são estudiosos da inclusão escolar. Espera-se que este documento constitua de fato em uma efetiva transformação na educação brasileira, ocorrendo a mobilização do governo para a concretização das políticas de inclusão.

Já em 1998, Glat (citado em Oliveira e Miranda, 2006) problematiza a implementação da inclusão escolar no Brasil e, mesmo após passados dez anos de seus questionamentos, parecem muito pertinentes aos dias atuais, pois o Brasil ainda apresenta as mesmas dificuldades:

Vamos baixar um decreto desativando as classes especiais? E daí? Vamos instruir as famílias para matricular os seus filhos portadores de deficiência diretamente na escola mais próxima de sua casa independentemente de suas condições ou do desejo dessa escola de recebê-lo? Vamos colocar, por exemplo, um aluno surdo, que não tem domínio de português oral, assistindo a uma aula de história sobre o mercantilismo?

Vamos colocar uma criança com deficiência múltipla numa classe de quarenta alunos com uma professora mal remunerada e sem capacitação, que mal dá conta dos problemas da aprendizagem e da disciplina de alunos “normais”? Qual será o rendimento acadêmico e cognitivo desses alunos? (Glat, 1998 citado em Oliveira e Miranda, 2006, p. 7).

Logo, quando se analisa a política de inclusão escolar como uma política pública, afirma Mendes (2006), encontram-se diversas evidências para prever o seu fracasso. Diante dessas análises é fácil perceber que o poder público tem-se eximido das suas responsabilidades não institucionalizando de fato o processo de inclusão escolar. Não existem fiscalizações nas escolas, apoio especializado e tampouco o desejo dos governantes de efetivas mudanças.

Sant’Ana realizou uma pesquisa em 2005, em uma cidade do interior paulista, na qual investigou as concepções de professores e diretores de escolas públicas sobre a inclusão escolar. Ela realizou entrevistas semi-estruturadas em uma amostra de 16 pessoas, sendo 10 professores e seis diretores, focalizando as seguintes dimensões:

Concepções sobre educação inclusiva (conceito, idéias e opiniões que os profissionais têm acerca da educação inclusiva), desenvolvimento do processo de inclusão (dificuldades encontradas pelos participantes na realização do processo) e condições necessárias à efetivação da educação inclusiva (sugestões dos docentes e administradores quanto aos aspectos necessários para a realização da inclusão escolar) (Sant’Ana, 2005, p. 229).

Nos resultados de sua pesquisa, observou-se, por meio da análise da fala dos participantes, a falta de esclarecimento dos professores e diretores quanto à função da inclusão escolar, pois os docentes enfatizaram a inclusão como sendo a presença das crianças

com necessidades educacionais especiais repartindo o mesmo espaço físico com as demais crianças e, de forma semelhante, as diretoras ressaltaram a presença desses alunos com necessidades educacionais especiais nas classes regulares como, e somente como, uma forma de inserção dessas pessoas na sociedade. Ou seja, esses sujeitos da pesquisa possuíam a idéia de que basta existir a presença de crianças com necessidades educacionais especiais dentro de uma sala do ensino regular para haver a inclusão escolar e, como destaca Sant'Ana, o fato desses alunos estarem inseridos no mesmo espaço, junto com as outras crianças, não significa dizer que estejam realmente incluídos no contexto escolar. “O verdadeiro papel da inclusão é a realização de práticas escolares que sejam capazes de beneficiar relações de interação que sejam expressivas, dentro da perspectiva de aprendizagem colaborativa” (Thousand e Villa,1991, citado em Sant'Ana, 2005). Além disso, que sejam capazes de superar os empecilhos que dificultam a participação dessas crianças na vida social de uma forma geral e que possam também favorecer a aprendizagem dos mesmos.

Outro fator relevante nesta pesquisa de Sant'Ana (2005) foi a falta de preparo dos professores para lidar com a inclusão escolar. A análise dos relatos feita pela autora mostrou que eles não dominavam as práticas educacionais necessárias à promoção da inclusão, e que reivindicavam cursos, formação continuada, além de apoio constante de especialistas.

A pesquisa salientou que os participantes reconheceram a importância que a inclusão escolar possui para a educação, contudo reivindicaram o apoio governamental e da sociedade para promover um ensino de qualidade para as crianças que apresentam necessidades específicas. Nesse sentido Sant'Ana concluiu a sua pesquisa afirmando que

A inclusão desse alunado em classes comuns gera novas circunstâncias e desafios, que tendem a somar-se com as dificuldades já existentes do sistema atual, e, por conseguinte, ratifica a idéia de que profundas modificações devem ser realizadas a fim



de melhorar a qualidade da educação [...] seja para educandos com ou sem necessidades (Sant'Ana, 2005, p. 233).

O que se percebeu através dessa pesquisa foi que os profissionais estavam dando mais enfoque às suas próprias dificuldades ao invés de voltarem a sua atenção para a tentativa de ajudar os alunos, pois a escola é feita para atender ao aluno e não aos profissionais que nela trabalham. Logo, ele - o aluno - deve ser o principal ator do cenário escolar, a escola deve ser feita para ele e por ele, deve respeitá-lo e, principalmente, acolhê-lo, mesmo com todas as suas diversidades.

Silveira e Neves (2006) realizaram uma pesquisa referente à inclusão escolar de crianças com deficiências múltiplas buscando, através de entrevistas semi-estruturadas, investigarem as concepções de pais e professores acerca do assunto. Participaram da pesquisa 27 pessoas, sendo sete casais, três mães e 10 professores, todos eles pais e professores de crianças com deficiências múltiplas que freqüentavam as classes para deficientes múltiplos de dois centros de ensino especial do DF.

Os resultados da pesquisa de Silveira e Neves (2006) mostraram que tanto os pais como os professores apresentaram em seus relatos um descrédito muito grande em relação ao desenvolvimento e aprendizagem dos deficientes múltiplos. Destacaram a formação profissional como um dos principais fatores que necessita de mudança. Fizeram referência também à escola, que deve mostrar-se aberta para as mudanças e participação efetiva da sociedade.

Silveira e Neves (2006) detectaram ainda certo descontentamento, a partir das falas dos participantes, a respeito das políticas públicas. A maioria dos pais sentiam-se desrespeitados em seus direitos e clamavam por leis que favoreciam atitudes de tolerância, por parte da sociedade, de consideração da diversidade humana, além de melhor preparação

dos funcionários que trabalham nas instituições. “Destá forma, a inclusão remete à urgência da transformação de toda realidade social e escolar” (Silveira e Neves, 2006, p. 84).

Martins e Silva (2007) realizaram uma pesquisa em uma escola pública do Rio Grande do Norte, na tentativa de facilitar o processo de inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais, ou de maneira mais específica:

Criar um campo mais favorável para que as crianças expressem suas idéias e sentimentos, extrapolando a simples informação sobre os diversos tipos de diferenças/deficiências existentes; contribuir para derrubar barreiras atitudinais existentes no meio educacional frente aos alunos com necessidades educacionais especiais; estimular a criatividade das crianças buscando recursos para desenvolver uma ação de apoio aos colegas que apresentam deficiência na escola campo de pesquisa (Martins e Silva, 2007, s/p).

A pesquisa foi realizada com nove alunos que foram apresentados pela direção como indivíduos com necessidades educacionais especiais. Essas crianças já tinham sido diagnosticadas e o papel das pesquisadoras foi realizar pequenos ajustes, no trabalho pedagógico com essas crianças, estimulando-os, cada um dentro do seu limite.

As pesquisadoras observaram cada um desses alunos de perto, sendo capazes de identificar onde estava a dificuldade de cada um, verificando que cada um deles possuía interesses diferenciados, além de seu próprio ritmo. As autoras concluíram que era preciso desafiar sempre essas crianças estimulando-as a desenvolverem as suas capacidades e a melhorarem a sua aprendizagem, além, ainda, de interagirem com os outros alunos.

As autoras relataram também que a maioria dos alunos apresentou alguma inadequação familiar que influenciou diretamente o desempenho escolar dessas crianças,

reconhecendo-se, assim, a importância da família no processo de aprendizagem. Segundo elas, é necessário que a escola oriente e apoie os pais, mostrando-lhes a realidade dos seus filhos e ressaltando a importância de um lar que os acolha e compreenda.

Um dos fatos que mais se destacou nessa pesquisa foi que algumas crianças foram consideradas com necessidades educacionais especiais, e não apresentarem nenhum tipo de deficiência real. O que existia eram déficits de cunho emocional, social, familiar, de aprendizagem ou circunstancial. Percebeu-se a partir disso que as escolas não estão se importando muito com os seus alunos. Se eles apresentam algum tipo de anormalidade já são rotulados e fadados ao insucesso. Contudo, se a escola não rotular o aluno, possivelmente os profissionais da área de educação veriam os alunos com necessidades educacionais especiais não como a patologia em si, mas como um ser de inúmeras possibilidades.

Ainda no estudo de Martins e Silva (2007) observaram-se atitudes preconceituosas em relação aos alunos que apresentavam alguma dificuldade de aprendizagem, tanto por parte de outros alunos, como por parte de professores. Assim, as autoras constataram que as necessidades educacionais especiais não representam o único fator que provoca a exclusão, mas também as diferenças individuais em geral.

Após a intervenção das pesquisadoras nessa escola, percebeu-se que os alunos passaram a conviver melhor com as diferenças, evidenciando-se mais aceitação e respeito entre eles, o que foi reconhecido também pelas professoras das classes onde se realizou a pesquisa. Constatou-se, também, que foi possível criar vínculos afetivos e sociais entre os alunos, que demonstraram empenho para modificação de conceitos referentes às crianças com necessidades especiais. E, por fim, observou-se o despreparo das professoras para lidar com as diferenças, que afirmaram nunca terem recebido qualquer tipo de orientação para trabalhar na perspectiva da inclusão escolar.

Ao analisar essas pesquisas, sobre a inclusão escolar, é muito comum perceber que, apesar da maioria dos docentes apresentarem uma opinião favorável à inclusão, talvez pela importância que o assunto vem ganhando nos últimos tempos, ainda existem muitas dúvidas e julgamentos diferenciados a respeito do que seja realmente a inclusão escolar.

Diante das análises dessas pesquisas foi possível perceber que ainda existe muito preconceito com relação aos alunos com necessidades educacionais especiais, tanto da sociedade como dos profissionais da educação. Já se sabe que nenhuma criança é igual à outra e que cada qual possui um ritmo próprio; não adianta querer igualar uma criança com necessidade educacional especial aos outros alunos dentro da classe, como também não se deve abandoná-la. E o que se percebeu por intermédio dessas pesquisas, foi exatamente isso, ou ocorreu o abandono das crianças especiais, ou estas encontravam-se apenas inseridas na sala regular sem nenhum aprendizado efetivo, não se reconhecendo os pequenos progressos que elas apresentaram. Percebeu-se também que estava faltando paciência e dedicação dos professores, que havia negligência e falta de reconhecimento do governo para com as escolas; e que os profissionais em sua maioria sentem-se desamparados para lidarem com as diferenças.

O presente estudo, apresentado no capítulo seguinte, visou investigar concepções de pais e professores acerca da inclusão escolar e de como esta tem sido efetivada em duas escolas públicas do DF, o que será apresentado no capítulo seguinte.

### **Capítulo III: A inclusão escolar do ponto de vista de pais e professores: um estudo exploratório**

#### Método

Diante da delimitação do tema e objetivos do presente trabalho, foi elaborado um projeto de pesquisa e julgado pelo Comitê de Ética do Centro Universitário de Brasília, pois a pesquisa envolvia a participação de seres humanos. Após a análise dos objetivos, a pesquisa foi aprovada em 10 de março de 2008 e o número do projeto é 07/08. O trabalho foi realizado com pais e professores de crianças que participam da inclusão escolar e freqüentam escolas de ensino regular no presente ano.

Inicialmente foi solicitada uma autorização à Regional de Ensino de uma cidade satélite para a realização da pesquisa. A partir daí a pesquisadora seguiu ao Centro de Ensino cenário da pesquisa, apresentou-se à direção e ao corpo discente e solicitou a participação de duas profissionais que trabalhassem com a inclusão escolar para a realização das entrevistas. Duas pessoas apresentaram-se voluntariamente, houve um esclarecimento inicial e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, em seguida, foram realizadas as entrevistas.

Dessas profissionais da educação, uma é psicopedagoga de 45 anos, que trabalha na Fundação Educacional há 17 anos. Ela faz atendimentos individuais das crianças diagnosticadas e oferece suporte as outras professoras quando necessário. Essa professora será chamada de profissional 1, e uma professora de ensino fundamental de 39 anos, que trabalha na sala de apoio e atende às crianças com retardo mental leve, que está na Fundação Educacional há 10 anos e, que será identificada pelo nome de profissional 2. Participaram também, duas mães de crianças com necessidades educativas especiais que possuem seus filhos na rede pública regular de ensino. A mãe 1, como será chamada, tem 35 anos, é professora e seu filho possui o diagnóstico de retardo mental grave. A outra integrante dessa

pesquisa será chamada de mãe 2, tem 32 anos, advogada e possui um filho autista, ambas possuíam os seus filhos matriculados na mesma escola..

Em um primeiro momento, a intenção era que todos os participantes, pais e professores, fossem da mesma escola, só que houve uma dificuldade muito grande em encontrar pais de filhos especiais na escola em que as profissionais trabalhavam, para que pudessem participar da pesquisa. Logo, foi necessário buscar outros pais que tivessem os filhos matriculados em outra escola regular do Distrito Federal.

Trata-se, portanto, este trabalho, de uma pesquisa de campo de abordagem qualitativa, esta última que “compreende um conjunto de diferentes técnicas interpretativas que visam a descrever e a decodificar os componentes de um sistema complexo de significados. Tem por objetivo traduzir e expressar os sentidos dos fenômenos do mundo social” (Maanen, 1979, citado em Neves, 1996).

O procedimento deu-se por meio de uma entrevista semi-estruturada com cada participante, com o principal objetivo de levantar opiniões a respeito desses sujeitos sobre a inclusão escolar de uma forma geral; além de verificar as mudanças ocorridas na vida diária das crianças que participam da inclusão e dos próprios pais depois do processo de inclusão escolar; que tipos de implicações o processo inclusivo tem trazido na prática e como anda a inclusão social dessas crianças como um todo; verificar também as principais dificuldades encontradas e perceber o que de fato muda na vida das crianças; e se esse processo atualmente tem obtido o efeito esperado por eles (mães e profissionais).

O material utilizado foi um gravador de voz, com o qual gravou-se as entrevistas, papel e caneta para registros.

As entrevistas abordaram assuntos pertinentes à inclusão escolar como, por exemplo, o que eles acham da inclusão escolar; como ela tem sido feita naquele espaço educacional; o que essa inclusão tem mudado na vida dos pais, professores e alunos; qual a função do professor e dos pais nesse processo, se realmente a inclusão traz aspectos positivos para as crianças com necessidades educacionais especiais e suas famílias; e quais as dificuldades encontradas para se realizar a política da inclusão escolar.

As entrevistas com as profissionais da educação foram realizadas, dentro e fora da escola, uma vez que uma delas foi feita na casa da própria entrevistada. Já com as mães, ambas as entrevistas foram realizadas em suas casas.

A coleta de dados ocorreu no período de março a maio de 2008, com uma hora de duração, no mínimo, para cada entrevista, que foram gravadas e transcritas na íntegra.

### Resultados e Discussão

Apresentam-se a seguir os resultados e as discussões dos dados obtidos com os pais e profissionais da educação.

A análise das entrevistas com os profissionais da área da educação teve como objetivo levantar as suas concepções acerca da inclusão escolar, avaliar como a inclusão escolar tem acontecido na escola em que ele trabalha e demonstrar as principais dificuldades encontradas para a efetivação do projeto da inclusão escolar.

Na primeira entrevista, realizada com a profissional 1, observou-se o descrédito dela em relação à educação, pois, logo na sua primeira resposta ela já relatou que as classes das escolas do DF estão muito cheias e com isso o professor se exime da responsabilidade de dar qualidade no ensino, pois, dessa forma, eles não são capazes de dar uma atenção especial para as crianças, principalmente, para as crianças com necessidades educacionais especiais: “A

*situação das classes hoje, por exemplo, são classes lotadas [...] então a classe muito cheia diminui a responsabilidade da professora de dar uma atenção mais individualizada.”*

Outro ponto marcante na entrevista com a profissional 1 foi o fato dela ter revelado que não existe mais a redução das classes que comportam crianças com necessidades educacionais especiais: *“Esse ano o governo tirou a redução das classes para as crianças com deficiências mentais leves, que já seria uma grande conquista que a gente já tinha a algum tempo atrás.”*, além disso, ela confirmou também a retirada das itinerantes : *“[...] que são os profissionais que fazem todo o trabalho de articulação da criança com os atendimentos, com os exames da equipe pedagógica, com todo o processo de suporte que é feito entre os centros de ensinos especiais e o centro de ensino educacional”*. Os dados descritos aqui remetem à visão de Mendes (2006), que afirma que a Secretaria de Educação Especial do MEC vem tentando implementar diretrizes políticas baseadas no princípio da “Inclusão Total”, que visa incluir todo e qualquer aluno em classe regular de ensino e extinguir qualquer forma de apoio especializado, isso porque gera menos custos para o governo.

Apesar da documentação encontrada no site do MEC (descrita no capítulo anterior) a respeito das normas que regem a inclusão escolar, neste trabalho será mostrada a visão proposta por Mendes (2006) comprovando que na prática a redução das classes e das itinerantes com equipe multidisciplinar foram retiradas das escolas que era o pouco que se havia conseguido para dar uma melhor qualidade no ensino.

Com a premissa da inclusão, o que vem acontecendo atualmente é que a escola só recebe o aluno com necessidade educacional especial, porém, ainda não é capaz de oferecer a ela um suporte adequado, conforme nota-se na fala da profissional 1: *“Se a gente pensar na inclusão enquanto um processo institucionalizado que envolve várias vertentes em várias*



*escalas em termos assim institucionais e legais ela está acontecendo, em termos apropriados, ela não está acontecendo, por quê? Porque eu acredito que uma classe de crianças regulares que não tem diagnósticos nós estamos assim, com índice de defasagem e de dificuldade de aprendizagem acentuados e isso em termos assim de quantidade, em termos qualitativos a gente está tendo uma redução de qualidade de aprendizagem muito significativa”. O que se observou é que existe uma mobilização em busca da inclusão, os professores, a escola e todo pessoal da área de educação sabem que é necessário incluir, mas não sabem como fazer. A profissional 2 abordou: “O professor [...] ele ainda não consegue fazer uma leitura, talvez leitura da inclusão ele já tenha, mas ele não consegue revestir em práticas que sejam realmente inclusivas, que envolveriam adaptações curriculares, avaliação diferenciada, atenção individualizada, é um olhar mais detalhado de habilidades e competências sobre aquela criança, adequação de métodos, de procedimentos que seriam mais adequados e ao mesmo tempo mais prazerosos”.*

Para Esteban (1989, citado em Silveira e Neves, 2006) “a concepção que o professor tem de mundo e de homem tem relação com sua concepção sobre o processo de alfabetização, assim como a leitura que faz do desenvolvimento da criança tem relação com a qualidade da sua intervenção”. Com isso, deve-se obter uma maior importância para a formação dos professores, em níveis teóricos, práticos e pessoais para que eles consigam refletir suas concepções, no processo de ensino dos seus alunos (Silveira e Neves, 2006).

A profissional 1 listou uma série de desajustes apresentados pelos profissionais da escola em que ela trabalha, quando se trata da inclusão escolar. Ela relatou que há a falta de capacitação dos profissionais, não existe interesse por parte dos professores em trabalhar com o diferente, os professores com mais experiência e mais tempo de trabalho têm preferência na hora de escolher as turmas em que vão trabalhar: “Então as turmas mais problemáticas com maior comprometimento de aprendizagem, elas normalmente sobram para os professores

*menos experientes [...] o professor mais capacitado, mais habilitado ele acaba escolhendo as turmas mais homogêneas [...] Eu vejo as dificuldades muito atreladas às práticas pedagógicas, as dificuldades de capacitação do professores, ou se está capacitado, a dificuldade de se revestir essas informações em técnicas, em práticas, em inovações, em procedimentos, em possibilidades”.* As turmas inclusivas acabam ficando com aqueles professores com menos experiência, porém não menos motivados. A profissional 1 continua: *“A gente tem se surpreendido com muitas professoras novas que chegaram, professoras do contrato temporário e tal.*

Com toda essa movimentação a caminho da escola inclusiva o professor encontra-se mais aberto às oportunidades de se qualificar para o trabalho na inclusão, eles aceitam o auxílio de profissionais especializados em necessidades específicas, no entanto, eles ainda se encontram presos aos moldes educacionais tradicionais, notando-se isso na fala da profissional 1: *“Embora o professor esteja mais acessível à atenção do diagnóstico e tal, eles ainda são muito racionais em termos de aplicar o mesmo critério de avaliação, querer comparar bastante, exigir desempenho muito superior naquele momento que a criança não pode dar”.* Fuller e Clarck (1994, citado em Mendes, 2006) abordaram que a principal falha da inclusão escolar é tentar uniformizar os processos educacionais na tentativa de desenvolver uma única maneira de ensinar, desconsiderando os aspectos específicos de cada criança.

Os profissionais da área da educação, quando questionados sobre como trabalhar com a inclusão escolar, citaram como principal dificuldade a falta de cursos capacitantes, o que, na visão da profissional 1 isso já virou uma desculpa para os professores se esquivarem de promover um ensino de qualidade: *“Primeiro esse slogan de capacitação de professor, isso aqui na minha escola e aqui em Brasília já virou uma desculpa, eu acho que a capacitação é uma coisa que a gente tem contar sempre, a gente tem que estar se capacitando o tempo inteiro”*, e ela salienta que os profissionais escolhidos para trabalhar na perspectiva da

inclusão devem ser aqueles que possuem o “perfil” apropriado para lidar com o diferente, sobre esse aspecto, entra a questão de mudanças não somente dentro das escolas, mas também, em toda estrutura educacional, para escolha dos profissionais, verificando o perfil e as habilidades necessárias para determinadas áreas, dessa forma haveria maior eficiência e satisfação do profissional, gerando conseqüências positivas no seu trabalho.

Martinez (2005) menciona que a inclusão não acontecerá se não houver uma ressignificação em diversos planos e principalmente no ideológico dos profissionais que trabalham com a inclusão. Ela aborda sobre a mudança interna, em primeiro lugar, para depois abranger as outras esferas da sociedade, alegando que um profissional que ainda possui preconceito e aversão ao diferente, ao trabalhar com crianças com necessidades educativas especiais, por mais que ele não queira, ele vai acabar transmitindo os seus sentidos e provavelmente não realizará um bom trabalho. Existem muitos profissionais que não estão conseguindo formar uma nova ótica acerca das crianças com necessidade especial.

Existe também, a falta de reconhecimento e valorização dos profissionais por parte do governo, como relata a profissional 1: *“As pessoas que trabalham bastante para a inclusão, que estão dentro do ensino especial, que estão fazendo um trabalho assim de coração mesmo, essas pessoas não são vistas, não são notadas e fazem pelo amor à profissão mesmo, então eu acho que falta um trabalho de divulgação dos projetos que dão certo e tal”*.

Percebe-se também, a partir da entrevista com a profissional 1 que existem profissionais que demonstram interesse e motivação no trabalho com escola inclusiva, desenvolvendo um bom trabalho e preocupando-se com a qualidade dos conteúdos que transmitem às crianças. Na escola da profissional 1, existe a sala de apoio que funciona como uma extensão da sala regular, que atende às crianças com alguma necessidade educacional especial e relata que as professoras são muito engajadas no trabalho, pois implementam

projetos e buscam parcerias com outros profissionais e com outras crianças da escola (profissional 1): *“inclusive o pessoal da sala de apoio têm buscado muitos cursos, têm trabalhado muito em cima de recursos físicos, jogos, materiais didáticos diversificados, inovadores.”*

Outro fator marcante percebido na entrevista da profissional 1 foi o enfoque que as escolas dão ao diagnóstico, pois antes de aceitar a criança exigem laudo médico e um diagnóstico específico, porque é a partir daí que irão colocar a criança em alguma turma. Quiçá seja uma maneira da escola se organizar para o atendimento das crianças com necessidades educacionais especiais, porém ainda é uma forma de rotulação, pois como enfatiza a profissional 1: *“A gente vê muito professor tratar a criança pelo diagnóstico e não pelo nome, a gente sabe que tem professor que quando percebe que tem uma criança diagnosticada na sala, ele já não fica motivado.”* Por mais sutil que possa parecer, o tratamento dirigido à criança pelo seu tipo de necessidade especial não deixa de ser um tipo de discriminação.

Isso também foi observado na pesquisa de Silveira e Neves (2006), a qual detectou que algumas crianças que apresentavam que eram consideradas com necessidades educacionais especiais, na verdade não tinham nenhum tipo de deficiência real, sendo rotuladas e fadadas ao insucesso.

Não basta aceitar as crianças com necessidades educativas especiais nas escolas regulares se não há qualidade no processo de ensino/aprendizagem, porém, fica difícil ter qualidade, como afirma a profissional 1, quando a demanda é muito maior que o número de profissionais: *“a minha maior dificuldade [...] é a questão do quantitativo de alunos em detrimento à qualidade dos atendimentos”* ela enfatiza ainda, muito a falta de recursos físicos e estruturais dentro das escolas. O governo ele cria leis, mas não oferece as condições para

elas serem cumpridas, dificultando o trabalho do professor. Não adianta ter motivação se faltam os recursos para a realização do trabalho.

O que se observa na prática, segundo a profissional 1, é que o projeto da inclusão é muito bom e o que faltam são as condições adequadas para efetivar os projetos: *“O problema não está na política de inclusão, o problema está na política estrutural da escolarização”*. O governo não interage com os profissionais para saber qual a melhor forma de se implementar os projetos e simplesmente toma as suas decisões sem consultar quem trabalha diretamente com esses alunos (profissional 1): *“O governo simplesmente em janeiro acabou com a redução para as turmas de deficiências múltiplas, então chutou o balde e a gente fica com pena dos meninos, complica bastante para eles, né”*.

Isso seria outra evidência apoiada também pelo trabalho de Mendes (2006), no qual ela relata que estão priorizando a opinião de juristas sobre qual é a melhor opção para a escolarização de crianças com necessidades educacionais especiais, sem levar em consideração a história e a opinião dos alunos com necessidades educativas especiais, de suas famílias, dos educadores, dos cientistas e dos prestadores de serviços.

Ao buscar informações sobre a participação da família ficou evidente que a escola, em que a profissional 1 trabalha, não oferece abertura para a relação família/escola: *“As escolas não abrem espaço para a participação efetiva das famílias.”* Nas reuniões bimestrais, por exemplo, os pais vão somente para ouvir e, na maioria das vezes, apenas relatos contraproducentes a respeito de seus filhos (profissional 1): *“Um dos grandes problemas das escolas é a dinâmica de reunião de pais, por exemplo, em que não se dá voz aos pais, é como se fosse um momento de despejar informações, muitas vezes as informações são negativas acerca da criança, uma escola que consegue andar na contramão disso, uma escola que consegue ouvir, abrir uma linha de conversa, de diálogos, de propostas, então eu acho que*

*ela consegue um resultado melhor, a escola em que trabalho não consegue isso.” Comprova-se também, que existe um “jogo de empurra” entre a escola e a família, no qual a família culpa a escola pelo fracasso do seu filho e a escola culpa a família, conforme a opinião da profissional 1: “Essa coisa de participação das famílias eu não culpo as famílias, eu falo que é uma questão de gestão, muito embora, as famílias estão aceitando o processo de desresponsabilização educacional dos filhos, então eles estão transferindo questões que são da família para a escola, mas a escola também ela tem se omitido em vários fatores.”*

Ao se tratar do papel da família no processo da inclusão escolar, Martins e Silva (2007) em sua pesquisa perceberam que um dos principais motivos para algumas crianças não apresentarem avanços expressivos na parte pedagógica foi exatamente a falta de apoio da família. Buscaglia (1999, citado em Martins e Silva 2007) relata que a família deve assumir seu papel e tendo também a responsabilidade de educar essas crianças, porque somente dentro da família é que a criança será capaz de aprender a ser o tipo de ser humano que a sociedade considera normal, além de desenvolver a sua individualidade e buscar uma auto-realização.

É necessário que haja uma mudança na maneira de conduzir a relação família/escola pois, sem a resolução desse impasse, a inclusão escolar não se efetivará.

A profissional 1 citou um bom exemplo de gestão escolar diferenciada que funcionou e que foi capaz de trazer as famílias para a escola: “A gente trabalhava uma relação de mais sensibilidade, acolhimento, de escuta, valores e tal, de suporte e tal”, e ela ainda continua: “A escola tem que aprender a escutar críticas, a escola critica demais e escuta muito pouco”.

O que se pode concluir, a partir da entrevista da profissional 1, foi que ela percebeu avanço na socialização das crianças que apresentavam alguma defasagem, quando estas foram incluídas em escolas regulares, acreditando que a inclusão escolar é uma forma de inserção social dessas crianças. E ainda ressaltou que a inclusão é acima de tudo uma questão política e

um processo de várias etapas e recursos que se interagem, além de trazerem muitos benefícios a longo prazo para todas as partes. Entretanto, ela ressalta que há ainda muito a ser feito: *“Eu acho que a gente já andou bastante, muita coisa melhorou, mas eu vejo que a questão da inclusão ela perpassa os muros da escola é uma questão política de gestão [...] as crianças estão indo para a escola, agora a escola não está conseguindo dá qualidade e atender à demanda da alfabetização e letramento, a escola está minimamente alfabetizando, mas a escola não está produzindo letramento.”*

A partir dessa primeira entrevista foi possível concluir que, apesar das dificuldades encontradas na escola, a profissional 1 ainda é capaz de desenvolver um trabalho significativo, além de ter uma visão ampla e bem definida a respeito da inclusão escolar. Ela é capaz de reconhecer os problemas da escola em que trabalha, admite a falta de motivação de muitos professores para trabalhar com a inclusão e identifica também que há certo descaso do governo e da sociedade para com a categoria de professores. Percebe-se portanto, que há muitas mudanças a serem feitas, mas acredita na inclusão escolar.

Quanto à profissional 2, percebe-se, pela entrevista, que ela tem uma visão bem otimista a respeito da inclusão escolar e acredita que está conseguindo fazer um bom trabalho. Ela reconhece que cada criança possui um limite e que principalmente a escola e o conteúdo devem-se adequar à criança, além de entender que a inclusão é uma questão de cidadania e de socialização. Quando a entrevistadora solicitou que ela definisse inclusão escolar, ela respondeu: *“Dar oportunidades a todos, oportunidades iguais a todas as crianças”*. E continuou: *“O estar aqui é muito importante também na parte da socialização, neh [...] todos são cidadãos brasileiros, que todos tenham as mesmas oportunidades”*. O principal ganho social dessas crianças segundo a professora é a interação com os outros alunos ditos normais, relatando que há uma boa aceitação desses para com os especiais, chegando a não haver diferenciação entre eles na hora das brincadeiras, do recreio etc. Afirma a profissional 2:

*“Essa deficiência passa despercebida pela maioria dos outros colegas, então muitos deles não sabem que o coleguinha tem essa limitação, o que é melhor ainda, os alunos não são rotulados, agora é claro, algumas deficiências são visíveis, mas a gente observa que eles aceitam muito bem”.*

A profissional 2 sente-se privilegiada por trabalhar em uma escola que possui uma sala de apoio e profissionais específicos somente para atender às crianças com necessidades educacionais especiais, pois ela reconhece que, a maioria das escolas não possuem essas condições. Sente que está sendo capaz de oferecer o mínimo para as crianças especiais que, na maioria das vezes, tem que correr atrás, buscar apoio, pedir nas regionais e na comunidade: *“[...] Nós temos muito apoio, mesmo porque a gente busca, é que às vezes a gente é assim, reclama que não tem apoio, mas também não vai atrás, e o que acontece com a gente aqui, é que a gente é chata mesmo, a gente tá sempre indo atrás, buscando.”* Apesar de achar que desenvolve um bom trabalho ela reconhece que há muita coisa ainda a ser mudada e que a inclusão não está acontecendo da melhor forma: *“Olhando aqui a nossa realidade da nossa escola, a gente observa que já temos um ganho muito grande, só que não chegamos ao ideal, não é o que está no papel ainda, porque o que está no papel é muito lindo, mas na verdade não acontece, acontece assim dentro do possível”.*

Na fala da profissional 2, percebeu-se que, mesmo enfatizando muito o lado social da inclusão ela se preocupa com os ganhos cognitivos e de aprendizagem: *“a gente observa o crescimento, também assim na parte de assiduidade, o querer estar na escola, o gostar de estar aqui”*, e quando questionada se a inclusão escolar trazia resultados ela afirmou: *“Sim, resultados na parte cognitiva, na parte do aprendizado da criança”*, e ainda diferentemente da profissional 1 considerou que em nível percentual, o número de repetências foi reduzido.



Houve uma preocupação por parte da profissional 2 em esclarecer a todos da escola acerca das diferenças: *“A gente está tentando trabalhar isso também, mostrando a eles as diferenças das crianças e que as limitações das outras crianças, não os fazem inferior aos demais”*. Essa profissional promoveu oficinas semestrais com todas as pessoas da escola para sensibilizar a respeito da inclusão e sempre que possível convida as famílias para participarem das mesmas, proporcionando, dessa forma, também um trabalho de apoio para minimizar as diferenças entre as crianças.

É bom lembrar que as duas profissionais entrevistadas para essa pesquisa trabalhavam na mesma escola e faziam parcerias em alguns projetos, mas ainda assim foi possível perceber algumas opiniões divergentes. A profissional 1 enfatizou que a escola possui poucos recursos físicos, salas etc, e que seu atual espaço de trabalho para atendimento é o banheiro para deficiente físico que se encontra desativado e que: *“se chegar algum deficiente físico, algum cadeirante eu estou despejada”* já a profissional 2, acredita que a escola está equipada em termos de recursos físicos: *“A escola está fisicamente adaptada, com rampas, temos facilidade de acesso, temos banheiro para deficiente físico que no momento está inclusive desativado”*. Portanto ela concorda que a escola já se encontra em condições de atender as crianças portadoras de necessidades educacionais especiais.

Em um trecho da entrevista com a profissional 2, ela abordou sobre a condição para uma escola ser inclusiva: *“Uma vez que recebe o memorando para a escola, ela já é ciente que é uma escola inclusiva.”* Entretanto para Carvalho (2004), os sistemas educacionais inclusivos devem ser capazes de estabelecer programas, idéias e atividades que beneficiem o desenvolvimento da personalidade dos cidadãos restabelecendo o respeito aos direitos humanos, ou seja, para que uma escola seja inclusiva não basta apenas baixar uma lei e enviar um documento, mas é necessário que as instituições sejam capazes de promover os programas básicos de suporte a esse aluno com necessidade educacional especial.

Apesar disso, essa profissional demonstrou-se bastante articulada e engajada no processo de inclusão escolar, pois em uma de suas falas evidenciou importância da comunicação para esse processo: *“A gente conversa com os professores, a gente participa das coordenações coletivas, os professores todos são cientes, todas as classes têm um ou dois alunos incluídos”*. Quando questionada sobre a aceitação dos professores regentes às crianças com necessidades educacionais especiais em suas classes ela respondeu: *“A maioria deles recebem bem essa criança [...] a gente observa é que na prática que são bem aceitos sim, inclusive pelos professores regentes”*.

Contudo, ao mesmo tempo em que a profissional 2 relatou a aceitação dos professores regentes, ela admitiu que há ainda muito medo desses professores em trabalharem com o diferente, salientando que há uma certa ressalva na aceitação desses professores quando descobrem que terão esses alunos afirmando que eles ficam tensos e preocupados se terão apoio quando necessitarem, ao que a profissional 2 afirma que sim.

Outro tipo de trabalho que a profissional 2 desenvolvia na escola era um projeto de intervenção nas salas de aula, no qual iam a todas as salas de aula para esclarecer sobre as diferenças: *“Nós temos um trabalho aqui, um projeto que a gente entra na sala de aula, não é um trabalho direcionado para o nosso próprio aluno, mas com o todo e é em todas as salas que a gente entra para fazer esse trabalho também.”*

Essa profissional demonstrou saber da importância de se respeitar a limitação de cada um e demonstrou a preocupação com o lado afetivo-emocional das crianças, percebendo a importância de se fazer uma avaliação diferenciada dos que apresentam necessidades educacionais especiais: *“A gente compara a criança especial com ela mesmo e não com os outros”*.

Em contrapartida com à opinião da profissional 1, a profissional 2 demonstrou acreditar que a escola dá abertura às famílias, mas que segundo elas, as famílias que não querem vir para a escola. Talvez isto ocorra devido à dinâmica estabelecida entre escola/família, em que os pais não querem ir à escola para não escutarem reclamações sobre seus filhos ou porque não existe um espaço para eles se expressarem. A inclusão escolar para acontecer depende muito da participação e disponibilidade da família, o que pode ser percebido pela profissional 2: *“A gente cobra muito a parceria da família aqui, sempre fazemos reuniões.”*

No relato da profissional 2 foi possível identificar o “jogo de empurra” que existe entre a família e a escola: *“Nós sabemos que têm crianças aqui, que são exclusividade e responsabilidade todinha nossa, neh. A gente não tem esse apoio da família”*. Ela afirma que sempre convida as famílias para os eventos que a escola promove, mas mesmo assim a participação é pequena.

As dificuldades encontradas para realizar o trabalho da inclusão são poucas. A profissional 2 conseguiu classificar apenas a questão da frequência: *“A frequência do aluno, aqui nós temos uma boa frequência, mas não chega a 100%, o que a gente busca é isso, 100% de participação e também esse compromisso de todos os familiares.”* Durante a entrevista identificou-se certa dificuldade dessa participante em saber classificar o que era dificuldade ou não pois, ao mesmo tempo em que afirmava a colaboração da instituição, dos professores e das regionais admitia que tem que correr atrás das coisas, reivindicar materiais e estar sempre pedindo a colaboração dos professores para a execução dos seus projetos, como já foi citado anteriormente nessa mesma pesquisa: *“Aqui a gente tem encontrado esse apoio em todos os âmbitos, a direção, a coordenação de ensino especial a nível de regional, é nós temos muito apoio.”*

O que é possível concluir, a partir da entrevista da profissional 2, é que existem profissionais comprometidos com a inclusão escolar e, mesmo com dificuldades é capaz de ter otimismo, sentir-se, privilegiada e demonstrar orgulho do trabalho que desempenha.

Na análise das entrevistas com as mães de crianças com necessidades especiais, buscou-se identificar se realmente a escola está preparada para o processo de inclusão, se ela tem acontecido nas escolas em que seus filhos estudam e quais as concepções das mães a respeito da inclusão escolar.

Diante dos relatos das mães acerca das suas percepções sobre a inclusão, a mãe 2 classificou a inclusão escolar como a aceitação do diferente: *“a inclusão é aceitar a pessoa com alguma limitação nas classes regulares”* além disso, elas demonstram que a escola para os seus filhos não serve tanto para a parte pedagógica e sim para socializar e adquirir autonomia, como relata a mãe 2: *“A inclusão para o meu filho eu vejo como uma oportunidade de realmente ser inserido na sociedade”*. A mãe 1 descreveu: *“Eu acredito que isso aí é o ponto marcante da escola, a socialização dele, porque a parte individual ele trabalha toda na clínica”*, ou seja, mesmo estando na escola essas crianças necessitam do apoio externo, em clínicas. Ela afirmou ainda que a socialização é o maior benefício que a escola pode trazer para o seu filho e que as outras áreas são buscadas e trabalhadas fora da escola. Houve portanto um predomínio da socialização sobre o pedagógico quando se trata de inclusão escolar. Mesmo admitindo que a escola não consegue suprir a parte pedagógica, ambas reconheceram um pequeno progresso cognitivo em seus filhos, após o processo de inclusão, como contou a mãe 1: *“É visível o progresso dele [...] ele está com mais vontade dessa parte da escola, ele já sabe o que é tesoura, quer cortar, a própria parte motora dele, ele já está comendo (...) já está aprendendo a correr, ele não corria”*.

O que mais foi enfatizado pelas mães foi o ganho social que seus filhos obtiveram após o processo da inclusão escolar. A mãe 2 relatou: *“O meu filho faz parte de sociedade, meu filho vai para a escola [...] ele sabe que existe uma comunidade que ele faz parte”*, a mãe 1 continua: *“ele está aceitando mais a presença do outro, ele se irritava muito com bagunça, com riso, com grito, música alta, então hoje ele está mais receptivo a isso, hoje ele vê as outras crianças correndo, antes ele ficava irritado.”*

É importante lembrar que essas mães dispõem de possibilidades financeiras para fornecerem um apoio especializado e externo, concomitante com à escola. Daí pergunta-se: o que faz a maioria dos pais que não possui condições financeiras para darem esse suporte especializado particular para seus filhos com necessidades educacionais especiais?

Mesmo a escola não desempenhando com a qualidade necessária o processo de inclusão, ela produz efeitos benéficos na criança. Continua-se a questionar: imagine se houvesse uma mudança efetiva e sistemática no processo educacional quanta contribuição forneceria à sociedade?

Outro fator marcante que as mães conseguiram apreender, foi o fato de não existir discriminação das outras crianças da escola em relação aos seus filhos. Conta a mãe 2: *“As crianças ao mesmo tempo que entendem que ele é diferente, tratam ele igual aos outros, entendeu, e ele vai no parquinho com todo mundo, ele brinca com todo mundo”*. A inclusão escolar é capaz de beneficiar não somente às crianças com necessidades educacionais especiais, mas também, já educa as crianças “normais” a conviverem com as diferenças, a lidarem e evitarem qualquer tipo de discriminação.

Sabe-se que todas as escolas atualmente devem ser inclusivas e receber, sem distinção, toda e qualquer matrícula, mas muitas escolas mostram-se resistentes e buscam formas para evitar o ingresso de crianças com necessidades educacionais especiais. Este, inicialmente, foi

caso da escola em que estudam os filhos das entrevistadas. Elas narraram que foi muito difícil o processo de inserção dos seus filhos nessa escola. A mãe 2 relatou: *“No primeiro momento não aconteceu, o que aconteceu foi à discriminação pura e descarada”*, a mãe 1 descreveu: *“De forma bastante dolorida, foi uma luta, o meu filho ficou dois anos e meio sem estudar, porque eu ia à escola pedia vaga e eles não queriam me dar, eu matriculei ele pelo 156 e quando ele chegou lá a escola ficou de cabelo em pé, me questionou com eu tinha conseguido aquilo, como eu tinha feito aquilo, quer dizer, já chegaram me atacando: a gente não pode ficar, não tem vaga para o seu filho, ele é muito deficiente para a nossa escola”*. A partir do exposto é possível concluir que a escola teve muita resistência em aceitar as crianças que possuem alguma necessidade educativa especial. A mãe 2 relatou que isso ocorreu porque nas escolas em que existem crianças especiais há fiscalização da Secretaria de Educação, com visitas periódicas das regionais, para verificar o funcionamento da escola, e se ela não acontece, a escola pode desenvolver o seu trabalho como achar melhor, como relata a mãe 2: *“Crianças normais dão muito menos trabalho, não tem intervenção da Secretaria de Educação, porque se têm crianças especiais, vão ter que ter sempre visitas da regional de ensino, vai ter sempre alguém vindo visitar, saber o que está acontecendo, como a criança está, se você não tem criança especial, nada disso acontece.”* Outro fator é o trabalho extra que as escolas têm, porque essas crianças demandam mais trabalho e atenção, conforme disse a mãe 2: *“Ter uma criança especial dentro de uma escola, o problema não é só a criança, o problema é tudo que a criança traz com ela, que é o trabalho extra, que é não só o trabalho dentro da escola, mas o trabalho de pesquisa, um trabalho de aperfeiçoamento, um trabalho que é feito com outras áreas, com a regional de ensino, Secretaria de Educação [...] tem também o fato da remuneração, porque elas ganham pouco para elas fazerem o básico e se você dá mais um pouco para elas fazerem, aí elas não querem fazer.”* A mãe 1 também relata: *“Quando chega um pai [...] com toda uma equipe de uma clínica particular que está*

*predisposta a vir na escola assessorar, eles fecham as portas, então, eu já acho que é um pouco de preguiça e negligência do professor”.*

A discriminação por parte da escola permeou o discurso de ambas as mães, a mãe 2 abordou: *“A direção da escola começou a fazer discriminação do meu filho com a comunidade, eles diziam assim: “olha não vamos dar reforço esse ano escolar à tarde, porque tem uma criança sozinha na sala de aula, então o seu filho não vai ter reforço escolar porque a mãe daquele menino está exigindo que ele tenha uma sala só pra ele”* e, ainda, a mãe 1 descreveu que a escola foi capaz de realizar reuniões sem a presença dela, a fim de esclarecer aos outros pais que o motivo deles não estarem conseguindo cumprir o calendário escolar, alegando que era porque existia uma criança especial na escola, que exigia muito deles. Então a mãe descreveu: *“Foi passado para a comunidade que essa coisa era horrível, o processo da inclusão, porque além do meu filho não aprender, o meu filho prejudicava os delas.”*. Portanto, após a inserção de crianças especiais o fracasso da função escola foi atribuído a presença dessas crianças.

O que se observou foi o mesmo detectado por Oliveira e Miranda (2006) que quando, em sua pesquisa, uma das professoras afirmou não ser a favor da inclusão porque a presença de alunos com necessidades especiais atrapalhavam o desenvolvimento das crianças ditas normais uma vez que o ritmo das aulas tem que ser diminuído.

Verificou-se a partir das falas dessas mães que a escola apresenta-se resistente à mudanças e que ainda não se encontram realmente em processo de inclusão, pois percebeu-se discriminação por parte de todos os membros, falta de preparo desses servidores e, principalmente, postura dos profissionais. Essas mães descreveram que os professores chegaram a procurar o sindicato dos professores para que pudessem não aceitar os filhos delas na escola: *“Quando eu cheguei para fazer a matrícula na escola, quem estava me esperando?”*

*Sindicato dos professores. O SINPRO foi chamado para proteger os professores contra o meu filho. Os professores diziam que não tinham curso para atender o meu filho.*” Isso se comprova na citação de Souza e Stiegler (2007), na qual afirmam que os professores não assumem a sua parcela de responsabilidade para contribuir com o sucesso dos alunos e acabam por culpar a terceiros, ficando inertes esperando que alguém tome providência para a melhoria do seu próprio trabalho.

Essas mães tiveram que recorrer à justiça para conseguirem o direito de matricular os seus filhos em uma escola regular de ensino e, só a partir da intervenção do Ministério Público, foi que passou a aceitar as crianças com necessidades educacionais especiais, realizando para isso, algumas mudanças. Nesse sentido, a escola citada nesse estudo feriu aos preceitos da Declaração de Salamanca (1994, p.10), em que uma das suas intenções é que “as pessoas com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas comuns que deverão integrá-las numa pedagogia centralizada na criança, capaz de atender essas necessidades.

O que se percebeu, também, de acordo com as mães foi que falta aos pais consciência de seus direitos, conforme a mãe 2: “*O povo não está acostumado a saber os seus direitos e correr atrás deles*” faltando de iniciativa por parte deles, também: “*O mundo dos especiais não é melhor não só por culpa do estado, mas também, por culpa dos pais, porque há muitos assim: não adianta nada, eu sou apenas um, que poder que eu tenho? Eles podem mais.*”

Junto a essa falta de esclarecimento dos pais as entrevistadas perceberam também a ausência de esclarecimento da sociedade na qual há discriminação e ausência de habilidades para lidar com as diferenças. A mãe 2 descreveu assim: “*Os especiais, os diferentes, eles sempre foram muito escondidos e agora a gente está vivendo um momento de “bum” dos diferentes, todo mundo quer pegar o seu diferente e esfregar na cara de todo mundo e eu*



*comecei a perceber que não é culpa dos outros [...] nenhum ser humano está acostumado, eu quando era criança não tinha nenhuma criança especial na minha escola, eu nunca vi, eu nunca lidei, eu não sei o que é, porque antigamente eles eram trancados, a gente não sabia, a gente sabia que existia no livro, mas a gente nunca tinha visto um [...] a gente está em uma sociedade que os próprios pais não conseguem entender os filhos especiais e como eu posso cobrar que a sociedade queira aceitar o meu filho?’. O que se percebeu nessa fala é a sociedade ainda desconhece as pessoas com necessidade especial, faltam-lhe esclarecimentos e, principalmente, convivência saudável com eles, a começar pela escola. Verificou-se também que a mãe 2 fez uma leitura da discriminação como algo muito maior que um simples pensamento individual, mas uma questão cultural que envolve o coletivo, é de compartilhamento de idéias. Infelizmente essa discriminação perpassa gerações e não se tem feito muito para que as mudanças ocorram.*

As escolas estão fugindo do principal objetivo da inclusão escolar, conforme Werneck (1997, citada em Batista e Enumo, 2004), que é incluir, sem distinção, todas as crianças com quaisquer déficit e necessidades, exigindo readaptação das escolas, sendo que esta última não tem acontecido.

Um importante ponto percebido nessa pesquisa foi que as profissionais entrevistadas não relataram a presença de preconceito por parte da escola ou dos outros profissionais, enquanto que as mães constataram discriminação, justamente nos profissionais da área de educação, pessoas que não deveriam possuir esse sentimento.

A pesquisa apresentou uma limitação que foi a de não ser possível entrevistar profissionais e mães de uma única instituição. Isso ocorreu, conforme já dito devido à impossibilidade de encontrar pais ou mães disponíveis para participar da pesquisa, na mesma escola dos professores entrevistados. Quando isso aconteceu, os profissionais já haviam sido

entrevistados e o tempo da coleta de dados já estava se esgotando. Portanto, buscou em uma outra instituição de ensino mães que se mostraram interessadas em partilhar as suas experiências. Por outro, lado foi válido mostrar duas realidades diferentes: uma escola em que o processo de inclusão acontece, de maneira lenta, mas acontece, com profissionais que se interessam e que possuem consciência do processo de inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais em classes regulares de ensino; e outra escola em que as mães afirmaram que ao profissionais não se dispunham a realizar convenientemente a inclusão escolar.

O que se pode concluir através dos dados apresentados é que as escolas ainda se mostram resistentes em aceitar a inclusão escolar, havendo muita discriminação, os profissionais demonstram-se amedrontados e sem uma direção específica a seguir. Enfim, não se percebe que a inclusão escolar é um processo que envolve várias facetas, devendo-se iniciar na escola e perpassar por toda a sociedade, afim de que haja mudança em todo o contexto cultural.

### Considerações finais

Ao se discutir e problematizar sobre a inclusão escolar o que se pode concluir foi que o assunto é mais amplo do que se imagina, abrangendo as esferas político, institucional, social e cultural.

É possível perceber que na inclusão escolar, tem se deparado com o mesmo problema gerado pela integração, apesar de diferenciado, que é o fato de somente inserir as crianças com necessidades educacionais especiais nas escolas regulares de ensino, não as incluindo realmente.

A pesquisa mostrou claramente que as escolas ainda não possuem estrutura adequada para lidar com a inclusão, os profissionais da área de educação continuam despreparados, ainda há discriminação no ambiente escolar e os professores eximem-se do seu trabalho, como se não fossem responsáveis diretos pelo sucesso das crianças especiais. A escola como instituição não se sente preparada para receber as crianças e, ao invés de buscar apoio, prefere a passividade, pois os professores não querem um trabalho “extra” e acreditam que não recebem o suficiente para o nível de demanda que a criança com necessidade educativa especial exige.

Em contrapartida, a pesquisa revelou também que existem profissionais que se preocupam em realizar um trabalho de qualidade e que estão profundamente interessados com o processo de inclusão escolar, o que ficou evidenciado na entrevista das duas profissionais, que buscaram dentro das limitações apresentadas pela escola, desenvolver um bom trabalho.

Deve-se “pensar na anormalidade de forma inovadora: não mais e somente como patologia, mas como expressão da diversidade da natureza humana” (Amaral, 2006, p. 15) e, o que se verifica, é exatamente o contrário, na qual as pessoas visualizam e compreendem a

anormalidade somente como uma forma de doença, ou invés de percebê-la como possuidoras de capacidades e habilidades.

O que se comprovou, ainda, diante dos dados analisados foi que existe um grande hiato entre a visão dos professores e a dos pais acerca da inclusão escolar e o que se pode concluir é que não está havendo um diálogo profícuo entre os mesmos, acabando por estabelecerem uma relação desgastada, na qual a família culpa escola e escola culpa a família pelo fracasso da criança.

Por meio da pesquisa foi possível concluir também que, mesmo a inclusão escolar não acontecendo da melhor forma, ainda é capaz de produzir resultados positivos no aluno comprovado pelas entrevistas das mães.

Para se efetivar definitivamente o processo da inclusão, em um primeiro momento, a escola deve fazer uma auto-avaliação, conhecendo as próprias percepções acerca do diferente tentando ressignificá-lo (Martinez, 2006); em um segundo momento, deve incorporar as diferenças no dia-a-dia uma vez que a valorização da diferença é que estimula o progresso educacional (Ramos e Santos, 2006). É necessário também, investigar dentro das escolas o que realmente está faltando para a promoção da inclusão escolar para juntamente com o governo promover uma reforma substancial na educação brasileira.

Não adianta somente colocar as crianças com necessidades educacionais especiais no ensino regular se não ocorrerem mudanças e desenvolvimento, se o aprendizado não se concretiza, e se tampouco os professores sabem lidar com os problemas que surgem. É necessário fazer uma revisão completa da inclusão social no Brasil, buscar caminhos para que funcione de fato, fazendo valer as leis e dando exemplos de cidadania, em relação à inclusão escolar.

## Referências

- Amaral, L. A. (2005). Sobre crocodilos e avestruzes: falando de diferenças físicas, preconceitos e sua superação. In: Martínéz, A. M. (org). *Psicologia social e compromisso social*. Campinas: Alínea, 11-30.
- Amiralian, M. L.T. Pinto, E. B, Ghirardi, M. I. G., Lichtig, I., Masini, E. F. S. e Pasqualin, L. (2000). *Conceituando deficiência*. Revista de Saúde Pública, 34, 1, s/p.
- Batista, M. W., Enumo, S. R. F. (2004). *Inclusão escolar e deficiência mental: análise da interação social entre companheiros*. Estudos de Psicologia, 9, 3, 101 – 111.
- Bueno, J. G. S. (1993). *Educação especial brasileira integração/segregação do aluno diferente*. São Paulo: EDUC/PUSP.
- Brasil. MEC. *Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva*. Disponível em: <http://www.portalmec.gov.br>, Acesso: 1 maio 2008.
- Cardoso, M. S. (2003). *Aspectos históricos da Educação Especial*. São Paulo: Mediação.
- Carvalho, E. R. (2004). *Educação Inclusiva: com os pingos nos “is”*. Porto Alegre: Mediação.
- Declaração de Salamanca linha de ação sobre necessidades educativas especiais* (1994). Brasília: Corde.
- Eizirik, M. F. (2002). *Michel Foucault: um pensador do presente*. São Paulo: Unijuí.
- Evans, P. (1993). Algumas implicações da obra de Vigotski na educação especial. In: Daniels, H. (org.): *Vigotski em foco: pressupostos e desdobramentos*. Campinas: Papirus, p. 69-89.
- Ferreira, M. E. C; Guimarães, M. (2003). *Educação inclusiva*. São Paulo: DP&A.
- Gugel, M. A. (2006). *Pessoas com deficiência e o direito ao concurso publico, administração publica direta e indireta*. Goiânia: UCG.
- Manual de estilo da APA* (2006). Porto Alegre: ARTMED.

- Martínéz, A. M. (2005). Inclusão Escolar. Desafios para o psicólogo. In: Martínés, A. M. (org.) *Psicologia Escolar e Compromisso Social*. Campinas: Alínea, 95-114.
- Martins, L. A. R., Silva, K. S. B. P. (2007). *Pesquisando e investindo na escola inclusiva, com vistas a incentivar a cooperação dos pares*. Revista educação, 32, 02, s/p.
- Mazzota, M. J. S. (2001). *Educação especial no Brasil. Historia e políticas públicas*. São Paulo: Cortez.
- Mendes, E. G. (2006). *A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil*. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, 11, 33, 387 – 405.
- Mosquera J. J. M. (2003). *Educação especial: em direção a educação inclusiva*. Porto Alegre: Edípucrs.
- Neves, J. L. (1996). *Pesquisa qualitativa – características, usos e possibilidades*. Caderno de pesquisas em administração, 1, 03, s/p.
- Oliveira, M. C.; Miranda, A. A. B; (2006). *Inclusão escolar: concepções de professores de alunos deficientes mentais na educação regular*. Em: VIII Encontro de Pesquisa em Educação da Região Centro-Oeste, Cuiabá. ANAIS DO VII ENCONTRO DA PESQUISA EM EDUCAÇÃO. Cuiabá.
- Ramos, I. L., Santos, P. C. O. (2006). *Florescer de uma escola inclusiva e integral. Sonho ou Realidade?* Revista de divulgação técnico-científica do ICPG, 3, 9, 73 – 78.
- Sant’Ana, I. M. (2005). *Educação inclusiva: concepções de professores e diretores*. Psicologia em estudo, 10, 2, 227 – 234.
- Sassaki, R. K. (1997). *Inclusão: construindo uma sociedade para todos*. Rio de Janeiro: WVA.

Silva, L. M. O. (2006). *O estranhamento causado pela deficiência: Preconceito e experiência.*

Revista brasileira de educação, 11, 33, 429 – 439.

Silveira, F. F., Neves, M. M. B. J. (2006). *Inclusão escolar de crianças com deficiências*

*múltiplas: concepções de pais e professores.* Psicologia: Teoria e pesquisa, 22, 1, 79 – 88.

Souza, C. R. S., Stiegler, V. (2007). *Educação inclusiva. Um olhar para o futuro.* Revista de

divulgação técnico – científica ICPG, 3, 11, 31 – 35.

## Apêndice A

### Roteiro de entrevista semi-estruturada para os professores

- 1- Área de atuação;
- 2- Idade;
- 3- Vinculo com a instituição;
- 4- O que é inclusão? Como você define a inclusão escolar?
- 5- Como a inclusão tem acontecido nessa escola?
- 6- Que procedimentos vocês utilizam para realizar de fato a inclusão?
- 7- Tem trazido resultados? Que tipo de resultados?
- 8- Você percebe melhora no desenvolvimento da criança que participa da inclusão? E dos seus companheiros de sala que não possuem necessidades educativas especiais? Eles apresentam algum desenvolvimento positivo? Essas crianças entendem a inclusão escolar? Eles são esclarecidos a respeito do processo?
- 9- Como a escola, como instituição colabora para que a inclusão seja realizada?
- 10- E como ela ajuda os profissionais para que eles realizem melhor a inclusão? Oferece cursos? Palestras? Esclarecimentos? Atualizações?
- 11- Que dificuldades como profissional você encontra para poder realizar o seu trabalho dentro da inclusão escolar?
- 12- Você acha que a inclusão escolar tem funcionado de fato, e trazido os benefícios que os teóricos pregam a respeito dela?



## Apêndice B

Roteiro de entrevista semi-estruturada para os pais.

01- Área de atuação;

02- Idade;

03- O que é inclusão? Como você define a inclusão escolar?

04- Como a inclusão tem acontecido nessa escola?

05- A inclusão escolar tem trazido benefícios para o seu filho?

06- A escola se preocupa em esclarecer a comunidade sobre o processo da inclusão escolar?

07- E na vida social de uma forma geral você percebe alguma mudança na interação do seu filho?

08- No processo de aprendizagem, você acha que o seu filho melhorou depois da inclusão escolar?

09- Que participação você tem, junto à escola? Ela dá abertura para que você participe da vida escolar do seu filho?

10- Você acha que a inclusão escolar trouxe melhoras para a sua vida a vida do seu filho e da sua família?

## Apêndice C

### Entrevista com a profissional 1

**Entrevistador:** O que vem acontecendo, na escola que você trabalha, aspectos sobre a inclusão?

**Entrevistada:** Esse ano o governo tirou a redução das classes para as crianças com deficiências mentais leves, que já seria uma grande conquista que a gente já tinha há algum tempo atrás. É que a criança diagnosticada com deficiência mental leve ela precisa de mais atenção na supervisão, então a classe muito cheia diminui a responsabilidade da professora de dar uma atenção mais individualizada, mais assim, o fato da escola estar muito próxima ao centro de ensino especial, nós temos duas classes de adolescentes, classes especiais, mais elas não estão funcionando no espaço físico da escola porque não comportou, mais ela está funcionando no centro educacional 02. Nós temos sala de recurso para deficiente visual, nos temos a sala de recurso para deficientes mentais e nos temos a noite, eu estou com quatro alunos surdos no supletivo, com o professor habilitado em linguagem de sinais, estou fazendo o acompanhamento dele. Em termos de recursos físicos, eu acho que, dentro da proposta de ter sala de recurso, sala de apoio e tal, a gente avançou, mas em termos de atendimento na inclusão na criança em sala eu acho que esse ano a gente teve um retrocesso em função da questão de perder realmente a redução de classe das crianças com diagnósticos de deficiências mentais leves.

Eu acho que nos tivemos cursos de capacitação de professores, muito já se caminhou, mais em termos de... Termos mais micro, em termos de suporte pedagógico mesmo a gente percebe que o professor ainda não consegue fazer uma adaptação curricular adequada, as crianças diagnosticadas muitas vezes elas ficam um pouco abandonadas pedagogicamente, porque a demanda é grande. Porque nos temos assim: nós temos as crianças que forma diagnosticadas, nos temos as crianças, várias, que estão em situação de fracasso escolar, com dificuldades, varias dificuldades e que precisariam também de um suporte mediacional. Reforço, atendimento individual, rodízios, laboratórios de aprendizagem, assim uma atenção mais individualizada para que as defasagens, ou as falhas de processo que estão produzindo essas dificuldades elas pudessem estarem sendo trabalhadas dentro da rotina. Então a gente acaba tendo crianças multi-repetentes que estão ali acumulando a repetência, e que assim em síntese, a gente não encontra uma resposta em termos de projetos pedagógicos efetivos funcionando. Então a criança com diagnostico embora tenha toda essa rede de atendimento... Nós tivemos mais um retrocesso que foi o governo tirou as itinerantes, que são os profissionais que fazem todo o trabalho de articulação da criança com os atendimentos com os exames da equipe pedagógica, com todo o processo de suporte que é feito entre os centros de ensino especiais e o centro de ensino educacional.

A situação das classes hoje, por exemplo, são classes lotadas, nessas escolas, centro 04, eu posso dizer que é genérico. Posso dizer que é genérico porque eu trabalho como psicopedagoga e faço supervisão de estagio, então eu tenho várias professoras aqui de Brasília de varias regiões... Eu tenho uma aluna estagiaria em psicopedagogia que ela dá aulas no Recanto das Emas, na classe dela tem 35 alunos para alfabetização, 6 anos, e numa escola de lata, entendeu. Então, o ano passado no mês de agosto ela me disse que a maioria das crianças da alfabetização, 6 anos, 7 anos, e que ela estava com quase 40% das crianças, pré silábicas, ou seja, as crianças ainda não estavam fazendo uma associação direta do emprego do alfabeto em forma de silabas para o reconhecimento da escrita, então eram escritas aleatórias. Mas essas crianças normalmente elas caminham para um processo de, ou de avanço sem estar com as habilidades mínimas adquiridas, ou de reprovações e que vão se acumulando, porque

novamente reprovam no ano seguinte. Então a gente tem que pensar na inclusão pensando que essas crianças.... Temos que pensar nas crianças que estão passando por diagnósticos, ou já diagnosticadas elas estão indo para esse contexto chamado de inclusão. Então se agente pensar na inclusão enquanto um processo institucionalizado que envolve varias vertentes em varias escalas, em termos assim institucionais e legais ela está acontecendo. Em termos apropriados, ela não está acontecendo, por quê? Porque eu acredito que uma classe de crianças regulares que não têm diagnostico, nós estamos assim, com índice de defasagem e de dificuldade de aprendizagem acentuados e isso em termos assim de quantidade, em termos qualitativos a gente está tendo uma redução de qualidade de aprendizagem muito significativa até a oitava serie de modo geral. Então imaginar que as crianças vêm com diagnostico e que elas vão entrar nesse circuito e que elas vão obter um êxito maravilhoso, a gente tem que pensar que está complicado, embora essa criança, com, a gente tem que medir... Que com o advento da sala de recursos, com toda essa mobilização que se teve etc e tal, muito foi melhorado. Então a criança que tem diagnóstico em classe, tem a sala de apoio, tem a orientadora educacional, psicopedagoga que esta sempre dando suporte, a gente tem a equipe, a gente tem... A gente ta lá, a gente ta cá, a gente discute, a gente tem um apoio suplementar eu diria, ao professor que vai estar simplesmente com a criança. Agora o professor, ele ainda não, com algumas exceções, ele ainda não consegue fazer uma leitura, talvez uma leitura da inclusão ele já tenha, mais ele não consegue resistir em praticas que sejam realmente inclusivas, que envolveriam adaptações curriculares, avaliação diferenciada, atenção individualizada, é um olhar mais detalhado de habilidades e competências sobre aquela criança, adequação de métodos, de procedimentos que seriam mais adequados mais ao mesmo tempo mais prazerosos. Por exemplo, uma criança com deficiência mental leve, diagnóstico, numa 3° serie, ela acompanha a 3° serie, mais ela muitas vezes são mais lentas, mais lentas para se organizar, mais lenta para fechar um raciocínio, então ali, as coisas deveriam vir mais fracionadas em termos de informações e também em termos de cobrança. Agente percebe que no andar da carruagem, elas são muito, elas são vista com um caráter mais homogêneo, mais de padronagem, de igualdade, então elas vão no rolo, a gente sabe também que esse convívio com os diferentes com as crianças que são regulares isso é muito salutado, porque a criança ela se integra, ela aprende muito com o outro, ela se motiva, é muito legal, a gente sabe que isso é importante, aliás, a questão da inclusão ela não esta nos colegas, eu vejo as dificuldades muito atreladas as praticas pedagógicas, as dificuldades de capacitação do professor, ou se esta capacitado, a dificuldade de se resistir essas informações e técnicas em práticas, em inovações em procedimentos, em possibilidades.

Outra questão que eu acho que é difícil, é a relação que normalmente acontece entre a secretaria de educação do inicio do ano as escolhas de turma, então as turmas mais problemáticas com maior comprometimento de aprendizagem, elas normalmente sobram para os professores menos experientes porque tem a questão do tempo das capacitações e tal, então o professor mais capacitado mais habilitado ele acaba escolhendo as classes mais homogêneas. Normalmente os professores nas escolas já têm o perfil de turma, porque eles comunicam muito uma serie com a outra, então assim que os meninos vão reprovando, vão ficando defasado, eles vão poupando turmas que são é... Conformadas pela idade, é que tem um grupo de crianças defasadas, entre 10 e 123 anos, que são de primeira a quarta serie, elas acabam compondo essas turmas, que são turmas bem complexas. Com maior dificuldade de aprendizagem, que já vem com uma serie de defasagens e que deveria ter um projeto especial pra eles. Antigamente, antigamente não, até o ano passado retrasado, a gente tinha a turma de aceleração e ai tinha um critério que as crianças com diagnostico não podiam compor essas turma de aceleração, porque a turma de aceleração já é uma turma complexa. Agora a priori não se tem mais essa turma de aceleração, com o nome de aceleração embora as crianças... Às turmas sejam compostas por crianças defasadas e acabam tendo um perfil de turma de

aceleração, eu não digo de aceleração, deveria ser de aceleração mais não é, eu diria de seriação. Então a gente tem, em termos assim, resumindo, em termos de rede, nos avançamos bastante.

Recentemente eu fui a Goiânia para dar uma aula em uma turma de pós graduação para os professores de lá, então uma menina do município de Aparecida de Goiânia, disse que lá tem duas pessoas que trabalham na secretaria municipal, duas psicólogas que respondem por todas as crianças diagnosticadas em todas as escolas municipais. Então elas mal conseguem ter uma lista atualizada de quem são essas crianças. Dificilmente elas conseguem ir a uma palestra, um curso, uma informação, enquanto que as professoras, relataram que tem alunos surdos, com sub visão, autistas, deficiências mentais, assim já em classe no processo total de inclusão. E essas professoras de lá queixaram-se muito da questão de termos de conhecimento de diagnósticos, como proceder com a criança, assim há uma carência muito grande em relação a pratica, umas orientações bem específicas em relação a cada tipo de diagnostico ou de patologia.

Aqui a gente tem menos isso, porque quando a criança tem um diagnostico é encaminhado um relatório e a equipe traz um conjunto de sugestões psicopedagógicas, orientações para trabalhar com a criança. As meninas da sala de apoio, elas já tão assim, elas tem uma capacitação a parte, experiência em todo esse procedimento de intervenção atendimento, então nesse ponto realmente a gente cresceu muito.

**Entrevistador:** Mais lá é obrigatório em cada sala ter uma criança com necessidade de educação especial?

**Entrevistada:** Não, não é obrigatório, o que acontece: nós temos orientação da SUBIPE, que é a secretaria de planejamento... É mais ou menos assim, no final do ano entre agosto e setembro as equipes de diagnósticos elas encaminham toda uma listagem de alunos, os perfis de aprendizagem, as possibilidades de retenção aprovação. Ai a SUBIPE analisa isso e retorna, como se fosse um planejamento prévio de como seria composta as turmas para o ano que vem então a equipe de diagnostico, ela pega esse conjunto de crianças diagnosticadas, à medida que analisa cada perfil, as dificuldades que eles têm, então ela já cria mais ou menos uma orientação estratégia para a escola para dizer como seriam distribuídas essas crianças. Então a gente tinha orientação que a gente poderia juntar até três D.M. com redução até 30%, então isso acabou, não tem mais redução nenhuma. Com isso que a gente faz, a gente faz não, agente tenta fazer. A gente tenta dentro da escola distribuindo menos quantidade de alunos para uma professora só. E agente tenta organizar da seguinte maneira: já que o TDH tem diagnostico, então a gente tenta não misturar muito os diagnósticos. Muito embora ao TDH, assim se você juntar dois TDH, três TDH, fica difícil, então, Há casos de uma turma que tem um TDH e um D. M. normalmente esse D.M. é uma criança com esse diagnostico q eu a gente já conhece, é uma criança tranqüila que está desenvolvendo bem, que não ter muito prejuízo se juntar com TDH. Mais aqueles que são mais lentos bem comprometidos a gente tenta, é... Colocar ou orientar para que seja uma turma mais tranqüila, na turma com melhor perfil de aprendizagem que não tem tantas crianças com dificuldades, mais isso nem sempre é possível, por quê? Por causa do critério da idade. È que muitos D.Ms eles acabam defasando.

**Entrevistador:** Tem que respeitar uma idade assim, ou vocês tentam na medida do possível...

**Entrevistada:** Na verdade é o seguinte existe um programa, um critério pelo computador, assim que organiza os alunos pela data de nascimento, isso vem automaticamente depois a gente senta e manipula um pouco. Agora tem alguns perfis que não dá. Você tem um D.M. que já está... Uma menina que já está na terceira serie, ela já tem 14 anos, ela é bem moça,

bem grandona, bem desenvolvida, se você colocar ela com crianças bem pequenas fica uma sensação assim difícil de convívio, do desenvolvimento emocional, a gente tenta colocar, colocá-los assim com crianças que tem, adolescente que te o mesmo perfil de desenvolvimento, até para estimular também, para eles poderem conviver no mesmo patamar de desenvolvimento e de interesse emocional, sexual.

**Entrevistador:** Mais e a aprendizagem, fica prejudicada com isso? Por exemplo, uma criança que tem nível cognitivo de terceira série, só que ela vai ser transferida para uma turma...

**Entrevistada:** Não ela vai continuar na terceira serie só que aí ela vai para uma turma de terceira que tenha crianças também com defasagens. Mas assim essa questão da defasagem é muito relativa, porque tem crianças que vem com defasagens que estão com uma professora excelente que esta fazendo um trabalho muito bom, ela consegue trabalhar bastante a criança e muitos avançam. Mais é perfil de turmas que tem um numero muito grande de crianças defasadas terem uma queda de rendimento inferior, eles têm núcleos familiares problemáticos, desestruturados, complexo. Mais eu acho que não é isso a questão, a questão mais... A gente percebe um despreparo dos professores em trabalhar crianças defasadas ou com diagnósticos que tenham dificuldade de... Assim bem circunscrita na aprendizagem.

Por exemplo, só para explicitar, a criança está em uma aula de matemática e a professora esta utilizando operações no quadro, então eu tenho uma criança com diagnostico de deficiência mental leve, que embora ela tenha 10 anos ela ainda está em nível pré-operatório, o que exige o uso de material concreto, assim, ela precisa estruturar esse conhecimento de maneira física, para criar uma relação com uma... Um conceito lógico, que seria de operar com aquilo, em termos formais. Então a professora deveria está fazendo uma adaptação curricular de modo que ela poderia estar ajudando essa criança, ou com outras, ou com ela sozinha e orientando, trazendo o material para que ela pudesse fazer essa organização física do... Que é uma necessidade operatória na construção do raciocínio. Isso eu te digo que quase não acontece, com a sala de apoio as professoras tentam resgatar essas dificuldades, assim com jogos, com material dourado que tem bastante, mais também, é... Uma situação que tem melhorado tem progredido. Inclusive o pessoal da sala de apoio tem buscado muitos cursos, têm trabalhado muito em cima de recursos físicos, jogos, matérias didáticos diversificados, inovadores.

**Entrevistador:** Elas relataram da aceitação dos outros professores, porque uma coisa que a gente vê muito é a dificuldade dos professores de forma geral, aceitar, como você mesmo relatou, saber como lidar e ela disse que lá tem melhorado, pelo relato delas...

**Entrevistada:** Elas fizeram um projeto, dois anos atrás, em que elas fazem intervenção em sala com o grupo então elas levam as atividades que ela fazem com a criança individualmente na sala de apoio, elas fazem um projeto, fazem um planejamento que vão pra classe onde está a criança diagnosticada e fazem a atividade toda com as crianças, normalmente elas colocam esse aluno para ser monitor, para ser ajudante, isso valoriza muito a performance de capacitação de se sentir produtivo e tal, e com isso as professoras elas passaram a se sentir mais parceiras, mais companheiras das professoras da sala de recursos, isso realmente melhorou bastante. Nesse sentido melhorou muito até, eu diria.

**Entrevistador:** Porque eu acho que as principais dificuldades que a maiorias das escolas encontram, a parceria dos professores, ou sempre deixar de lado e não engajar....

**Entrevistada:** Tem uma coisa Mariana, que acontece assim bastante, a gente percebe que da alfabetização até a quarta série do ensino fundamental, as séries iniciais é mais fácil esse engajamento, sabe do professor regente conosco que somos da equipe que fazemos os diagnósticos e com as professoras da sala de apoio, mais a partir da quinta e oitava, onde a gente tem muitos professores, fica muito mais complexo, agora nos tivemos muitos avanços na escola também em nível de quinta a oitava, porque nos trabalhamos o ano passado pela primeira vez com professores... Pela primeira vez não, nós tivemos já sala de recurso de quinta a oitava, depois sala de alfabetização até a quarta, depois ano passado a gente tinha de alfabetização até a quarta e uma professora para atuar de quinta a oitava. Então essa proximidade do pessoal de sala de apoio com a professora regente onde eles podem sentar para planejar juntos, articular atividades, elas podem se orientar melhorou bastante, mas nos temos alunos assim de quinta a oitava que estão enfrentando múltiplas repetências que são diagnosticados e que embora o professor esteja mais acessível à atenção do diagnóstico e tal, eles ainda são muito racionais em termos de aplicar o mesmo critério de avaliação querer comparar bastante exigir desempenho muito superior naquele momento que a criança pode dar, não consegue ter um olhar de habilidades e competências auferidas, avaliar a criança diagnosticada com ela mesmo e não com o perfil de turma de conteúdo. Então isso melhorou, a escola em termos gerais melhorou bastante mesmo assim, é... Mas a gente ainda tem repetência ainda.

**Entrevistador:** Só para eu me situar, o que você é?

**Entrevistada:** Eu sou orientadora educacional, eu fiz o concurso de especialista educacional, mais a minha formação é em psicopedagogia clínico institucional e que eu tenho um trabalho fora da rede pública e eu tenho mestrado em educação de psicanálise, também trabalho como docente no curso de pós graduação e mestrado, mas dentro da rede eu faço um trabalho assim de psicopedagoga clínica institucional na escola. Eu trabalho muito assim com atendimento individualizado, faço projeto de sexualidade, faço suporte mediacional individual também, eu capacito os professores eu do muito suporte à sala de apoio, estou muito junta das meninas de lá, a gente trabalha muito junto, eu estou sempre indo lá quando elas precisam, elas podem contar comigo, to sempre socorrendo atendendo um caso ou outro, e também eu faço um trabalho de suporte com a equipe pólo, então eu trabalho assim, eu faço quase que uma... Quando uma criança está apresentando sinais de dificuldade eu faço o primeiro atendimento, faço uma espécie de triagem mesmo, eu percebo se a criança precisa realmente de um diagnóstico ou se é falha mediacional, se tem como resolver na escola e aí quando eu chego a caminhar para a equipe normalmente há alguma dificuldade mais séria que precisa ser investigada, mais também não é só isso. Mesmo que eu perceba que uma criança tem uma deficiência mental, dentro da questão regimental da secretaria quem está apto a emitir um relatório e dar um encaminhamento para classe para a sala de apoio é a equipe e eu não componho a equipe. Porque, por uma questão de... Primeiro de visão de profissional que eu tenho uma outra visão de diagnóstica, uma visão bem diferenciada, segundo porque os horários da equipe não batem com o meu, eu trabalho tarde, noite e tenho outras atividades fora da educação no período que eu não estou lá, então é mais ou menos assim.

**Entrevistador:** Então você acha assim, esse pouco que avançou, falando do centro 04, tem trazido resultados, tanto pras crianças com necessidades educacionais especiais como para os outros alunos?

**Entrevistada:** A eu acho que sim, eu acho que hoje em dia os alunos especiais eles se misturam de tal forma que se você chegar lá, você não vai conseguir identificar quem são.

Aquela coisa da reclusão, da discriminação eu acho que já forma passos largos que a gente deu mesmo em vários sentidos. Eu acho que o problema hoje da inclusão, vou falar em nível da escola que eu trabalho aqui e tudo, já não está muito na inclusão, está na estrutura física, didática, metodológica, de espaços, e suporte mesmo que não é dada, pelo contrario é tirado, sabe. Então por exemplo, a escola não tem espaço físico para fazer oficinas, a escola.. A biblioteca não funciona bem, então assim, é... E educação física tem que ser feita no sol quente, as vezes a professora poderia estar fazendo um jogo, uma atividade esportiva... Na questão do trabalho mais lúdico, sócio-interativo e isso é difícil. Então a questão assim de.... Eu acho a quantidade de alunos por turma é muito significativo, porque além das crianças diagnosticadas, as professoras têm muitas crianças com problemas, defasadas mesmo e com um grau de muita complexidade em termos emocionais, sócias, são carentes, carentes afetivamente, então eu acho assim, o professor ele fica com menos tempo e possibilidade de estar atendendo adequadamente a criança com diagnostico, agora em termos assim do olhar para a integração desse sentir-se aluno, assim isso avançou consideravelmente, ainda tem algumas coisas assim que ainda prevalecem né... Então a gente vê muito o professor tratar a criança pelo diagnostico e não pelo nome, a gente sabe que tem professor que quando percebe que tem uma criança diagnosticada na sala ele já não fica tão motivado. Mas os professores que são lá do centro 04, eles já são mais antigos, trabalham já a algum tempo esses já são assim bem mais tranquilos e tem uma resposta bem mais positiva. Muito embora ter muito tempo de carreira não significa ter uma aceitação, uma versatilidade, as vezes muito tempo é pior. A gente tem se surpreendido com muitas professoras novas que chegaram, professoras do contrato temporário e tal. Mas assim, de um modo geral eu posso dizer que sim, eu acho que a escola, eu vou falar do centro 04, é uma escola muito complexa, isso dificulta bastante, então a gente tem uma escola de manha, uma escola de tarde e uma escola de noite. De manha a gente tem quarta, quinta e sexta, de tarde a gente tem crianças de seis anos, crianças de primeira, segunda e quarta e a noite a gente tem educação de jovens e adultos de quinta a oitava. Então para quem, está em termos administrativos gerenciando tudo isso é complicado. Então por exemplo, você quer montar um mural, você quer é... Criar um espaço físico personalizado com as crianças pequenas em processo de alfabetização fica difícil, porque aquela sala é utilizada três vezes ou dia. Outra coisa também a questão do mobiliário que não é para criança tão pequena, a questão de não ter um parquinho, uma serie de pequenos detalhes que descaracterizam a estrutura física de uma escola de educação infantil. A escola classe já vem com esse perfil bem mais delineado, a gente tem um mobiliário, a conotação física, a escola é acidentada... Então o que aconteceu, você deve ter visto lá que foram colocados correntes na hora do recreio, por quê? Porque a gente tenta isolar ou com corda ou com corrente, aquele lugar lá de baixo que tem aqueles buracos ali que é um buraco que as crianças caem e se machucam, então a gente tenta, a gente não a escola de um modo geral... Está fazendo agora recreios diferenciados, tem crianças pequenas, depois os maiorezinhos, então cria um circuito de barulho na escola por uma hora quase, então é uma hora que fica difícil as crianças prestarem atenção, porque enquanto umas estão nas salas outras estão de recreio é complicado também, porque as crianças muito pequenininhas ela precisa ser bem cuidada e se agente coloca todos juntos fica mais difícil. Então eu vejo isso, eu vejo que precisava delimitar melhor, “o centro de ensino fundamental 04 agora é educação infantil?” então a gente vai dar a cara de educação infantil, dar motivos infantis, cores, parquinho, vestir a escola com perfil de criança. Então a escola tem crianças pequenas mais com perfil de escola de nível médio, e de quinta a oitava series, crianças maiores.

**Entrevistador:** E pra você hoje como é que você define a inclusão escolar? Como é? Como teria que ser?

**Entrevistada:** Eu defino a inclusão como um processo, acho que é a legitimação da cidadania, eu acho que a inclusão é abrir mais uma porta para os excluídos embora a gente tenha muitos tipos de exclusão. Eu acho que a palavra inclusão existe porque existe a exclusão, porque se fossemos inclusivos não precisaria ter a palavra inclusão naturalmente iria acontecer, então a gente não pode fantasiar demais com a inclusão, mais também não pode fazer um olhar retrogrado, dizer “Há não andou quase nada”, eu acho que a gente já andou bastante muita coisa melhorou, mas eu vejo que a questão da inclusão ela perpassa os muros da escola, é uma questão política de gestão e acho que incluir a criança pobre... as crianças estão indo para a escola, agora a escola não está conseguindo dá qualidade e atender a demanda de alfabetização e letramento a escola esta minimamente alfabetizando, mais ela não está produzindo o letramento. Com a passagem de produzir com os signos, usar... Ler, criar hábitos de leitura, a criança pode se sentir leitora e produtora de conhecimento, isso a escola não está conseguindo fazer e eu não estou falando só do ensino fundamental, estou falando inclusive de ensino médio. Muitos adolescentes do ensino médio que não conseguem ler e interpretar um texto com fluência. Então assim a inclusão ela é uma face de um processo maior, dentro desse pequeno pedacinho já cresceu bastante, mais o processo maior, que é o processo de qualidade de ensino, qualidade de ensino entra tudo, entra valorização do professor, atualização de métodos, de recurso, acho que nisso a gente tem que caminhar bastante ainda, embora se fale muito de construtivismo, de visão sociointeracionista, de mediação, a gente vê professor com classe cheia usando giz e o quadro, então é difícil.

**Entrevistador:** As principais dificuldades como profissional que você encontra como profissional para poder realizar o seu trabalho de inclusão?

**Entrevistada:** A minha maior dificuldade ela se assemelha muito com as dos professores que é a questão do quantitativo de alunos em detrimento a qualidade dos atendimentos, porque, por exemplo, assim, o ideal seria que a gente pudesse estar com cada criança, podendo estar fazendo o atendimento, pelo menos uma vez por semana, avaliando as suas dificuldades, criando estratégias, estando muito mais próximas do professor, dando suporte mediacional, ao professor, as famílias e a criança, para que ela pudesse terminar o ano com resultados mesmo, a gente sabe que elas conseguem, só que elas precisam... A palavra é mediação, o suporte mediacional ele envolve os recursos físicos, mais muito mais os recursos humanos, e cada criança é uma criança, com diagnostico ou sem diagnostico ela tem as suas particularidades, suas emoções. Suas dificuldades, isso é muito difícil, porque a demanda é muito grande. Então por exemplo, a modulação para o orientador educacional, que é o meu caso, seria: um orientador para cada seiscentas crianças e quanto à gente tem na escola quase quatro mil, quatro mil crianças se a gente contar os três turnos, então a gente fica assim, quase que... To correndo muito, tapando buraco. E agente tem a questão da violência também, a gente convive com muita violência social, no caso envolve muito espancamento, abuso sexual, abandono de família, então a gente ta fazendo um trabalho quase de assistência social, de policia às vezes, então é complexo isso né, é bem complexo.

**Entrevistador:** Mais vocês dão abertura pra as famílias?

**Entrevistada:** Eu não posso falar pela escola... As escolas não abriram espaço para a participação efetiva das famílias, isso é uma coisa que tem que ser construída. Eu já vivi uma experiência de gestão escolar, gestão democrática, participativa onde o diretor foi eleito pelo voto direto da comunidade, por quatro anos e nos tínhamos uma relação vincular coma as famílias muito intensa, as famílias ficavam nas escolas, a gente fez um trabalho assim de muita sensibilização, de muita aproximação de muita escuta. Então essa coisa da participação



das famílias eu não culpo as famílias eu falo que é uma questão de gestão, muito embora as famílias estão aceitando o processo de desresponsabilização educacional dos filhos, então eles estão transferindo questões que são das famílias para a escola, mais a escola também, ela tem se omitido em vários fatores e um dos grandes problemas das escolas é a dinâmica de reunião de pais, por exemplo, em que não se dá voz aos pais, é como se fosse um momento de despejar informações, muitas vezes as informações são negativas acerca da criança, uma escola que consegue andar na contramão disso, uma escola que consegue ouvir abrir uma linha de conversa, de diálogo de propostas, então eu acho que ela consegue um resultado melhor, a escola ensino fundamental 04 não consegue isso, mais eu já trabalhei em uma escola por quatro anos em um assentamento e nos fizemos um trabalho bem efetivo em que os pais... Não a totalidade, mais a gente chegou em uma frequência de quase 82% de participação dos pais nas reuniões, todo modelo que se usa aí a gente não trabalhava, trabalhava uma relação de mais sensibilidade de acolhimento, de escuta de valores e tal, de suporte e tal. Então a gente teve a família que ajudou muito na parte física, a gente tinha mães que iam todos os dias lá ajudar no lanche, a gente participava da escovação de dentes dos meninos, da higiene bucal, na questão de cárie, pais que cuidavam da horta, pais que cuidavam da arborização da escola e tinham mães também que iam para a biblioteca trabalhar no circuito da leitura, varal da leitura, elas entraram mesmo no processo e a gente começou a ter outras respostas, agora esses pais eles eram participativos, mas cobradores também, a escola tem que aprender a escutar críticas, a escola critica demais e escuta muito pouco. Muito embora o professor ele tem vivido durante a escola, ele tem passado por um processo de desvalorização, onde socialmente o olhar para o educador é pejorativo, um olhar de desqualificar, um olhar desqualificado em termos profissionais isso meche muito com a auto estima e tal. Então eu acho que são muitas frentes que tem que se ter no trabalho educativo para quando a gente falar inclusão, a gente falar dentro de um modelo em um global, de modo geral e que faz parte desse processo que eu chamaria de pilares ele tem que estar sendo trabalhado e eu vejo que a educação inclusiva também ela serve muito de cartaz para as políticas públicas vender uma ideologia de mercado de cidadania, populismo mesmo e as pessoas que trabalham bastante para a inclusão que estão dentro do ensino especial, que estão fazendo um trabalho assim de coração mesmo, essas pessoas não são vistas não são notadas e fazem pelo amor a profissão mesmo, então eu acho que falta um trabalho de divulgação dos projetos que dão certo etc e tal. Mais isso é um caminhar. A gente sabe que alguns anos atrás quando se falava em ter crianças excepcionais na escola era um horror, hoje já melhorou bastante. Agora é importante isso, a gente as vezes tem um lado do estranhamento, mas junto a esse estranhamento tem uma preocupação profissional que é a de fazer o seu trabalho e por outro lado a gente tem um olhar de banalização “Ah eu já estou acostumada” e deixa de estar trabalhando, então eu tenho uma simpatia muito grande pelos professores que tem o freio de mão puxado com relação a criança diagnosticada, que eu já tive muitos profissionais muito preocupados muito comprometidos e ele tem que ter o freio de mão puxado porque ele se veste de uma responsabilidade e outros que dão muito beijinhos que são muitos simpáticos você vai pegar o rendimento da criança, a criança não esta andando quase nada. Então são muitas roupagens, muitas leituras, tem o professor que às vezes vai pra sala pegar a gratificação e ela descobre que vai ter que trabalhar com crianças especiais e a gente descobre que ela não gosta de trabalhar com crianças especiais, imagina você trabalhar com uma criança especial sendo que você nem consegue trabalhar com uma criança regular então tem todo um jogo de interesse também.

**Entrevistador:** O que você sugere para que o trabalho da inclusão fizesse da melhor forma possível?

**Entrevistada:** Primeiro esse slogan de capacitação de professor, isso aqui na minha escola e aqui em Brasília já virou uma desculpa, eu acho que capacitação é uma coisa que a gente tem que contar sempre, a gente tem que estar se capacitando o tempo inteiro, eu acho que ela tem que ser institucionalizada e alguns critérios, por exemplo, para trabalhar com a criança especial, a pessoa teria que estar fazendo curso, ter um compromisso mesmo, tem que está apta para lidar com os desafios da criança deficiente, eu acho que algumas coisas devem ser mais formalizada, porque tem muita coisa boa acontecendo, mais também tem muita coisa ruim acontecendo, eu vejo que a questão de recursos físicos, uma das coisa gritantes é a questão do currículo embora se fale muito da adaptação do currículo, adaptação curricular e tal, a gente sabe que essa flexibilização do currículo é uma coisa muito difícil. Porque o professor ele planeja pra a média, então ele faz uma ou duas adaptações, e ele não vai ficar o ano inteiro fazendo adequação curricular para aquele aluno e isso é terrível, então eu acho que essa questão desse olhar diferenciado para as questões didáticas curriculares, eu vejo que dentro da coisa mais intrínseca da inclusão ela precisa ser melhorada a gente precisa dar qualidade da aprendizagem para esse aluno, não é só, ele agora vai entrar na escola? Vai, ele agora vai para a sala de apoio? Vai, então a gente percebe que essa qualidade na aprendizagem ainda esta muito a desejar.

A sala de recurso virou sala de recurso, mais o que tem lá, professores e livros de dois anos pra cá começaram a liberar uma verba para comprar jogos e tal, mas é insuficiente mesmo, então eu vejo que essa questão dos recursos físicos, dos jogos, recursos didáticos, isso também passa por uma questão de pedagogia de projeto, porque um pólo que trabalha pedagogia literária ela vai dinamizar e otimizar a biblioteca com isso a criança que está integrada ela vai beber da mesma fonte, se a escola ela cria projeto na área de psicomotricidade, educação física e artes, todo mundo vai lucrar. Então esse olhar interdisciplinar em termos de adequação curricular e essa visão de prática curricular em que o aluno veja entenda, uma leitura social mais próxima da realidade dele eu acho que isso é interessante, mais o ideal é carregar para a educação mesmo porque de forma geral até nas classes regulares a gente está encontrando dificuldade, por mais que se fale de construtivismo, a escola é basicamente, tradicional, conteudista e comportamental, se fez direitinho nota boa, se não puniu, estímulo resposta. Muito se fala e tal, mais na pratica a gente tem muita dificuldade quando a gente fala para o professor avaliar a criança por habilidades esse professor já avaliou essa criança com olhar diferenciado de um processo de crescimento das estruturas especiais dele dentro daquele processo como um todo. Se ele olhar a criança com o mesmo olhar de uma criança que não acompanhou que esta deficitária, ele esta brincando de faz de conta da inclusão, ele não está pegando mediação, por que para fazer mediação você tem que está próximo da realidade do que ele é, enxergar. Porque você vai ter que fazer o que, ver qual a estrutura, o que está deficitário, ele esta precisando de suporte, e você está adequando meios, então você vai ver no lado afetivo, no lado de capacitação, no lado de intermediação, nos vários lados, isso eu quase não vejo ainda, agora aquilo que eu já estava falando, à medida que a gente colocou a sala de apoio e também a sala de recurso com a intervenção desses profissionais na sala de aula nos processo a gente esta sentido que o professor está ficando mais flexível, embora existam muitos professores que utilizam a sala de apoio e a sala de recursos para se desresponsabilizar da criança e passar a criança para o suporte, um socorro de reforço que ele não vai dar.

**Entrevistador:** E você sente que isso acontece?

**Entrevistada:** Acontece, não acontece tanto quanto já aconteceu, mais acontece “Ah não termina o dever não” o menino é lento “você faz lá na sala de apoio”. Ai, o que eu que a gente

fez de uns dois anos para cá, a gente trabalha bem as professoras da sala de apoio pra que elas usufruam de recursos diferenciados didáticos para que a aula no momento em que os alunos estejam com elas, os meninos possam adquirir novas estratégias de pensamento outras possibilidades de aprender algo que seja diferenciado do quadro e do giz da sala da professora para poder refletir fixar melhor, então colocarem pratica procedimentos que são realmente de suporte, de recursos e não de reforço, então é uma coisa que agente está buscando.

Agora as professoras da sala de apoio também, elas tem as dificuldades delas, porque as crianças têm modalidades jeito de aprender muito diferenciado apesar do diagnóstico. Então algumas respondem bem com jogos, outras que desenvolve bastante, então ela tem que estar fazendo um casamento articulando o jogo com a abordagem processual com alguma linha de fixação, retomando, alterando e isso exige um acompanhamento bem sistemático do caso e ai acontece muito à gente ter a professora de apoio trabalhando em uma linha e a professora da sala de aula na contra mão e ai atrapalha, e tem professores assim em classe bem difícil para alterar essa pratica por isso que a gente discute muito alguns casos de alguns alunos a gente tenta pelo menos, fazer um ajuste para a série que ele vai cursar, que professor as condições que ele tem, a gente ficou o ano passado em agosto, setembro e outubro, só fazendo reunião, discutindo casos, chamando as famílias para discutir o que seria melhor para o aluno em 2008 com as professoras da sala de apoio e tudo e o governo simplesmente em janeiro acabou com a redução para as turmas D.M., então chutou o balde e a gente fica com pena dos meninos, complica bastante pra eles né.

**Entrevistador:** É aquele negocio da inclusão total, por exemplo, não interessa o tipo de deficiência, tenta incluir, não interessa se ele está aprendendo ou não, se ele está lá socializado ou não. É porque eu vi em um artigo que o MEC está propondo isso, inclusão total, você incluir e extinguir tudo que é apoio, existe isso mesmo?

**Entrevistada:** Olha o que a gente esta sentido na escola, esse ano que a gente teve dois casos de crianças que vieram lá do plano, que vieram pelo tele-matriculas, imediatamente a gente verificou que a criança era uma menino de centro de ensino especial e fechamos o diagnostico junto à equipe e o centro de ensino especial nem está autorizado a fazer matricula do aluno a criança tem que ficar na escola regular. A criança é uma criança que tem 11 anos, é uma criança que tem condutas típicas, é uma criança que não assimilou regras ele machuca bastante os outros, ele se machuca, então ta bem complicado. Parece que há um movimento que eles querem restringir o máximo de matriculas em centro de ensino especial todas têm que está em classe regular e ai eles abriram bastante essa rede de sala de apoio e tal. Outro reflexo disso é eles terem tirado o serviço de intinerância que era que fazia o suporte entre a escola, o centro de ensino especial, a gerência e os atendimentos especializados. Tiraram esse serviço, mais a estrutura física, pedagógica, didática e em geral dos processos de ensino na pratica pedagógica ela esta bem deficitária para pegar essa norma. Em vez de incluir, eu acho que tem graus de inclusão, a gente tem que pensar bem, já pegamos varias crianças que já passaram pelo centro de ensino especial, pegamos autista, deficientes físicos, crianças com condutas, teve um autista mesmo que chegou lá na segunda serie e ele esta hoje no segundo grau, passou por todo esse processo, desde sair do centro de ensino especial, dele ir pra lá, dele ficar com uma professora, dele ficar em classe especial, depois ele ficou na classe regular com a professora acompanhante de autista, atendimento individual, depois ele ficou sozinho, apenas com a sala de apoio no horário contrario. Eu acho que esse menino ele é o retrato do processo. Então a gente ta com uma criança que chegou agora da família que nunca tinha estudado e ele pode entrar imediatamente na classe regular, mais a gente pode ter crianças que ainda precisam de um trabalho mais particular, mais detalhado em termos de psicomotores, adaptativo etc e tal. Eu acho que a gente não pode generalizar. A gente tem criança com

deficiências múltiplas que usa fralda em sala de aula, ou mesmo o adolescente que usa fraldas, porque ele tem esse problema né, então como uma professora de uma classe comum em uma estrutura física de colégio que você sabe que não funciona vai ensinar uma criança dessas, ou um adolescente?

Nós temos uma criança com deficiências múltiplas mesmo, que não sabe escrever nada, ele tem os braços atrofiados e as pernas ele ficava só em cima da cadeira ele ficou até a oitava série com a gente, mais quem assumia essa coisa de empurrar a cadeira de rodas eram os colegas de classe, ele era apadrinhado por todo mundo da escola e o pai dele levava e na hora do intervalo o pai dele ia e fazia a troca da fralda dele, ele ia as vezes duas vezes na escola para trocar a fralda já era rapaz.

É aquilo que eu te falei a gente não pode idealizar porque a estrutura educacional ela é deficitária em vários aspectos principalmente em termos qualitativos, eu acho que esta muito deficitária.

Veja também que quando a gente fala de inclusão, pensa-se assim incluir quem? Quem é essa pessoa que vai ser incluída, quais são as condições dessa pessoa? Em termos físicos, sociais cognitivos. Que estrutura eu tenho para fazer isso? Porque não adianta maquiagem o mundo de ser bonzinho se você esta cometendo um engano. Agora também não incluir crianças que respondem esse patamar, crianças que estão socializadas.

Por exemplo, lá no Caic lá em Sobradinho II nós pegamos uma menina down em cinco anos na pré escola, ela ficou com a gente até a quarta série, foi um trabalho muito legal que eu fiz com essa menina, ela nunca foi para o centro de ensino especial, ela ficou com a gente. Então assim, ela tinha seis anos, mais as respostas que ela já tinha em termos de socialização de aprendizagem, de tudo né, foi muito peculiar, foi bastante legal. Mais você percebe que existem outros casos que a criança precisa de outra estrutura que a escola não dá conta, mais ou menos assim. Então pra registrar: na escola que eu trabalho não tenho a minha sala, o único espaço físico que eu tenho para o meu atendimento é o banheiro de deficiente físico que eu transformei numa sala. Se chegar algum deficiente físico, algum cadeirante eu estou despejada. A professora percebe que o aluno precisa de um atendimento individualizado, ou um grupinho de coleguinhas, o aluno estuda de manhã, como a professora vai fazer o atendimento dele a tarde se lá na escola não tem o espaço físico, se todas as salas estão ocupadas de manhã e de tarde de tarde e de noite, não tem espaço físico nenhum para fazer isso, não estou falando nem de espaço qualitativo, estou falando de espaço físico, então o professor ele percebe, dois meses vou juntar só aquele grupinho, vou trabalhar só ortografia, só produção de texto, não vou trabalhar matemática, não tem como ele fazer isso, não tem espaço, não tem ânimo de fazer o atendimento individualizado.

São questões que são banalizadas pelo sistema, mais elas são essenciais, porque mesmo que você seja uma professora intencionada dedicada, você vai esbarrar em coisas bem críticas mesmo. Efetivamente o que aquela escola tem para uma inclusão, foi feitas rampas na entrada da escola e em cada sala, isso é o que tem lá se você procurar outro perfil, outro critério não tem. Acontece demais as lâmpadas queimarem no período de chuva e as crianças ficam no escuro as luzes não acendem, então, por exemplo, as crianças que tem sub visão, você precisa tirar as crianças que tem sub visão e levar para a coordenação, ou movimentá-la na sala e colocá-la embaixo de um foco de luz, são coisas mínimas, to falando de iluminação, sem contar o resto, então eu acho assim que em processo de... Agora o governo criou o regime integral, a criança vai de manhã e três vezes por semana ela fica à tarde. Eu pergunto como você vai ficar com uma criança em regime integral se quando ela sai da sala de aula você não vai ter outro espaço físico para colocá-la ela vai ficar no pátio. E por outro lado também a gente tem que pensar se não caminhar com a inclusão como a gente esta caminhando a gente nunca vai caminhar, porque se você for esperar, esperara, e a criança vai esperar até quando, até quando ela ficar adolescente analfabeta. Existem algumas coisas aqui em

Sobradinho também, a questão da APAE, ter vindo para sobradinho, ela está funcionando, um trabalho muito importante para nós porque a gente conta com profissionalização dos alunos, quando adolescentes eles começam a conviver com adolescentes com a aprendizagem de adultos, isso é um diferencial bem grande. A questão da abertura do centro de ensino especial com alguns projetos que eles têm lá dentro, mas a gente pode levar alguns alunos diagnosticados para adaptar, para estar fazendo tapeçaria, oficina de material reciclado, os nossos alunos com TDH ele participam do projeto de Eco terapia. Então a gente comunga o que é bom o que está funcionando, lá na escola mesmo a gente está trabalhando com o P, com alguns grupos de alunos, e tem um menino do centro de ensino especial que vai participar do grupo, ele não é nosso aluno, mais ele vai participar. Então quando a gente percebe que tem recurso e que a criança precisa e que vai ser bom, a gente tenta compartilhar, tenta trazer, dar acesso, mas a demanda é muito grande e a gente tem dificuldade de dar qualidade nos períodos. Então o que acontece com a coordenação pedagógica, elas ficam muito atarefadas em cuidar das crianças, atenderem os pais, atenderem os professores, botar a escola funcionando minimamente, então sobra pouco tempo para articular projetos subsidiar professores, então o que a gente vê é um empobrecimento do processo. Esse ano parece até que melhorou, eu não estou na coordenação, mais a gente percebe isso. E muitas vezes o profissional que está na coordenação ele não sabe trabalhar com projetos, as vezes envolve habilidades de caráter interpessoal e intrapessoal, então não é só eu querer, eu tenho que saber lidar com pessoas, eu tenho que saber lidar com certos obstáculos. Eu vejo que eu sou apaixonada pela inclusão e a gente começa a perceber, tem histórias de crianças que você pegou assim que deu resultado, tem vários adolescentes que eu acompanhei que já estão trabalhando, carteira fichada, como cidadão mesmo. Então é muito interessante que a gente possa analisar esses frutos colhidos, mais não é fácil não, as famílias elas precisariam de um suporte de natureza psicológica, porque isso desgasta muito para dar conta de tudo, que uma pessoa excepcional, ela precisa de mais cuidados, mesmo depois que ele cresce né, até em termos de locomoção e tudo. Então há muitos elementos no processo de inclusão, acho que a gente já caminhou bastante, mais o problema não está na política de inclusão, o problema está na política estrutural da escolarização mesmo, de dar qualidade, se eu pego uma criança para integrar em um lugar que está deficitário, com vários problemas e que não consegue sair disso, por exemplo, a gente vê o fracasso escolar virou um fenômeno assim de múltiplas causas que está acontecendo a muito tem e tal. A gente tem que pensar em inclusão como uma face de um todo, mas olhando a face da sua própria face nesse sistema que é complexo, até pelas próprias dificuldades com as crianças que são regulares, eu acho que a gente deu passos largos aqui em Brasília pelo menos, a gente viaja aí e você percebe que nós estamos assim bem adiantados em termos de redes, de suporte, diagnóstico e atendimento em termos de capacitação também, nós temos professores em Brasília que algum tempo já vem sendo subsidiado com formações, inclusive as universidades, de quatro anos pra cá a gente tem recebido muitos estudantes, eu gosto de colaborar, porque eu acho que é importante, muito embora, há uma fase fantasia de embreaguismo de inclusão, isso as vezes atrapalha, mesmo quem está mais avançado tem que olhar com um olhar bem crítico e redimensionar as práticas porque a gente precisa dar a qualidade no aprendizado e a gente tem que entender que ele precisa sair com as habilidades mínimas de letramento para poder responder socialmente as competências que a sociedade está cobrando.

## Entrevista com a profissional 2

**Entrevistadora:** Pra você o que é inclusão, como você define inclusão aqui na sua prática?

**Entrevistada:** Dar oportunidades a todos, oportunidades iguais a todas as crianças, todos são cidadãos brasileiros, que todos tenham as mesmas oportunidades, levando em conta é claro, as limitações de cada um, adequando a escola o conteúdo, às necessidades das crianças.

**Entrevistador:** E isso é feito aqui nessa escola?

**Entrevistada:** Estamos tentando, aqui nessa escola, estamos tentando fazer, não é muito fácil, mais a gente já está tentando, na medida do possível a gente já pode observar que as crianças estão sendo bem aceitas, aja estamos fazendo a adequação curricular também, as professoras os servidores de um modo geral da escola estão cientes que aqui é uma escola inclusiva, as nossas crianças são bem aceitas aqui, eu observo, às vezes, entre as próprias crianças tem umas brincadeiras, mais que é normal também, da faixa etária deles, porque criança, não é fácil, não são tão santinhas quanto a gente pensa, tão inocentes, as vezes falam mesmo com tom de maldade e de crítica com os colegas, mais a gente está tentando trabalhar isso também mostrando a eles as diferenças das crianças e que as limitações das outras crianças não os fazem inferior aos demais.

**Entrevistadora:** E como essa inclusão tem acontecido aqui, que tipo de trabalho vocês fazem para essa inclusão acontecer?

**Entrevistada:** Bom, em primeiro lugar são aceitas todas as matrículas sem nenhuma discriminação, a secretaria está orientada a receber todas as matrículas, fazemos um levantamento do... Um relatório psicopedagógico da criança, uma ficha, para saber deles qual é a real necessidade de cada um, o que, o que a equipe instrui para que a gente faça o trabalho pedagógico, digamos assim e na parte prática mesmo nós não temos crianças com deficiências físicas, dependentes de cadeiras de rodas, nem nada, mas a escola está fisicamente adaptada, com rampas, temos facilidade de acesso, temos banheiros para deficiente, que no momento está inclusive desativado. Por quê? Porque não temos cadeirantes na escola, então a parte física da escola está preparada para recebê-los e na parte do acolhimento, a gente faz bastante sensibilização no início do ano com todas as crianças, trabalho mesmo... Trabalhos com música, a gente tem uma dinâmica de trabalhar no início essa aceitação essa inclusão desses coleguinhas, mostrando as diferenças generalizadas, cor, o alto o baixo o gordo o magro, que tudo isso gera certa discriminação entre eles aqui na escola, então a gente faz um trabalho voltado para essas diferenças, e mostrando também que essas limitações das nossas crianças com necessidades especiais não tiram o direito dele de conviver com os demais, de ter o mesmo apoio, nós temos essa sala de apoio, que faz a diferença, no ponto de acolher a criança, quando ela se sente sozinha, que não é o caso, muito pelo contrário, o que a gente vê é que eles são bem aceitos...

**Entrevistadora:** Mais essas crianças com necessidades especiais são incluídas em salas regulares?

**Entrevistada:** Sim, em classes regulares, nós temos duas classes especiais, que no momento não está funcionando aqui na nossa escola, mais faz parte da nossa escola, por causa do espaço físico, eles ocupam o espaço físico do centro educacional 02, mais são alunos do

centro de ensino fundamental 04. Até o ano passado eles estudavam aqui, mais o espaço, são duas classes... Eles são alunos um pouquinho mais comprometidos, digamos assim, tem que ter um grupo menor para ter uma eficiência melhor, e também porque ainda não foi feita uma seriação deles, os demais estão todos incluídos em classes regulares.

**Entrevistadora:** Aí eles possuem essa sala de apoio, mais todos eles utilizam ou só aqueles que vocês acham que é necessário ou que....

**Entrevistada:** Todos que são diagnosticados eles recebem o atendimento.

**Entrevistadora:** Em horário contrário?

**Entrevistada:** Alguns vêm em horário contrário, mais também podem buscar esse apoio em horário de aula e outros infelizmente só recebem esse apoio em horário de aula. Por quê? Porque o ir e vir para eles se torna um pouco difícil, porque moram longe, dependem de transporte... Porque eles têm direito também ao passe livre, mais às vezes não tem o acompanhante, o passe livre inclusive dá direito ao acompanhante andar gratuitamente em qualquer transporte coletivo, às vezes não tem a presença desse acompanhante, desse responsável, porque os pais geralmente.. Infelizmente as famílias a maior parte são desestruturadas, aí a mãe precisa se ausentar, não tem uma pessoa que ela paga para isso, ou alguma pessoa mais idosa, ou avó, e não dispõe desse tempo para o ir e vir da criança, então algumas criança, na verdade são quatro crianças que só recebem o atendimento no horário de aula... E como a gente faz isso? A gente conversa com os professores a gente participa das coordenações coletivas os professores todos são cientes, todas as classes tem um ou dois alunos incluídos, então o que acontece, elas já sabem que vão chegar esse aluno então no momento em que elas não estão fazendo introdução de conteúdo, atividades que requer a participação de todos, ela libera as crianças para vir aqui ficar conosco... Essa forma de atendimento, também não seria uma forma de segregação? Liberar as crianças para irem para a sala de apoio enquanto as outras estão desenvolvendo outras atividades?

... Na sala de apoio, e o trabalho diário aqui não é um trabalho de reforço escolar mais um trabalho voltado para minimizar a dificuldade que eles encontram, de atenção, que muitos têm dificuldade de reter atenção, ou dificuldades mesmo de grafar palavras ou de raciocínio, raciocínio lógico, a gente faz um trabalho aqui com jogos, de maneira mais lúdica para que ele vá vencendo aos poucos as suas limitações... para poder...a palavra é minimizar mesmo. Reduzir totalmente a gente não consegue, essas deficiências deles é eternamente a gente sabe que a maioria é irreversível, nós temos aqui um aluno que sofreu um acidente e ele esta com uma necessidade temporária né, um caso, os demais são necessidades permanentes.

**Entrevistadora:** E você acha que essa inclusão tem trazido resultados para essas crianças?

**Entrevistada:** Ah sim!

**Entrevistadora:** E que tipos de resultados?

**Entrevistada:** Resultado mesmo na parte cognitiva, na parte do aprendizado, da criança.

**Entrevistadora:** Eles estão realmente aprendendo?

**Entrevistada:** Algumas crianças... É claro dentro das limitações, porque a avaliação deles é diferenciada... Eles têm uma avaliação diferenciada dos demais ta. Então a gente observa o

crescimento, também assim, na parte da assiduidade, o querer está na escola o gostar de estar aqui, isso pra gente é o diferencial, porque nos temos casos de crianças que chegavam aqui, que a gente olhava as fichas e tinham um índice de faltas assim assustadoras e o que a gente observa aqui é que eles estão freqüentes, a freqüência delesq de 90 a 100%. Então a gente vê isso como um ganho pra eles né, porque o estar aqui é muito importante também na parte da socialização, né. Então nós recebemos uma criança de primeira série que nós tivemos que fazer esse trabalho de socialização. É um caso a parte esta chegando agora pra gente e ele ainda não consegue estar na classe.

**Entrevistadora:** E os professores... Por exemplo, os professores que lidam só com as crianças ditas normais, eles não tem medo em receber... Qual a reação deles quando eles vão receber essas crianças? Que tipo de reação eles demonstram eles aceitam?

**Entrevistada:** Aceitam com certa ressalva, né... É mais vocês vão dar apoio, né, pro que precisar, é claro que a gente está aqui é exatamente pra isso né, para apoiar também, nós somos os regentes, sempre que eles precisam, eles recorrem à ajuda aqui da sala de apoio então tem um relatório uma avaliação, da criança, sempre que precisam eles recorrem e graças as deus estamos aqui disponíveis também a ajudá-los.

**Entrevistadora:** Mais eles acolhem?... E estão dispostos a fazerem tudo o que vocês orientam?

**Entrevistada:** Acolhem, acolhem... A maioria, a maioria eles recebem bem essa criança, uma vez que recebe o memorando para essa escola, ela já é ciente que é uma escola inclusiva, a realidade é que todas as escolas já... Aqui do DF né, no Brasil inteiro já são escolas inclusivas...

**Entrevistadora:** Pelo menos como você disse, na teoria...

**Entrevistada:** É na teoria... Então a gente observa é que na prática, que são bem aceitos sim, inclusive pelos professores regentes, né... E muito dos nossos alunos com necessidades especiais entre aspas, são melhores do os ditos normais, em termo de disciplina mesmo, é claro tem alguns que dão trabalho né, eles aceitam a correção observam os limites né, respeitam os professores, e é um fato que infelizmente está deixando a desejar entre os ditos normais... Então é um diferencial também, então como eu te disse na parte do aprendizado nos estamos observando um certo crescimento... O ano passado o índice de reprovação entre eles foi menor, percentualmente falando, entre os demais, né, então a gente observa que tem surtido efeito, e isso pra gente é um fator assim... Que nos anima é motivador.

**Entrevistadora:** E as crianças normais, elas também evolui com esse processo de socialização, eles diminuem o preconceito?

**Entrevistada:** Ganham bastante com isso, né, eles ganham muito em relação a aprender a conviver e a observar ele que tem uma necessidade que eu não possuo, está crescendo, está aprendendo, então poxa vida, eles devem fazer mesmo essa reflexão que a gente pensa né... Eu que não tenho nenhuma limitação que ele tem tenho obrigação de produzir tanto ou mais do que ele... Eu vejo que eles fazem essa reflexão, não digo fazem essa reflexão, mais a gente chama para pararem para pensar também, nós somos alunos aqui profissionais, ninguém trabalha fora, ninguém tem compromisso em casa, a gente observa que os alunos daqui são crianças carentes, mais que tem todo o tempo necessário para se dedicar aos estudos, então às



vezes a gente entra em sala de aula também a gente observa e faz esse questionamento com eles, o aluno....

**Entrevistadora:** Vocês fazem intervenção com os outros alunos?

**Entrevistada:** Sim, na sala que tem os nossos alunos inseridos a gente entra, nós temos um trabalho aqui, um projeto, que a gente entra na sala de aula, não é um trabalho direcionado para o nosso próprio aluno, mais com o todo e é em todas as salas que a gente entra para fazer esse trabalho também.... Como eu te disse os alunos que a gente trabalha aqui, eles têm deficiência mental, e essa deficiência passa despercebida pela maioria dos outros colegas, então muitos deles não sabem que o coleguinha tem essa limitação, o que é melhor ainda, os alunos não são rotulados, agora é claro, alguns as deficiências são visíveis, então não tem como, mais a gente observa que eles aceitam muito bem... Muito é claro com a ressalva, tem uma ou outra brincadeira, que sempre que ocorre também, quando a gente tem conhecimento, né, a gente faz uma intervenção no sentido de “em que você é melhor ou pior do que ele? Em que? Se você nos disser o porquê a gente aceita, se não então meu amiguinho, é igual” os direitos aqui são iguais, o mesmo direito que tu tens ele também tem...

**Entrevistadora:** E a escola como instituição, eu digo assim como um todo como uma organização, o que ela contribui para que essa inclusão aconteça? Ela faz alguma coisa? Eu digo assim um todo, o contexto, o diretor, a regional, ela ajuda, ela dá suporte para que essa inclusão aconteça?

**Entrevistada:** Aqui a gente tem encontrado esse apoio em todos os âmbitos, a direção, a coordenação do ensino especial a nível de regional, é... Nós temos muito apoio, mesmo porque a gente busca, é que as vezes a gente é assim reclama que não tem apoio, mais também não vai atrás, e o que acontece com a gente aqui, é que a gente é chata mesmo, a gente ta sempre indo atrás buscando. 2005 nos tivemos um curso de formação da escola inclusiva mesmo, todos os professores, coordenação, direção, e todos os professores tiveram essa oportunidade, agora é claro que tem uma rotatividade muito grande, do professorado, e muitos que estão aqui hoje não receberam esse curso, mais o que é feito, é feito a multiplicação, digamos assim do que nos recebemos, é uma transmissão do que deve ser feito, como devemos agir diante dos nossos alunos... Ou em relação também a família, a gente cobra muito a parceria da família aqui, sempre fazemos reunião, no inicio do ano letivo, no inicio do segundo semestre...

**Entrevistadora:** E eles comparecem?

**Entrevistada:** A maioria, porém não todos, nos sabemos que tem crianças aqui, que é exclusividade é responsabilidade todinha nossa, né, a gente não tem esse apoio da família, tem criança aqui que precisa fechar o diagnostico, e os familiares não vão atrás dos exames mesmo, necessários, né, para que a equipe possa fechar e a gente fica sem poder fazer muita coisa. Às vezes vamos visitar as crianças, né, na casa das crianças mesmo, que os pais não vêm à escola, mais isso é uma minoria graças a deus, a nossa maioria aqui participa, é bem participativa.

**Entrevistadora:** A escola oferece cursos palestras esclarecimentos....

**Entrevistada:** Oferece...

**Entrevistadora:** Para os profissionais?

**Entrevistada:** Para os profissionais e os pais, geralmente quando a gente faz aqui uma palestra uma oficina a gente convida também os familiares nós tivemos ano passado a presença de psicólogos, eles fizeram um trabalho da parte da sexualidade, que é um problema sério, que nos temos entre nossas crianças, porque, porque todas as crianças na pré adolescência, você tem conhecimento disso também, os hormônios estão pingando pelos dedos, né, e o que acontece: as crianças ditas normais, por causa da educação, da formação, não chega a ser um tabu, mais por causa da, dos limites que a sociedade impõe, eles conseguem segurar isso pra eles, não deixam extravasar tanto, digamos assim, já os nossos alunos eles não tem esses limites, essa percepção de que “olha to indo além do que devia”, então a gente fez um trabalho, no ano passado nos tivemos palestras com psicólogos que trabalhou bem essa parte, a parte da sexualidade entre os nossos alunos, porque, eles agem com muita naturalidade com relação a qualquer coisa né, e as vezes parece assim, “olha eles estão extrapolando”, ta muito exacerbado, simplesmente porque eles não batam um limite é igualzinho os demais, só que eles não reprimem, os outros reprimem, e eles não conseguem reprimir isso aí, só que a gente faz também um trabalho individualizado com cada um deles, e muitos conseguem, depois que a gente tem essa conversa, os maiores... O que acontece, tem defasagem na idade serie dos nossos alunos aqui eles são mais velhos... Porque, porque eles aprendem, só que qual é o diferencial, eles levam mais tempo, para aprender, o problema principal é o tempo, o que um aluno aprende em uma aula ele vai levar cinco, seis aulas para aprender, o que o aluno dito normal aprende com uma explicação, o nosso precisa de um material concreto, para visualizar, pegar, sentir, testar, então, né, por isso eles vem pra sala, à professora trabalha muita explicação lá, com todos os alunos de maneira abstrata, digamos assim, eles vem pra cá, nos vamos trabalhar com copinhos, com feijãozinho, material dourado, para que ele manuseie, para que ele veja, para que ele junte, separe...

**Entrevistadora:** Mais vocês sempre tentam fazer essa associação, o que está passando na sala e trás pra cá, ou não?

**Entrevistada:** Na maneira do possível a gente faz isso, por isso participamos da coordenação coletiva... O que eu te disse... Aqui a gente não faz reforço, não é o conteúdo que está com dificuldade que será trabalhado aqui, não é um reforço, mais é um trabalho voltado para que ele desenvolva o conteúdo dele também, a parte dele como um todo, socialmente falando, porque tem aluno que chega aqui, como um bichinho praticamente entra embaixo da mesa e no final a gente já pega “olha sossega rapaz, você está passando do limite” as vezes tem que chamar atenção porque ele se solta, né, também essa parte da socialização da confiança que ele tem com a gente também, nós temos alunos que chegavam aqui, que eles não lanchavam, mais não porque eles não quisessem lancha, mais porque tinham vergonha de lancha, então a gente faz esse tipo de trabalho... “Vamos lá na cantina, vamos pegar o lanche, venha cá, váia cair do prato, deixa cair do prato, não tem problema nenhum, que as vezes não tem o manuseio correto de levar o talher a boca, ai derrama, mais aí não tem problema nenhum, o outro não deixa cair, não deixa, ótimo, não deixa, não tem problema, depois que sujar que gente limpa, tem alguém para limpar, pode ficar tranquilo, igual a gente dizia também, a parte de conteúdo, a professora trabalhou o português, digamos assim, lá ele teria que escrever a produção de texto, aqui ele vai falar, ele vai produzir também, só que não colocando no papel, aqui ele vais desenvolver as idéias seqüência lógica, trabalhando com gravuras, com figuras, com jogos, aqui na sala, construindo, esse raciocino lógico, aqui tem alguns jogos.

**Entrevistadora:** Eu queria que vocês me descrevessem as principais dificuldades que vocês encontraram para chegar até aqui, ou que ainda encontram para realizar o trabalho.

**Entrevistada:** A frequência do aluno, aqui nós temos uma boa frequência, como eu lhe disse antes, mais não chega aos 100%, o que a gente busca é isso... Apesar de todo o trabalho de toda a evolução a gente percebe na fala da professora certa responsabilidade ainda nos alunos, na comunidade e não na docência, Elas só percebem a dificuldade no outro e nunca dentro da instituição... 100% de participação e também esse compromisso de todos os familiares, a maioria já se compromete, porém não todos, aí fica difícil você trabalhar com a criança, quando você conhece o histórico familiar facilita... É muito importante essa percepção da professora a cerca da participação da família, alegando que é fundamental para a realização do trabalho completo... Fica mais fácil, para você resolver o problema, tem que ter conhecimento dos casos.

**Entrevistadora:** Mais e com relação à instituição, aos outros profissionais...

**Entrevistada:** Aqui nos temos o apoio, nos temos a equipe do pólo que nos ajuda...

**Entrevistadora:** Não mais assim, teve alguma dificuldade até chegar aqui, quais foram as principais dificuldades, com relação aos outros professores que não conheciam o trabalho, até mesmo serventes...

**Entrevistada:** Na verdade a inclusão aqui na escola começou com duas classes especiais, então eram duas turmas separadas, então os alunos estavam nessas duas turmas, eles não estavam misturados aos alunos ditos normais com o passar dos anos tiveram duas professoras que idealizou o projeto dessa sala e correram atrás, foram na regional, foram lá na sede da fundação educacional, para criar essa sala, ela foi criada pra ser uma sala de recurso, ou seja, ela só atendia alunos de quinta, sexta, sétima, e oitava series, em reforço, nas matérias específicas, a quatro anos atrás foi extinta a sala de reforço e a escola passou a receber meninos de primeira a quarta serie também, então a sala de recursos se transformou em sala de apoio, e ai o atendimento em vez de ser o reforço que era feito antes, passou a ser ludicamente, jogos, não que a gente não esteja trabalhando as matérias que os professores estão trabalhando, mais pra cá o aluno não trás nem mochila, porque ele não vem pra cá para fazer dever de casa que a professora passou, ou a gente vai passar uma atividade de reforço pra ele da matéria deles, não, eles vem pra cá para aprender brincando, porque é essa a dificuldade deles, é abstrair, então a gente quer trabalhar ludicamente para que na hora que ele tiver lá precisando no aperto ele lembrar “há aquela brincadeira eu aprendi”, que é mais fácil né, quando a coisa é prazerosa é bem mais fácil de lembrar do que o sofrido.

**Entrevistadora:** Vocês acham que a inclusão escolar tem funcionado de fato e trazido os benefícios que os teóricos pregam a respeito dela? Aqui no contexto de vocês...

**Entrevistada:** Bom, olhando aqui a nossa realidade da nossa escola, a gente observa que já temos um ganho muito grande, só que não chegamos ao ideal, não é o que está no papel ainda, porque o que está no papel é muito lindo, mais na verdade não acontece, acontece assim dentro do possível, o que eu a gente pode fazer a gente faz, mais não como eles querem, ainda deixa um pouco a desejar, digamos assim, e a nossa realidade é um pouco diferente das demais, que a gente tem noticias por ai, porque nos temos contatos com outras colegas de outras regionais, que passam por dificuldades bem maiores do que nos encontramos aqui, na verdade nos até podemos dizer que somos privilegiados, né, porque nos temos o apoio

mesmo, a direção em bem comprometida, sempre que solicita alguma coisa, senão de imediato, mais estão sempre prontos para correr atrás para nos ajudar também né, a gente vê que o grupo de professores coordenadores é bem comprometido com o trabalho da inclusão também, e agente tem a boca bem grande, a gente pedindo até doação, corre nas escolas particulares pedindo resto de lápis de cor, porque se agente ficar esperando também...

**Entrevistadora:** Mais assim, todo mundo é engajado mesmo, os profissionais aqui, ou eles meio que no final acabam sempre jogando a responsabilidade para vocês? Ou é uma equipe, trabalha todo mundo em equipe mesmo, de verdade?

**Entrevistada:** Não, eu não estou te dizendo, podemos dizer que somos privilegiados mesmo, porque aqui é tranquilo, não estamos falando isso para dizer que aqui é bom não, é porque não podemos falar o contrario, entendeu, não seria fiel, não estaríamos sendo fiel a nossa realidade, como eu estou te dizendo, você sabe muito bem que não é o que acontece em todos os lugares, eu espero um dia realmente que todos possam dizer que realmente esta acontecendo, mesmo que não seja 100%, esta bom. Porque o nosso conceito aqui é, está bom, esta bom, pode melhorar, pode melhorar, na nossa realidade da nossa escola, não está ruim, está bom, mais é claro tem muitos pontos que podem melhorar sim... e foram anos...

**Entrevistadora:** Em média quanto tempo mais ou menos?

**Entrevistada:** Nos últimos dez anos, porque a nossa realidade é um pouquinho diferente dos demais né, estamos a mais tempo correndo atrás da inclusão digamos assim, para que se faça realmente a inclusão, para que se dê, essa inclusão, né, e hoje a gente observa que já está acontecendo, não da maneira ideal, não podemos dizer que a ainda falta muito, ou que deixa muito a desejar, temos alguns pontos sim, como eu te disse da participação, dos familiares, da parte do apoio mesmo, da parte médica, não é correr atrás, é agilizar os resultados dos exames e tudo, para que fechem os diagnósticos, então é uma coisa que deixa a desejar também né... Porque aqui, nos temos também orientadora educacional, ela corre atrás, a gente aciona o conselho tutelar, sempre que se faz necessário, por isso que eu to te falando a gente bota a boca no trombone e cobra a responsabilidade dos familiares também, como eu te disse muitos vem de família totalmente desestruturada e faz necessário a intervenção do conselho tutelar e a gente busca a gente vai atrás.

**Entrevistada:** Gostaria de falar da parte da avaliação das crianças com necessidades educacionais especiais... Como é feita a avaliação deles, a gente faz uma avaliação deles no inicio, um diagnóstico, um teste diagnostico, que todos os professores fazem, e que áreas são mais cobradas? Português e matemática, então somente nessas duas áreas, português e matemática a gente vê o que ele tem, qual a bagagem que ele traz no inicio do ano e ai nós trabalhamos em cima disso, o que ele tem que crescer, o que ele tem que buscar, alcançou, subiu, adquiriu, pré-requisitos, então vamos adiante, não adquiriu, voltamos, junto com o professor, então na hora da avaliação como é feito: como eu te disse eles levam mais tempo do que os demais, então na maioria das vezes eles começam a fazer a avaliação em sala de aula junto com os demais, só que como os demais terminam primeiro, ele requer um pouquinho mais de tempo, ele vem pra cá... A gente aqui, só dá o apoio, seria o que: apenas termos aqui conosco, para que ele use o tempo necessário, a gente não faz intervenção na hora da avaliação não, quando o professor permite ou solicita a gente faz a leitura do comando, do comando da atividade, o que era para ele ter feito, porque as vezes alguns tem uma dificuldade maior reside ainda na interpretação do comando, aí se é autorizado pelo professor

a gente faz aqui na sala de aula a leitura do comando, e ele usa o tempo que se fizer necessário, as vezes leva duas ou três horas e faz uma questão, mais isso é levado em conta... Então também como é cobrado na prova, se o professor fez de matemática, por exemplo, três situações problemas, envolvendo adição, as três operações fundamentais, dos demais, ela cobra que seja feito as três, e o índice de acerto lá, pelo menos a metade, dele ela não vai cobrar que seja feito as três, se ele fizer uma, já tá de bom tamanho, né, isso tudo de acordo, é igual pra quem passa deficiência física, no andar, se você cobra para um que ande um quilometro, daquele outro você vai ter que cobrar 100 metros, que ele não vai te dar mais que cem metros, ele não consegue andar mais que 100 metros, no mesmo caso o nosso aqui, o outro que interpreta a situação problema em vinte minutos o nosso leva 1 hora, a mesma situação então ele leva mais tempo, as avaliações muda ai, nesse sentido, de que é dada a mesma avaliação, só que na hora de cobrar, de analisar, essa análise é diferenciada, o olhar é diferenciado, só pra ele, e não é colocado para os demais o detalhe da mesma avaliação. Em português, por exemplo, é claro que ele vai fazer a leitura dele, mais a maioria tem dificuldade de interpretação, se autorizado pelo professor, nos fazemos também uma leitura do texto sem fazer interpretação oral, só leitura, porque o ato de ler pra ele já facilita, porque ele muitas vezes tem dificuldade de leitura, ele não faz a pontuação correta, ou tem dificuldade de fazer a entonação correta da acentuação, vai ler amássemos, ele pode ler amassemos, então muda totalmente o contexto, então se autorizado pelo professor a gente faz a leitura do texto. E aqui todas as provas de português têm um texto e produção de texto então geralmente quando o professor permite a gente faz essa intervenção com eles para melhorar a leitura e também os comandos das atividades, da mesma forma, se o outro responder dez questões de interpretação ele pode responder 5, 3, então o percentual exigido dele é menor dos ditos normais, e eles não estão deixando de aprender, como eu te disse eles tem uma limitação, então a gente respeita essa limitação. Dar a eles as mesmas oportunidades dos demais, mais respeitando os seus limites. Temos também a adequação curricular, de priorizar os conteúdos, os outros são cobrados também na área de ciências, estudos sociais, historia, o nosso a gente cobra na área de português e matemática. Então essas duas áreas ele tem que mostrar um crescimento, dentro da limitação dele ele tem que crescer também. Isso na series iniciais, ai se a gente vai para quinta, oitava, ou de sexta a nona serie, ai a gente pode fazer a adequação curricular de grande porte, que é o que, ele tem direito de fazer metade das matérias, se ele está fazendo a quinta série, ele pode fazer metade das matérias em um ano e metade em outro ano, ou seja, ele pode fazer a quinta serie em dois anos, a gente aplica o parecer, existe a lei que é o parecer, a gente faz uma ata junto com a família, junto com os professores para decidir quais as matérias que faz primeiro, quais que faz depois. Ele é matriculado em todas as disciplinas, mais no primeiro bimestre observa-se em que disciplinas ele se desenvolve melhor, ai faz uma separação dentro do conselho de classe, tendo conhecimento de todos os professores, ai, aplica-se esse parecer, para que o aluno faça a quinta serie em dois anos, ou a sexta serie em dois anos, não é que ele vai ser reprovado, ele não foi reprovado, ele apenas fez metade das disciplinas em um ano e tipo para diminuir a carga, ele consegue, só que ele leva mais tempo como eu te disse...

**Entrevistadora:** E também não fica aquele estigma de que foi reprovado...

**Entrevistada:** De que foi reprovado, exatamente, porque a reprovação pesa na auto-estima dele, cai a auto-estima. Ima coisa que também eu não coloquei que a gente corre atrás é para que eles mantenham a auto estima elevada para que não despenque, então toda vez que temos um problema porque infelizmente de vez em quando eles surtam mesmo, porque muitos deles tem problemas sérios, todos eles tem problemas mentais, as vezes eles tem surtos, então nessa hora é feita a intervenção, professor... As vezes sai aluno correndo pela escola gritando e

agente tem que ir atrás buscar, ai, vem e trás pra sala, faz um tratamento de: “vamos acalmar”, deixa o aluno falar e gritar o quanto quer aqui dentro, porque não adianta, na hora do surto mesmo, não adianta você falar gritar, então tem que esperar ele acalmar, para depois a gente conversar. E é isso que a gente faz a gente busca o aluno, porque é necessário que ele tenha confiança. É incrível, mais você teria que ver né, no dia a dia, pra confirmar isso, eles tem muita confiança, essa relação também, eu não digo de afetividade mais... É afetividade não tem jeito, é o afetivo mesmo, não tem jeito o aluno ele fica muito próximo da gente então ele tem essa confiança, então quando ele tem um problema ele recorre à sala de apoio, problema que eu digo de ordem de relacionamento, emocional. Nós tivemos ano passado uma aluna que teve problema em casa brigou com a irmã e saiu de casa e veio pra cá, fora do horário, e agente não estava esperando ai ela chegou aqui: -“Q. o que acontece?” --“Ai, eu vou sair de casa”, então ela recorre a essa sala, então depois que ela acalmou ligamos na casa dela, avisamos, olha ela está aqui, inclusive ela mora perto da minha casa e foi embora comigo, então eles tem esse apoio, ela veio saiu de casa, como ela saiu os pais ficaram preocupados, e entrou no portão, são todos muitos conhecidos, n, o pessoal da portaria viu que ela estava chorando:” não vou pra sala de apoio”, já veio direto né, então eles têm essa afinidade com a gente, então nos ajuda no convívio, no dia a dia com eles. Você observa isso também, essa relação de confiança que eles depositam na... Que é uma responsabilidade muito grande pra cada uma de nos aqui.

**Entrevistadora:** Mais se não for assim parece que não funciona, se ele não confiarem parece que não vai pra frente o trabalho.

**Entrevistada:** O que a gente observa também: “não professora quando eu to aqui eu consigo fazer tudo”, e é engraçado, o tudo é o modo de dizer, o que eles sentem facilidade né, pra fazer. Eu fico feliz de estar vendo resultado, sabe então eu estou feliz, de estar nessa área, de trabalhar. E agora também como eu te falava da adequação curricular, a gente tem certa dificuldade porque é uma coisa nova pra gente, mais vai ser oferecido um curso agora em abril, pela EAP, aberto a todos os professores, não sei acredito que pelo menos sala de apoio que está ali ligado diretamente ao ensino especial, todos terão acesso a esse curso de adequação curricular. Pra que? Para que todos tenham a mesma linguagem, para que possamos falar a mesma linguagem, então, é uma coisa que esta sendo vivida aqui, mais não está em outra escola, então às vezes assim, nossa a sua escola é diferente por quê? Se for da rede também, se toda a rede deveria estar caminhando mais ou menos no mesmo nível, digamos assim. Não que nos sejamos melhores, ou mais competentes, de forma alguma, muito pelo contrario.

**Entrevistadora:** Mais é que vocês estão buscando, essa que é a diferença, vocês estão empenhados e correndo atrás... Que é o que não acontece acho que na maioria, as pessoas vão deixando, vão empurrando, ou então esbarram em uma dificuldade e deixam por isso mesmo... “a responsabilidade não é minha”, ai o outro fala que não é dele, e um vai jogando pro outro e nunca a responsabilidade é de ninguém e fica por isso mesmo...

**Entrevistada:** Como eu te disse esse ano a gente esta com uma turminha de primeira série, duas turminhas. Chegou um aluno de quase dez anos que nunca estudou, mais não que nunca tenha sido matriculado, ele foi matriculado varias vezes, só que como é um aluno que não se socializa, ele não fica na escola, não fica, né, porque realmente é impossível dele estar em uma sala de aula. Tanto que ele agora esta fazendo uma adaptação no centro de ensino especial, ele seria um caso de aluno de centro... Ainda está internalizado nos professores a

idéia da escola especial, eles acham que ela ainda deve existir, apesar de toda a progressão que a educação inclusiva vem tendo nessa escola.... Só que agora com a escola inclusiva não temos mais matrículas nos centros, ele está matriculado aqui, só que ele nunca estudou, então ele não tem diagnóstico, ele não tem nada, nunca foi feito nada por ele, porque ele nunca ficou na escola tempo suficiente para ser diagnosticado, para fazer um tratamento, para fazer um direcionamento, nunca, não sabe nada, não é alfabetizado, não é que não sabe nada, não foi alfabetizado ainda, e não sabe conviver, infelizmente eu tenho que dizer que ele não conhece nenhuma regra, não obedece a nenhuma regra de convívio social, nenhuma. Ele entra e sai quando quer, ele fala quando quer, ele grita quando ele quer, ele destrói o que vê pela frente....

**Entrevistadora:** E vocês estão vendo melhora nele?

**Entrevistada:** O que acontece, ele passou por uma, ficou no centro né, acompanhado pela equipe, e pra fazer diagnóstico, e também para fazer um tipo de trabalho de preparo para a socialização, e agora estamos recebendo de segunda à quinta, uma hora para ele está em sala, com a professora e uma de nos duas lá com ele...

**Entrevistadora:** E dentro de uma sala regular com....

**Entrevistada:** Ele vai para o ensino especial, fica fazendo um trabalho lá com a equipe, durante duas horas, de 13 as 15 ele está lá no centro de ensino especial, de 15h30min mais ou menos ele chega aqui na escola, ai ele fica aqui até as 17 horas mais ou menos. Ele fica em sala de aula, só que ele... Porque a professora não consegue fazer os trabalhos dela porque ele requer atenção em tempo integral, e exclusivo, então agora uma de nos vai pra dentro da sala estar com ele esse tempo, ai a mãe... Buscamos também esse compromisso junto ao conselho tutelar, com os pais para que assumissem a parcela deles, porque a família é nômade, porque eles mudam o tempo todo, porque os vizinhos também não suportam a agitação da criança, porque também não obedecem regras de convívio social, mesmo no lar, né, então os pais reclamam que tem que mudar muito, então nós estamos tentando ajudar a família também no sentido de... A mãe também tem problemas mentais, dentro da... Ela é chamada a responsabilidade, ele é filho único né, teve que assumir a responsabilidade de estar com ele, trazer para o centro de ensino especial, deslocar de lá para cá, lá da escola, e daqui levá-lo de volta, pra casa no ônibus, porque dentro do ônibus escolar também ele não consegue...

**Entrevistadora:** E ela ta fazendo isso, ela ta conseguindo cumprir?

**Entrevistada:** È, sobre pressão, porque é isso que eu to falando tem que cobrar também, porque tem coisa que a gente não pode fazer por eles, e é um cobrar que funciona em partes né, porque ela também não tem muito domínio sobre o filho, mais é uma responsabilidade dela, então esse é um caso a parte digamos assim, não temos nenhum precedente igual a esse, uma experiência nova que é difícil... A gente sabe que tem as pessoas que podem nos ajudar também, nunca a gente teve um não, muito pelo contrario, talvez não na hora que nós gostaríamos, não na prontidão como gostaríamos, mais sempre fomos atendidos.

## Entrevista da mãe 1

**Entrevistador:** O que é inclusão? Como você define a inclusão escolar?

**Entrevistada:** A inclusão é aceitar a pessoa com alguma limitação nas classes regulares, então toda pessoa que tem alguma necessidade especial ela está frequentando o mesmo ambiente das outras crianças ditas normais. Eu defino a inclusão como uma coisa maravilhosa, foi uma atitude fantástica, porém a forma como foi implantada que está sendo um fracasso na minha opinião como mãe. Até porque os professores as pessoas que estão envolvidas diretamente com o aluno, envolvida com a educação, elas ainda acreditam que trabalhar com uma turma homogênea é melhor. Todo mundo sentando igual, todo mundo pensando igual, todo mundo querendo a mesma coisa, e quando tem uma criança, não precisa ser totalmente deficiente, mas com um comportamento diferente, essa criança já passa a ser tratada diferente e de forma negativa, então eu vejo a inclusão como algo bom, algo importante que há muitos anos se fala, mas que infelizmente o que eu estou sentindo na pele é uma discriminação, não é uma inclusão é uma discriminação.

**Entrevistador:** Como a inclusão tem acontecido na escola do seu filho?

**Entrevistada:** De forma bastante dolorida, foi uma luta, o meu filho ficou dois anos e meio sem estudar, porque eu ia à escola pedia vaga, não queriam me dar, eu matriculei pelos 156 e quando ele chegou lá, a escola ficou de cabelo em pé, me questionou como eu tinha acontecido aquilo, como eu tinha feito aquilo, quer dizer, já chegaram me atacando, “a gente não pode ficar, não tem vaga aqui para o seu filho, ele é muito deficiente para a nossa escola”, enfim, eu saí de lá me sentindo assim, eu criei um monstro, porque ninguém quer, eu via meu filho e começava a pensar, o que eu vou fazer com essa criança. Eles o queriam na escola especial, ele esteve nessa escola especial e essa escola especial foi um fracasso, ele regrediu muito, porque as pessoas que trabalham com ele, que fazem as terapias, elas vem acompanhando ele desde cinco, então ele regrediu no período que ele esteve na escola especial, porque lá ele ficava trancado numa sala com uma professora e ele e uma outra aluna surda muda, então ele ficava ali, a professora chaviava a porta e não fazia nada com ele a tarde toda, então ele sofreu esse período em que ele esteve lá, então assim, hoje ele está estudando porque foram seis meses de luta, tive que procurar o secretário de educação contar minha história e explicar a dificuldade de transportar ele, seriam dois ônibus para a escola especial e chegar lá e o menino ficar trancado numa sala sem atendimento digno, está sendo agora esse ano pela primeira vez a gente está tendo um atendimento de qualidade, depois que chegou nos ouvidos das autoridades, até então... Sem falar que quando eu fui matricular ele, depois que o secretário de educação deu a ordem, que eu fui em uma reunião no Buriti com toda a cúpula da educação, foi determinado que o meu filho iria estudar nessa escola pública que é na frente da minha casa, quando eu cheguei para fazer a matrícula na escola quem estava me esperando, sindicato dos professores, o SINPRO foi chamado para proteger os professores contra o meu filho. Os professores tinham que estarem preparados para atender o meu filho, os professores diziam que não tinham curso para atender o meu filho e a todo momento eu colocando para os professores me humilhando e dizendo pra eles o seguinte: “o meu filho está na escola para se socializar, o meu filho não está aqui para aprender, eu não estou buscando o lado acadêmico dele não, porque eu sei que não é o momento, ele não tem maturidade, meu filho está aqui para aprender a brincar, a jogar uma bola, a ir no parquinho, a



comer o lanche com a mão dele, eu quero isso, que ele brinque, que ele aprenda a brincar. E o mas grave que eu sentia, geralmente a mãe que tem um filho especial, quando ela procura a escola, ela procura que a escola tenha uma vara mágica e que faça o filho dela ficar bom, e eu não, eu desde o primeiro dia que eu procurei a escola em 2005, eu disse que queria que meu filho viesse pra cá e que fique uma hora aqui com vocês, para mim é o suficiente uma hora por dia e a escola sempre negando e a equipe multiprofissional que cuida do meu filho, são sete pessoas cada uma especialista na sua área, se colocaram a disposição a vir na escola assessorar o professor, a clínica do meu filho colocou a disposição um agente de saúde para trocar fralda, escovar dente, levar ele no parquinho, para ir pra horta com ele, para o professor não ter aquele desgaste todo, mesmo assim infelizmente a escola não aceitou em 2006, a alegação da direção é que a fundação educacional não permite a entrada de pessoas que não tem vínculo com a fundação. Então assim, a clínica estava pagando o profissional de carteira assinada, ele não tinha como colocar o GDF na justiça porque ele já tem vínculo... mas infelizmente ... o profissional da escola pública ele fala que não está preparado, ai quando chega um pai que esta envolvido nessa área, quando ele chega com toda uma equipe de uma clinica particular que está predisposta a vir na escola assessorar eles fecham as portas, então eu já acho que é um Pouco de preguiça e negligência do professor, eles não têm o curso e se acomodam, ai a pessoa vem e fala assim: “mas eu te dou o curso gratuito, eu te oriento” – “Não mas se não é funcionário do GDF não pode”. Foi uma coisa que me deixou muito triste mesmo, infelizmente eu tive que procurar a justiça, o ministério publico, só que assim, eu fiz isso, outra mãe fez, só que em Brasília são cinco mil, oito mil, dez mil deficientes, e as mães não conhecem elas não sabem os caminhos das pedras, então elas chegam na escola não tem vaga voltam pra casa, e a gente foi atrás e foi uma luta. Até hoje a gente está com processo no ministério publico, está na corregedoria do GDF, porque foi realmente uma discriminação escancarada, chamar o sindicato como se meu filho fosse o monstro que fosse atacar elas, elas tinham que se proteger deles, isso ai me causou um transtorno emocional, eu fiquei abalada, eu passava chorando, eu me questionava, porque eu estou passando por tudo isso, o meu filho não é uma criança agressiva, ele não bate, ele não morde ninguém, ele não agride ninguém, mas a gente estava colocando ele na escola e dando todo o aparato e mesmo assim a escola negando, negando, até a justiça chegar e dizer: “não, ele vai ficar aqui e vocês vão trabalhar com ele”, a regional vai dar o professor, a regional vai dar toda a equipe multiprofissional para ajudar e a equipe da clinica está se aproximando agora da escola, já tiveram uma reunião com os professores, foi muito bom, e eu acredito que agora depois de tudo isso a gente esta conseguindo ter ganhos.

**Entrevistador:** A inclusão escolar tem trazido benefícios para o seu filho?

**Entrevistada:** Com certeza, é visível o progresso dele, a professora tem 12 anos de experiência, eu acredito que ela fez uma peneira, como as mães dessa escola são briguentas, chamam a justiça, chamam a televisão, nós temos que por o melhor para elas, então a professora que esta ali é uma pessoa experiente gosta do que faz, uma pessoa que está ali por amor mesmo sabe, então o meu filho está tendo progressos visíveis. O controle esfinteriano dele esta sendo trabalhado na escola, a clinica e a escola estão fazendo uma técnica para que seja retirada a fralda, então a escola está colaborando par isso, nessa reunião inclusive a psicóloga colocou a disposição da diretora uma agente, uma terapeuta para ela ficar a disposição da professora, para quando ele defecar no chão, essa agente iria limpar para evitar da servidora da escola não querer limpar, porque no momento em for retirado as fraldas vai acontecer dele fazer na roupa, ou no chão, ou no refeitório, ou na sala, então a clinica colocou

a disposição e a principio a escola aceitou, não houve aquela coisa, não, não é funcionário do GDF então não entra aqui, então eu acredito que essa foi outra vitória nossa.

**Entrevistador:** A escola se preocupa em esclarecer a comunidade sobre o processo da inclusão escolar?

**Entrevistada:** Sabe que no início, quando eu coloquei o meu filho lá em 2006, eu matriculei ele no 156, ele ficou um mês lá, o que a escola se preocupou foi fazer um trabalho de oposição a isso, houveram reuniões secretas onde os professores colocavam para os pais o seguinte: “olha a gente precisa que vocês entendam”... Até para esconder a incompetência do professor, eles jogavam a culpa no deficiente.. “olha esse mês eu não pude vencer o conteúdo porque eu tenho um aluno portador de necessidade especial, olha o seu filho ta reclamando que eu não tenho tempo de corrigir o caderno, olha é verdade pai, porque eu não tenho tempo porque eu to atendendo o especial. Então foi assim, um trabalho, uma campanha contra o especial, porque as mães vinham na minha casa me dizer, sabe quando eu tirei ele da escola, foi quando eu fiquei sabendo, as mães me diziam assim: “deixa os outros falarem, tu tem que levantar a cabeça e deixar o teu filho lá” e eu perguntava:” falem o que?”“, ai as pessoas abaixavam a cabeça e ficavam com vergonha então elas falavam: “não é que algumas pessoas reclamaram que a professora não estava dando aula direito, não estava corrigindo caderno, que a professora não estava indo na mesa ensinar porque tinha o teu filho na sala”. Foi passado para a comunidade que essa coisa era horrível, o processo da inclusão, porque além do meu filho não aprender, o meu filho prejudicava o dela. No ano seguinte eu fui na escola da minha filha e na sala dela tinha um aluno especial e a professora nas entrelinhas deixava claro... Todas as reclamações que as mães faziam na reunião: “a minha filha reclamou que o um menino bateu nele” e a professora respondia, não é o menino especial, então quer dizer, aquela figura do menino especial, ela passada para os pais como se fosse algo prejudicial, e na época aquilo me doía muito por eu ter o meu filho portador de necessidade especial e eu imaginava que era isso que faziam com o meu, como eu não podia vir nas reuniões, ou não na minha frente a professora dizia que não venceu o conteúdo porque tem um aluno especial, porque tem que sair toda hora da sala atrás dele. Infelizmente a criança entra na escola e recebe aquele rótulo assim ó, é deficiente é problema. Portadores de necessidades especiais hoje é visto assim como um empecilho para o professor fazer um trabalho em sala, quando que na realidade eu acho que eles deveriam aproveitar essa diferença, porque mesmo que uma criança tenha uma limitação, ela é limitada em uma área, mas tem as outras áreas da inteligência dela, se ela não consegue sentar, vamos trabalhar as diferenças, cada um de nós é diferente, um usa óculos, o cabelo crespo, o outro escreve com a mão esquerda, a escola não sabe aproveitar essas diferenças. Um dia eu falei, a escola essa que o meu filho está ela pintava de cor de rosa, quando chegou a cor preta, não foi bem vinda, quando chegou o marrom não foi bem vindo, tudo era perfeito, todo mundo fazia a fila direitinho, todo mundo comia de boquinha fechada, ai chegou uma criança que como com aboca aberta, que não para sentada, então essa criança foi vista como algo negativo, como alguém que ia fazer os outros regredirem, infelizmente é assim que acontece

**Entrevistador:** E na vida social de uma forma geral você percebe alguma mudança na interação do seu filho depois que ele começou a participar do processo da inclusão?

**Entrevistada:** Com certeza, no clube, na igreja, na nossa comunidade, nos outros grupos sociais que eu convivo, no clube na igreja, quando a gente vai para o parque, ele já está aceitando mais a presença do outro, ele se irritava muito, com bagunça, com riso, com grito, musica alta, então hoje ele já está mais receptivo a isso, hoje ele já vê outras crianças correndo, antes ele ficava mais irritado, eu acredito que isso aí é o ponto marcante da escola a socialização dele, porque a parte individual dele, ele trabalha toda na clinica, é o fonoaudiólogo, é o musicoterapeuta, é hidroterapia, ecoterapia, tudo ele tem individual, então tava realmente carente essa área, a área social, e quando eu aleguei isso na escola, que eu que eu queria que meu filho fosse lá para se socializar, a diretora me questionou, em casa ele pode se socializar, ele pode se socializar no clube, eu falei, realmente em casa ele se socializa, mas com quatro pessoas, em casa não tem parquinho pra ele, eu posso ate levar ele no parquinho, mas eu não vou poder levar ele no parquinho todos os dias... Na hora do lanche, aqui em casa mesmo, a gente não almoça em casa é ele e mais a pessoa que cuida dele, então na escola são vinte que vão fazer lanche todos sentadinhos na cadeira, aqui a gente ate senta, mas a noite uma quer jantar sete, outro quer jantar nove, o outro chega as 11 do trabalho, então a escola, são amiguinhos da mesma faixa etária, então assim, ali é um ambiente para ele desenvolver o que a clinica não consegue atingir e nós como família.

**Entrevistador:** No processo de aprendizagem, você acha que o seu filho melhorou depois da inclusão escolar?

**Entrevistada:** Olha na parte motora a gente sentiu que ele ta.... Ele já faz rabisco no papel, que antes ele não fazia, ele já esta fazendo riscos, ele já pede papel, quer caneta, quer escrever, ele quer estudar, então a gente observou que ele está mais com vontade dessa parte de escola, ele já sabe o que é tesoura, quer cortar, a própria parte motora dele, ele já está comendo, ele vira muito, mas ele acaba conseguindo jantar, almoçar segurando a colher já, já esta aprendendo a correr, ele não corria, claro que... Como a idade mental dele é de mais ou menos dois anos e ta com dez na cronológica, então a gente acredita que com essa estimulação essa diferença tende a diminuir, essa é minha expectativa, ou que pelo menos ele consiga nas atividades de vida diária uma independência.

**Entrevistador:** Que participação você tem, junto à escola? Ela dá abertura para que você participe da vida escolar do seu filho?

**Entrevistada:** Com certeza, depois de toda essa luta, eu tive uma reunião com a diretora, onde eu coloquei pra ela que os pais não íam na escola porque eram tratados como capacho na escola e por ser militar o filho do capitão é tratado diferente do filho do sargento, o filho do cabo é tratado diferente do filho do major, eu falei isso pra ela, pedi para ela registrar em ata que o grande descontentamento da comunidade era esse, era o atendimento que era feito diferenciado, chegou a esposa de um capitão era recebido com café e com água, se chegava uma esposa de um sargento, não mandavam nem entrar, os professores passavam abaixavam a cabeça, ou olham para a parede para não pode te dar bom dia, agora a gente observou que ela ta mudando, eu cheguei na escola ela pegou a minha filha de seis anos no colo que também estuda lá, mostrou a foto dela na parede, olha aqui você no zoológico, olha aqui... Eu disse nossa que bom que tu recebeu nós assim, eu queria que você sempre recebesse a gente assim,

eu sei que tem dia que a gente não tá bem, mas pelo menos assim: “o mãe que bom que tu tá aí”, que bom que tu chegou é muito bom ter os pais na escola. Pra ela também esta sendo um aprendizado, ela confessou pra mim na reunião, tá sendo muito bom ter o teu filho aqui a gente está aprendendo muito com ele e eu senti que aquilo ali não era uma coisa da boca pra fora, senti que no olhar dela o meu filho realmente estava fazendo a diferença lá na escola, para ela melhorar como pessoa, para ela ser mais humana, mais solidária, enfim ela está se tornando um ser humano melhor.

**Entrevistador:** Você acha que a inclusão escolar trouxe melhoras para a sua vida a vida do seu filho e da sua família?

**Entrevistada:** Com certeza, até mesmo porque a minha filha que estuda lá, ah o meu irmão estuda lá também, então quer dizer melhorou 100%, o fato dele estar estudando perto de casa, ele já vem da clínica direto pra escola, ele sai um pouco mais cedo, ele tem horário reduzido lá na escola, ele estuda três horas por dia, até para a irmã mais velha dele, o fato dele estar ali na escola é sinal de que, aquele rótulo e quando perguntam onde que o seu irmão estuda e ela fala que é no centro de ensino especial, para uma criança de 12 anos isso é difícil de trabalhar, ah mais porque ele estuda lá, porque ele é deficiente, aí a pessoa já... O meu irmão estuda no ECG, acabou.. Até alguém vir na casa e saber o que o irmão dela é especial, o irmão dela é especial e está numa escola regular é porque há uma perspectiva de avanço e progresso. Porque o que eu observei no centro de ensino especial, as próprias pessoas que trabalham lá, elas não acreditam no potencial daquelas crianças, elas acreditam que são umas babás pagas pelo governo. A mãe chega ali, dá o filho pra ela, a mãe é obrigada a ficar toda tarde na escola, porque a mãe que não tem carro não pode ir embora, a maioria toma remédio controlado, e o que eu acho grave, a escola não pode dar o remédio controlado à mãe é que tem que dar, então o que acontece, o meu filho toma remédio às quatro da tarde, como eu vou deixar ele 13h30min, deixar ir pro trabalho, voltar as 16h00min dar o remédio, e as 18h00min pegar ele, a escola deveria ter um profissional responsável para isso para ministrar esse medicamento, claro se não for o injetável, mas se for o comprimido, se for umas gotas, um xarope, deveria ter alguém na escola pra isso, porque o pai fica ali, eu mesmo ficava lá no centro de ensino especial debaixo de uma árvore lendo, todos os dias, meu marido às vezes ficava lá comigo, ele conseguiu dispensa, a gente ficava ouvindo música, era uma coisa boa? Na primeira semana foi ótimo, mas na segunda semana, e na terceira semana.. Aí o que as outras mães fazem, tem uma sala onde as outras mães ficam que por sinal era imunda, fedida aquela sala, uma sala sem reboco, as cadeiras, as mães ficavam ali, pintando o cabelo, fazendo unha, tirando sobrancelha, depilando a perna, pra elas era o momento de lazer delas porque a maioria das pessoas ali são pessoas carentes, paupérrimas, então para elas era um momento assim, elas ficavam 24 horas com os filhos e aquelas quatro cinco horas que elas ficavam ali era a hora que elas podiam olhar para elas, iam pra frente do espelho, fazer uma unha, a sobrancelha, eu não as condeno por isso, eu só condeno a escola pública não ter um projeto para essas mães... Vamos arrumar o cabelo, vamos toda semana a gente faz a unha de vocês, chama alguém do SENAC para fazer a unha, terça feira vamos aprender a fazer bordado, quarta feira vamos ver quem gosta de pintar, o centro de ensino especial deveria ter uma atividade para essas mães, porque elas ficavam ali, dava briga as vezes, discutiam, elas levavam as outras crianças menores ditas normais, as crianças brigavam, as mães acabavam discutindo, dava briga, as vezes tinha que chamar até o guarda da escola, duas brigas eu presenciei, porque as pessoas ficavam ansiosas ali e sem falar que tinham pais que ia levar os filhos, e o pais não podiam ficar ali naquela pecinha com as mães, então assim falta uma

política voltada pra isso, falta principalmente nos centros de ensino, onde as mães ficam ali todo tempo esperando os seus filhos. No ano que o meu filho esteve lá forma três direções que passaram por lá, quem ia pra lá com idéia nova não ficava, o diretor que chega lá querendo mudar transformar, ele sai de lá, ele não consegue, porque lá a coisa é muito encroada, lá tem funcionários que está há dez anos, 15 anos, tudo que tu fala, eles dizem que não vai dar certo, sabe aquela pessoa que ta ali porque precisa daquele salário e esta esperando a hora de aposentar. Quando falaram em terminar com os centros alguns foram contra, outros a favor, eu fui assim a favor em acabar com os centros ai as minhas amigas questionaram sobre as crianças mais debilitadas, eu disse que essa vai para a escola regular e vai ter uma professora só pra ela, aquela que meche só o olho, não tem problema ela vai pra escola, por que se ela não pode falar, geralmente a criança está ouvindo, ela esta tendo aprendizado ela esta interagindo com o outro, no centro de ensino ele só vai mexer os olhos a professora está ali com um ou dois alunos. Eu acredito assim, aos olhos da justiça a inclusão é boa, quando tem duas promotoras cuidados das crianças, como tem aqui, são duas promotoras vigiando estão atentas a qualquer denuncia, infelizmente nas satélites, no entorno não são assim.

## **Entrevista com a mãe 2**

**Entrevistador:** O que é inclusão e como você define inclusão escolar. O que você pensa que é?

**Entrevistada:** No meu caso eu falo pelo meu filho, porque eu não sei como seria com uma síndrome diferente também, a inclusão para o Davi eu vejo como uma oportunidade de realmente ser inserido na sociedade. Porque na escola que geralmente a criança aprende as regras de comportamento além da parte pedagógica. Como o Davi já tem a parte pedagógica muito bem resolvida, ele mesmo tem os insights dele e aprendem as coisas praticamente sozinho, então para o Davi a inclusão escolar, eu como mãe do Davi vejo como uma oportunidade dele no futuro ser realmente um cidadão. Então eu acho que é uma oportunidade que ele não pode perder de forma alguma, e eu espero que a inclusão dê isso pra ele, a oportunidade dele ir para a sociedade mesmo que ele não tenha a capacidade de ir para uma universidade, prognostico é que ele vá freqüentar uma faculdade, mas mesmo que ele não chegue a esse nível pelo menos que ele tenha condição de pegar um ônibus, de pagar uma conta, de arrumar um emprego de sei lá de que, que ganha um salário mínimo não interessa, mais uma coisa que faça realmente ele ser inserido de sair de casa viver, ganhar alguma coisa, ter dignidade no mínimo, e eu acho que a base disso tudo é a educação escolar, principalmente na idade dele de seis anos.

**Entrevistador:** E como a inclusão tem acontecido na escola do seu filho?

**Entrevistada:** Bem, no primeiro momento não aconteceu o que aconteceu foi a discriminação pura e descarada, eu moro em uma vila pequena em uma vila restrita, os moradores da área militar, muito poucas crianças de fora do condomínio freqüentam a escola, até mesmo porque é de difícil acesso a escola, a escola é muito pequena são 120 alunos, acredito que seja uma escola muito pequena a nível de Distrito Federal e que tinha um preconceito até então monstruoso contra as crianças especiais, não porque são pessoas mal caráter que odeiam crianças, não, mais simplesmente por objetivos pessoais, porque tinham uma vida muito boa,

porque as crianças que estavam na escola eram todas crianças normais e crianças normais dão muito menos trabalho, não tem intervenção da secretaria de educação, porque se têm crianças especiais vão ter que ter sempre visitas da regional de ensino, vai ter sempre alguém vindo visitar saber o que está acontecendo, como a criança está, se você não tem criança especial nada disso acontece, então a escola começa a trabalhar da forma que quer, do jeito que quer e ninguém tem nada a ver com isso. Então ter uma criança especial dentro de uma escola, o problema não é só a criança, o problema é tudo que a criança traz com ela, que o trabalho extra, que é não só o trabalho dentro da escola, mas o trabalho de pesquisa, um trabalho de aperfeiçoamento, um trabalho que é feito com outras áreas com regional de ensino, secretaria de educação, são pessoas que não são do quadro da escola efetivos, que vão estar lá dentro examinando, verificando, isso tudo dá muito trabalho e na realidade tem também o fato da remuneração, porque elas ganham pouco pra elas fazerem o básico e se você ainda dá mais um pouco para elas fazerem, aí elas não querem fazer. Então é muito além da simples discriminação, tem também o lado pessoal do tipo, pêra aí se eu aceitar essa criança tudo bem ele até é bonitinho, ele até faz direitinho, mas eu vou ter, mas trabalho. Então isso foi o que eu pede verificar nessa escola específica, sei que existem escolas maravilhosas que já fazem a inclusão há muito anos por conta própria, porque a própria direção da escola e o corpo querem fazer, mas a maioria do concursado publico não quer fazer, eles são concursados públicos justamente para não ter que trabalhar. Isso foi o que eu vi com Davi no inicio de tudo. Hoje a historia esta diferente devido a todos os procedimentos que eu tomei, hoje existem outras crianças especiais, existe todo um aparato, tanto que a escola do Davi já no ano passado recebeu uma estrutura de inclusão que nenhuma outra escola teve, devido a todos os meus processos no congresso nacional, na secretaria de educação, na corregedoria do Distrito Federal, então isso tudo fez com que a escola do Davi se tornasse pioneira em muitas coisas, mais não porque a secretaria de educação é muito boazinha e a escola resolveu me dar, não, por pressão mesmo, e infelizmente não só, o problema não é só da escola, o problema é de todo funcionalismo publico no Brasil, a lei existe, a lei é clara, a constituição está muito bem lá escritinha, bonitinha, as pessoas que escreveram, escreveu da melhor forma possível para você se defender, só que o povo brasileiro não esta acostumado a ler, saber os seus direitos e correr atrás, não tem a fiscalização e também não tem a parte ativa da sociedade, porque isso eu vi também na escola, muitos pais reclamam, reclamam, reclamam, choram, choram, choram, mas dá muito trabalho correr atrás, você fica muito estressada você perde muito do seu tempo, tentando aprender como é que a maquina funciona e saber realmente seus direitos, vamos saber o que eu esta escrito, quais são os direitos que o meu filho têm, que eu devo recorrer... Isso também dá muito trabalho, então assim, eu acho que a educação especial, o mundo dos especiais, isso é uma opinião minha, isso é o que eu vivo e outras mães e outros pais que eu tive contato, o mundo dos especiais não é melhor não só por culpa do estado, mas também por culpa dos pais, porque a muitos assim: “não adianta nada, eu sou apenas um”, entendeu, “que poder eu tenho?” “eles podem mas”. Aqui nessa vila, uma diretora de escola que não é nada nessa vida, que não é absolutamente nada, mandava e desmandava, ela ditava quem entrava na escola, ela ditava para onde as crianças iam, que mundo é isso, o meu filho tem muito, mas direitos do que ela tem poderes, só que os pais acham que não, acham que ela uma simples diretora de escola é mas importante do que a constituição e isso é uma bola de neve entendeu, então as crianças não conseguem ir à escola, as crianças não conseguem outras coisas que tem direito, tem que ser putelado pelo estado, o estado tem obrigação de dar, mas o estado é lógico que não vai dar se ninguém for lá reivindicar. Então hoje a escola é uma escola modelo para o Distrito Federal, sim, mas porque eu fui atrás, porque eu falei, eu quero, você tem obrigação de dar. Isso foi muito desgastante, isso acabou com a minha saúde, praticamente acabou com a minha vida pessoal, principalmente com marido, trabalho, praticamente quase que eu perdi o meu emprego por causa disso, mas o meu filho hoje tem

uma escola modelo. Mas nem todo mundo tem essa disposição, se todos tivessem... O povo não está acostumado a saber os seus direitos e correr atrás deles. Então assim, eu acho que essa coisa de funcionar ou de não funcionar tem dois lados, assim como a professora não está muito a fim de fazer mais do que está escrito no papel porque ela não é remunerada para isso e os pais também se encobrem de uma forma “ai, eu sou um pobre coitado, ai coitado do meu filho” e eles param por aí. Então eles perdem muito tempo sofrendo e esquecem que tem coisas mais importantes do que sofrer e por outro lado o estado se aproveita disso e fica inerte. Então acho que não adianta a gente só cobrar do estado sem efetivamente exercer a pressão. É muito fácil falar que o estado é uma porcaria, mas é muito difícil fazer o que eu fiz, é difícil porque eu fiz e eu sei o quanto me custou, custou muito mesmo, minha saúde mental, minha saúde física, meu casamento, meu trabalho, meu ambiente familiar, dinheiro que eu gastei com remédio com psiquiatra, com gasolina, com xerox de documento, telefone correndo atrás de gente, então isso foram 12 meses terríveis e reuniões... Nossa é um inferno, então eu não condeno quem não faça, porque realmente é muito difícil, ultrapassar a barreira, muitas vezes eu já pensei em desistir, muitas vezes eu já pensei, eu vou tirar o meu filho dessa escola eu vou pagar, mas eu pensei, não vai terminar, porque ele é autista, ele vai ter que passar anos e anos dentro de uma instituição de ensino e eu vou ter que brigar por ele o resto da vida, depois que ele sair da escola vai ser outro lugar que a gente vai ter que brigar, então é uma coisa muito complicada, eu não vejo como uma coisa simples, é uma coisa que tem jeito, tem, tem muito jeito, mas é muito complicado pros pais, é muito complicado para o estado, eu acho que tem que ter uma maior vontade dos pais, para fazer pressão no estado, porque fazendo pressão eles fazem.

**Entrevistador:** Que tipo de benefício que a inclusão tem trazido para o seu filho, agora depois de tudo o que você passou?

**Entrevistada:** O meu filho faz parte da sociedade, meu filho vai pra escola, meu filho sai de carro puxando a mochilinha dele, vê o amigo sair da casa do lado, ele sabe que o amiguinho tem uma casa, ele chega na escola e sabe que aquele amiguinho tem uma casa, tem um pai, tem uma mãe, que tem irmãos, então ele sabe que existe uma comunidade que ele faz parte, esse é o maior benefício que a escola tem trazido. O meu filho agora como com todas as crianças, ele brinca, ele cai, ele se machuca, ele briga, como todas as crianças, e isso para um autista é tudo, não precisa mais nada, meu filho briga na escola, meu filho apanha, meu filho bate, meu filho pega o brinquedo dos outros, meu filho pega o brinquedo dele, faz o dever, ele vai no teatrinho, ele vai na piscina, ele é uma criança como outra qualquer.

**Entrevistador:** Você sente que ele sofre discriminação por parte das outras crianças?

Nunca, pelo contrário, o melhor amigo dele da escola chama-se Miguel, o Miguel tem o cabelo comprido no ombro todo encaracolado, o Davi não quer cortar o cabelo porque o cabelo dele tem que ser igual ao do Miguel e o Miguel bota o cabelo atrás da orelha, então agora ele também quer colocar o cabelo atrás da orelha, e o Miguel é o melhor amigo dele porque, porque o Miguel não trata ele com diferença, o Miguel dá rasteira nele, o Miguel joga bola com ele e o gol é do Miguel, o gol não é do Davi, porque o Davi diz que foi ele que ganhou e o Miguel diz que ele não ganhou, quem ganhou foi o Miguel, mas ao mesmo tempo se alguma criança meche com ele o Miguel defende. A melhor amiguinha dele briga com ele na escola, Davi você ainda não terminou o seu trabalhinho, você não pode levantar agora. As crianças ao mesmo tempo que entendem que ele é diferente, tratam ele igual aos outros, entendeu e ele vai no parquinho com todo mundo, ele brinca com todo mundo, ele machucou a cabeça no parquinho, porque ele e um amiguinho cada um levou um carrinho, na brincadeira de terra

eles fizeram uma estrada e estavam passando com o seu carrinho na estrada, só que a estrada passava embaixo do balanço e a criatura foi e deu com o balanço na cabeça dele, mas ele estava brincando com o amiguinho cada um com o seu brinquedo, esse é o maior benefício que a escola pode trazer pro meu filho, isso no caso específico do Davi, que já tem a área cognitiva totalmente resolvida... Eu acredito que todas as crianças especiais mesmo as mais comprometidas... Eu tenho uma amiga aqui, o filho dela tem 10 anos, faz xixi e cocô na fralda, quase não fala, ele vai pra escola, mesmo que ele não saiba levar o garfo na boca ele está sentado com todas as outras crianças, eu acho que isso é mais importante do que aprender a escrever e a ler, porque é uma forma de você dar uma infância digna para a criança, porque até o ano passado a criança estava largada lá no quintal definhando, eu acho que o mais importante é ele está sendo inserido dentro da sociedade que ele faz parte que é das crianças. Ele fica de castigo na escola porque eu autorizei, porque ele começou a empurrar os amiguinhos, porque o Miguel o ensinou a chutar, lutar boxe, e o Miguel ensinou ele a lutar Karatê, e eu falei para a professora o dia que ele empurrar alguém, machucar alguém vai ficar sem recreio e ele fica sem recreio, ele chora ele berra ele grita, porque a escola está começando a colocar limite nele também e assim como um outro menininho empurrou ele também e o menininho ficou sem recreio, então isso não tem preço. Porque eu faço isso em casa, mas ele é sozinho em casa, lá não, lá ele vê o que acontece com ele e ele vê o que acontece com o outro, isso pra mim é interação, isso é a inclusão, isso é incluir o meu filho na sociedade. Então hoje eu acho que o meu filho está sendo realmente trabalhado para a inclusão.

**Entrevistador:** A escola se preocupa em esclarecer a comunidade sobre o processo da inclusão escolar?

**Entrevistada:** De jeito nenhum, pelo contrário, tanto que as crianças que estão lá hoje, a maioria, porque tinha uma criança que tinha lá que era surda e uma professora que se comunicava por libras, ela não dava muito trabalho, ela escrevia tudo, sabia tudo. Tem uma criança lá bem comprometida que tem a síndrome de Clinefelter e esse menino não saía nunca da primeira série, ele está a três anos na primeira série e só não tiraram ele da escola porque a escola não aceitou que tirassem ele da escola, mas de uma forma muito amigável. Hoje em dia não, hoje em dia o filho dela recebe o tratamento adequado, porque tem uma professora especializada que está fazendo o tratamento dele de inclusão, o menino não sabe ler, não sabe escrever, não sabe falar direito, então quer dizer, a escola nunca teve esse trabalho, hoje em dia a escola faz as vezes de boazinha porque eu fiz esse trabalho perante a comunidade de fazer abaixo assinado, explicar o que estava acontecendo, então a população foi a escola, a comunidade foi a escola pedir explicação, aí a escola teve que fazer um modelo bonito de informação, mas aí depois de tudo ter acontecido, porque a comunidade cobrou a explicação. No ano passado o Davi tinha uma sala só pra ele, porque eles iam dividir a turma em duas, mas como eles queriam tirar o Davi da escola, porque eles falaram que iriam fazer de tudo para o meu filho ficar na escola, até que eles conseguiram um laudo para poder tirar o Davi da escola... A escola dá tanto trabalho que tem sala de aula que está vazia, toda completa, com todas as cadeiras, com todas as carteiras... Então o que acontece, eu consegui na regional de ensino, eu passava as minhas tardes na regional de ensino esperando a Leila Pavanelli, eu ficava lá enquanto ela não me atendesse eu não ia embora, e foi assim que eu consegui uma professora só para o Davi, e foi aí que a comunidade pensou, “epa, que garoto é esse que está aqui dentro e tem uma professora só pra ele e o meu filho tá aqui no quintal sem fazer nada”, então o que acontecia, a direção da escola começou a fazer discriminação do meu filho com a sociedade, com a comunidade, “eles diziam assim: “olha não vamos dar reforço esse ano escolar a tarde porque tem uma criança sozinha na sala de aula, então o seu filho não vai



ter reforço escolar porque a mãe daquele menino esta exigindo que ele tenha uma sala só pra ele, entendeu, foi isso que aconteceu... Os professores chamaram o sindicato dos professores para não atender os nossos filhos, as crianças especiais, foram chamados o sindicato pra eles darem um jeito, porque eles não tinham condições de atender as crianças, então a escola não fez um trabalho de divulgação, fez um trabalho de divulgação discriminatória do meu filho.

**Entrevistador:** No processo de aprendizagem, você acha que o seu filho melhorou depois da inclusão escolar?

**Entrevistada:** Sim, a coordenação motora dele para pintar, para cortar melhorou muito, até as próprias professoras falam que nesse primeiro bimestre mesmo eles já viram bastante diferença, que ele corta com todo mundo, ele corta até com própria mão, e a parte também de entender as coisas, entender como que as coisas funcionam, de entender o que esta acontecendo ao redor dele cognitivamente, ate a leitura dele melhorou, ele já lê absolutamente tudo, já escreve tudo mas não sei até onde ele fazia isso com entendimento e agora você consegue vê que ele realmente entende o que esta acontecendo em volta dele porque ele consegue se expressar melhor, ele ta começando a se expressar, isso é lógico muito disso vem da terapia mas também esta sendo ajudado pela parte da escola porque lá estimula o cognitivo dele a entender realmente o que ele esta lendo, por exemplo ele é o leitor oficial da turma, ele pega livrinhos e as crianças sentam em volta para ele ler, ele lê o livro pra turma, ele gosta de ler o livro para os amiguinhos. Ele adora turma da Mônica, então eu compro gibizinho, até a parte da risadinha ele faz, então essa parte dele ele melhorou bastante depois que ele foi para a escola.

**Entrevistador:** O Davi nunca estudou em escola especial?

**Entrevistada:** Nunca, sempre foi regular. A primeira escola dele com dois aninhos, ele já era totalmente inserido, desde dessa idade, não falava absolutamente nada, usava fralda, mas ia pra escola. O Davi se tornou um autista atípico porque quando eu diagnostiquei era totalmente típico. O Davi tinha flap, o Davi andava na ponta dos pés. O Davi tinha movimentos repetitivos de bater com a perninha no chão, ele não tinha contato visual nenhum, ele se mordida, todo, batia com a cabaça na parede, batia com a cabeça no chão, não falava absolutamente nada, não quis mamar no peito porque não quis contato, então desde recém nascido eu sei que o Davi tem uma coisa diferente, então ele tinha todos os sintomas... E a vida do Davi sempre foi de inclusão total, no parquinho ele ia, todas as crianças iam, desde bebezinho eu levava ele naquele parque Ana Lúcia no parque da cidade e ele adorava ver as crianças encher o baldinho de terra e balançava a mãozinha enquanto o outro enchia, bem autista mesmo, ele balançava a mão e o outro enchia e ele achava aquilo o máximo e eu deixava e teve criança que falou assim: “mas tia ele não enche o balde” e eu respondia que ele não gostava que o curtir dele é ver você encher, eu sempre aceitei muito o Davi do jeito que ele é, o Davi nunca escutou de mim: “Ai meu filho porque você é assim?” nunca eu falei isso pra ele, eu nunca nem pensei isso, então eu acho que a criança sabe muito o que esta acontecendo, ele sabe o que eu estou falando, ele sabe que ele pode ser o que ele quiser, que ele pode ser tudo ou que ele pode ser qualquer coisinha, então eu acho que é isso que da liberdade para ele escolher ser tudo ou ser qualquer coisinha... Falaram que o meu filho não ia falar e eu falei tudo bem, mas nunca deixei de levá-lo pra escola de fazer a terapia, eu dou todo o suporte que ele precisa, mas eu não cobro diretamente dele que ele tem que ser diferente. Por exemplo, sempre fui no Carrefour e no extra e sempre larguei o Davi naquelas coisas de crianças e nunca avisei que ele era autista, tinha dia que eu chegava lá e tinha gente fazendo sinal de surdo e mudo pra ele porque achava que ele era surdo, porque ele não falava

e eu também não falava que ele era autista, deixava ele se virar, então assim eu sempre deixei o Davi muito a vontade, hoje em dia eu falo as vezes assim por trás que ele é autista porque como ele está muito grande, como antes ele era pequenininho podia ser que era o tempo dele, hoje não você sabe que o tempo dele já passou e que não é o tempo dele de fazer aquilo... As vezes as pessoas tem que entender que o comportamento dele não vai ser igual ao das outras crianças.

**Entrevistador:** Que participação você tem, junto à escola? Ela dá abertura para que você participe da vida escolar do seu filho?

**Entrevistada:** Sim, depois de tudo o que eu passei sim, antes a psicóloga do meu filho tinha sido proibida de entrar na escola, porque ela estava se intrometendo. Eu estava pagando para a psicóloga ir lá ensinar eles a dar o suporte e ela estava se intrometendo e nessa época a professora foi proibida de falar comigo e tudo o que eu escrevia na agenda tinha que passar pela diretora. Hoje em dia não, eu entro e saio da escola a hora que eu quero, eu procuro não ir muito à escola, porque eu trabalho o dia inteiro e quem vai levar e buscar é a pessoa que trabalha pra mim, eu vou a escola realmente nos momentos que tem que ir, que é na reunião, quando tem alguma coisa que eu tenho que passar para a professora, agora a professora e a estagiaria tem total abertura para ir na escola, embora seja do meu feitio não me intrometer muito, então não vou ficar o tempo inteiro dizendo olha eu quero que meu filho faça isso, a única coisa que eu exijo da escola é o mesmo tratamento que todas as outras crianças tem o meu filho também tenha, mas eu também não vou... Eu fiscalizo de longe, eu tenho um trabalho de fiscalização de longe, mas eu procuro não me fazer muito presente ate mesmo porque depois dessa situação toda fica uma situação muito constrangedora pra elas. Então agora a partir desse mês, dessa ultima reunião de pais é que as professoras estão sabendo realmente como eu sou, o que eu espero do Davi, que eu sou uma mãe como outra qualquer, que eu não quero nenhum milagre, então agora eu estou tendo uma convivência com as professoras mais saudável, elas já estão percebendo que embora eu tenha feito esse escarcéu todo eu não sou nenhum bicho de sete cabeças, agora que esta fluindo, qualquer coisa que acontece a professora escreve na agenda, ou então pede pra eu ir, mas sempre conversando, melhorou 90% digamos assim, só não melhorou 100% por que eu não sei Ate quando isso vai, hoje a comunidade tem consciência que tem que cobrar da escola, então eu acho que por esse ano e o ano que vem, eu acho que vai ficar tudo bem, eu acho.

**Entrevistador:** Você acha que a inclusão escolar trouxe melhoras para a sua vida a vida do seu filho e da sua família?

**Entrevistada:** Isso eu não pude ainda averiguar totalmente porque a inclusão do Davi começou realmente esse ano, ate o momento, como ele já tinha uma vida totalmente independente antes, porque o Davi sempre trocou de roupa sozinho, ele sempre foi muito independente, o que trouxe, mas para a nossa família foi a satisfação dele, a vontade dele ir para a escola, isso eu vejo nele hoje, hoje ele vai feliz para a escola, ano passado ele ia mais ou menos, esse ano não, ele vai feliz para a escola, tem prazer de ir para a escola, ele tem aquela expectativa de ir para a escola, tudo bem que tem dia que ele não está muito afim, mas ele vai cantarolando para a escola e ele volta bem da escola, ele chega, ele fica mais calmo em casa, por que ele cansou, enfim uma vida normal de uma criança que vai para a escola, o que não tinha antes. Pra família ate o momento, esse foi o único benefício que eu tive, que eu pude perceber, que ele esta uma criança mais feliz, não que ele não fosse feliz

antes, mas ele já é feliz na escola, ele conta o que aconteceu na escola e ele está mas digamos assim normal.

**Entrevistador:** O que você gostaria de contar que você acha relevante para poder registrar, sobre o processo de inclusão escolar?

**Entrevistada:** É uma coisa muito engraçada você ser mãe de uma criança especial, dizem que eu sou totalmente atípica, até acontecer esse problema da escola eu não sabia o que era sentir o meu filho sendo discriminado, eu achava que isso podia acontecer um dia. Porque quando o Davi era menorzinho ele passava muito despercebido, depois desse fato da escola eu comecei a ver que a discriminação do diferente acontece a todo o momento, então aí eu comecei a reparar a discriminação no shopping, a discriminação no mercado, porque até então eu não percebia isso, eu achava que isso era uma coisa que acontecia nos lugares mais escondidos do mundo, que nunca ia acontecer com o Davi em Brasília, digamos assim, e é muito chocante. Você percebe que as pessoas não têm a menor noção do que é ser humano, a população mundial, não é só o Brasil, então é muito difícil, os especiais os diferentes eles sempre foram muito escondidos e agora a gente está vivendo um momento de “bum” dos diferentes, todo mundo quer pegar o seu diferente e esfregar na cara de todo mundo e eu comecei a perceber que não é culpa dos outros, comecei a perceber que as outras pessoas não são tão ruins assim, não são tão más assim, é porque realmente é do ser humano. Ai, eu fico pensando se eu não tivesse o Davi o que eu pensaria, como é que eu iria encarar o Davi se eu não fosse mãe dele. Eu comecei a me colocar muito do lado oposto e pensar como eu encararia essa criança, até o adulto diferente, como é que eu encararia ele. É muito difícil você que nunca teve contato com aquilo e de repente ter aquilo. Meu filho não é perfeito e eu sou mãe dele, os outros não, então até quando uma criança de dois anos que faz xixi e cocô na fralda, como uma professora vai ver isso? Uma professora que não tem a menor experiência, que não foi preparada para isso. Preparação não só da secretaria de educação mais preparação de vida, nenhum ser humano está acostumado, eu quando era criança não tinha nenhuma criança especial na minha escola, eu nunca vi, eu nunca lidei, eu não sei o que é, porque antigamente eles eram trancados, a gente não sabia, a gente sabia que existia no livro, mas a gente nunca tinha visto um. Então hoje eu estou vendo que esse processo de inclusão é um passo que a sociedade está dando como um todo, os brasileiros que é muito difícil, é muito difícil para a criança, é muito difícil para os pais é muito difícil para a sociedade. Quando eu falo que o meu filho é autista as pessoas me perguntam o que é autista e se é igual Down, então as pessoas não sabem, ninguém sabe, as pessoas não sabem o que é, nunca viram, nunca lidaram. Pediatras não sabem o que é o autismo, a maioria dos psicólogos nunca viram. Esse processo pra mim foi muito revelador da seguinte forma, essa luta que eu tive esse ano foi só o início é o primeiro round de não sei quantos milhões de rounds que eu vou ter na vida e eu gostaria que os pais, não só de autistas, mas de todas as crianças especiais pudessem se reunir... Porque hoje eu sofro, não pelo meu filho, sofro pela sociedade, pelo que eu vou ter que lutar, mas eu tenho consciência que o mundo não está contra mim, que a sociedade não é o grande vilão e que eu sou a pobre mocinha coitada e o meu filho é um pobre coitado, isso é cultural. Então como é que eu posso cobrar de uma professora para que ela saiba lidar com o meu filho se nem o pediatra não sabe.

A gente está em uma sociedade que os próprios pais não conseguem entender os filhos especiais e como eu posso cobrar que a sociedade queira aceitar o meu filho? Então é muito complexo, não é uma coisa do tipo o governo me dá aí, porque o governo pode botar os agentes deles aqui, mas e aí? Então eu descobri que eu não tenho que preparar só o caminho do meu filho, eu tenho que preparar o meu filho para enfrentar a discriminação, para enfrentar

as pessoas. Prepará-lo como coisas do tipo a ter os padrões normais de comportamento, porque tem certas coisas que ele vai ter aprender.